

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONALIZANTE EM
PATRIMÔNIO CULTURAL**

**GASPAR SILVEIRA MARTINS E O MUNICÍPIO
“SILVEIRA MARTINS”: MEMÓRIA, IDENTIDADE E
PATRIMÔNIO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Naiani Machado da Silva Fenalti

Santa Maria, RS, Brasil

2011

**GASPAR SILVEIRA MARTINS E O MUNICÍPIO “SILVEIRA
MARTINS”: MEMÓRIA, IDENTIDADE E PATRIMÔNIO**

Naiani Machado da Silva Fenalti

**Dissertação apresentada ao Mestrado Profissionalizante em
Patrimônio Cultural, do Programa de Pós-Graduação da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para obtenção
do grau de
Mestre em Patrimônio Cultural**

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Medianeira Padoin

**Santa Maria, RS, Brasil
2011**

**Universidade Federal de Santa Maria
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**GASPAR SILVEIRA MARTINS E O MUNICÍPIO “SILVEIRA
MARTINS”: MEMÓRIA, IDENTIDADE E PATRIMÔNIO**

elaborada por
Naiani Machado da Silva Fenalti

como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Patrimônio Cultural

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof^a. Dr^a. Maria Medianeira Padoin (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Prof^a. Dr^a. Denise Saad (UFSM)

Prof^o. Dr^o. Moacir Bolzan (UFSM)

Santa Maria, 21 de dezembro de 2011.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a duas pessoas muito importantes em minha vida, meu pai e meu marido.

Meu pai (*in memoriam*), Girlei Ferreira da Silva, que não pode estar fisicamente presente na finalização desta minha caminhada, mas que com certeza torce por minha vitória onde quer que esteja e merece esta dedicatória, pois mesmo sem entender muito bem minha escolha pelo estudo sempre me apoiou e trabalhou incessantemente para dar todo o subsídio que eu necessitava, seja ele financeiro ou emocional.

Meu amor, Tiago dos Santos Fenalti, que teve uma participação ímpar na produção deste trabalho, mostrando um grande companheirismo em todas as horas. Seu apoio foi fundamental para conseguir superar os momentos de fraqueza e os percalços no caminho para a finalização deste trabalho. Muito obrigada pela dedicação que sempre mostrastes nestes 11 anos de caminhada juntos, você é mais que meu marido, é, com certeza, um companheiro para toda vida.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço à Universidade Federal de Santa Maria pela oportunidade de desenvolver meus estudos na instituição e ao Mestrado em Patrimônio Cultural e sua equipe de Mestres que sempre me auxiliaram, principalmente a Professora Gláucia Konrad e ao Professor Carlos Blaya pelas sugestões feitas na qualificação da Dissertação em maio deste ano.

Gostaria de fazer um sincero agradecimento a minha orientadora Prof.^a Dr.^a Maria Medianeira Padoin pela cumplicidade, paciência e empenho nos momentos de sanar minhas dúvidas e inquietações, bem como mostrar o caminho nos momentos difíceis da produção desta dissertação. Muito obrigada pelo apoio, carinho e dedicação.

Gostaria também de agradecer ao Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRGS), onde fui sempre muito bem recebida durante as pesquisas realizadas, além de auxiliada pelos profissionais da instituição.

Um forte agradecimento ao Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma (CPG) e, principalmente, a historiadora Liriana Zanon Stefanello que me orientou na pesquisa iconográfica no CPG. Agradeço, também, a Biblioteca do Município Silveira Martins, principalmente a sua responsável Leonice Weber Dal Forno que me auxiliou prestimosamente nas pesquisas realizadas no local. Também agradeço à Casa Edmundo Cardoso por abrir seu espaço de pesquisa ao meu trabalho.

Gostaria de agradecer aos meus colegas de Mestrado, pelo companheirismo nas aulas, a Associação dos Amigos do Arquivo Histórico e seus membros, associação da qual faço parte, por compreenderem minha ausência nesta reta final da produção da dissertação e da Exposição.

Finalmente, gostaria de agradecer a minha família pelo apoio e compreensão pelos momentos ausentes em função da produção dessa dissertação, bem como pelo auxílio prestado durante esta caminhada, principalmente ao meu sogro Angelo Tadeu Fenalti, sempre pronto a me levar onde fosse necessário para a conclusão com êxito deste trabalho.

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural
Universidade Federal de Santa Maria

GASPAR SILVEIRA MARTINS E O MUNICÍPIO “SILVEIRA MARTINS”: MEMÓRIA, IDENTIDADE E PATRIMÔNIO

AUTOR: NAIANI MACHADO DA SILVA FENALTI

ORIENTADORA: PROF^a. DR^a. MARIA MEDIANEIRA PADOIN

Data e local da defesa: Santa Maria, 21 de dezembro de 2011.

Esta Dissertação está inserida na linha de pesquisa *História e Patrimônio Cultural* do Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural. Seu objetivo foi realizar a proposta de uma Exposição apresentando a história do Município de Silveira Martins relacionada a atuação política do seu patrono Gaspar Silveira Martins, mostrando as relações deste com a imigração e com a criação da Quarta Colônia. Gaspar Silveira Martins foi um político da segunda metade do século XIX, que pertenceu ao Partido Liberal no Rio Grande do Sul, sendo inclusive o criador deste partido. Durante sua carreira política defendeu a vinda de imigrantes para o Brasil, especificamente, para o Rio Grande do Sul, sendo que tal defesa se manifesta mais evidentemente no apoio do político na criação do Núcleo Colonial de Santa Maria da Boca do Monte que daria origem a Colônia Silveira Martins. Assim, dentro do objetivo de divulgar essa história e de pensá-la como patrimônio cultural da população de Silveira Martins, é que se organizou uma exposição de painéis, utilizando textos e imagens, que apresentassem e divulgassem a história do Município Silveira Martins, relacionado-a ao seu patrono Gaspar Silveira Martins e a Quarta Colônia. A exposição deverá ser inaugurada no Município Silveira Martins no dia 14 de dezembro de 2011, na Semana de Aniversário do Município.

Palavras-chave: Gaspar Silveira Martins, Exposição e Quarta Colônia de Imigração Italiana.

ABSTRACT

Master Degree's Dissertation
Graduate Program in Cultural Heritage
Universidade Federal de Santa Maria

GASPAR SILVEIRA MARTINS AND THE CITY OF "SILVEIRA MARTINS": MEMORY, IDENTITY AND STOCKHOLDERS '

AUTHOR: NAIANI MACHADO DA SILVA FENALTI

ADVISOR (A): PRF. ^a DR. MARIA MEDIANEIRA PADOIN

Date and place of defense: Santa Maria, Dec. 21, 2011

The Professional Master's Thesis in Cultural Heritage had as a clause to elaborate the planning and historical background of an exhibition that treated about the historical relation of the city of Silveira Martins - founding members of the Quarta Colônia de Imigração Imperial of Rio Grande do Sul - with its patron, Gaspar Silveira Martins. Gaspar Silveira Martins was a politician from the second half of the nineteenth century, which belonged to the Liberal Party of Rio Grande do Sul, he was among other positions as minister, a senator and the president of the Province. During his political career he defended the arrival of European immigrants to Brazil, specifically; to Rio Grande do Sul, and such defense is manifested in the creation's political support of the Colonial Center in Santa Maria from Boca do Monte in 1877, the one which would root the Colony of Silveira Martins. So, aiming to spread the knowledge about the local/regional history as a cultural heritage to the community in the city and in the region of Silveira Martins, an exhibition was organized. It was used panels with text and images, relating to the Italian immigration, the creation of Quarta Colônia, the border character Gaspar Silveira Martins, and the today's city of Silveira Martins. This exhibition has the Silveira Martins City Hall's support that will launch in the municipal week in December of 2011.

Keywords: Gaspar Silveira Martins, Exhibition and Quarta Colônia de Imigração Italiana.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Estação Colônia.....	27
Figura 2 – Certidão de batismo de Gaspar Silveira Martins.....	28
Figura 3 – Mapa do Uruguai que mostra a fronteira com o Brasil.....	29
Figura 4 – Monumento ao imigrante em Silveira Martins.....	38
Figura 5 – Mapa da Quarta Colônia.....	41
Figura 6 – Monumento a Giuseppe Garibaldi na Praça Garibaldi em Silveira Martins.....	43
Figura 7 – Monumento do Sol em homenagem aos 120 anos da imigração italiana no Estado.....	54
Figura 8 – Busto em Homenagem ao Gaspar Silveira Martins na Praça Garibaldi.....	61
Figura 9 – Placa fixada abaixo do Busto de Gaspar Silveira Martins.....	62
Figura 10 – Frente do Folder de divulgação da Semana do Imigrante italiano.....	69
Figura 11 – Verso do Folder de divulgação da Semana do Imigrante italiano (programação do evento).....	70
Figura 12 – Mulheres na Comemoração do aniversário de 50 anos de Silveira Martins.....	73
Figura 13 – Folder de divulgação da Rota Turística Gastronômica.....	77
Figura 14 – Primeiro Painel da Exposição.....	82
Figura 15 – Segundo Painel da Exposição.....	84
Figura 16 – Terceiro Painel da Exposição.....	86
Figura 17 – Quarto Painel da Exposição.....	88
Figura 18 – Quinto Painel da Exposição.....	90
Figura 19 – Sexto Painel da Exposição.....	92
Figura 20 – Sétimo Painel da Exposição.....	94
Figura 21 – Oitavo Painel da Exposição.....	96
Figura 22 – Nono Painel da Exposição.....	98
Figura 23 – Décimo Painel da Exposição.....	100
Figura 24 – Décimo Primeiro Painel da Exposição.....	102
Figura 25 – Décimo Segundo Painel da Exposição.....	104
Figura 26 – Décimo Terceiro Painel da Exposição.....	106
Figura 27 – Décimo Quarto Painel da Exposição.....	108
Figura 28 – Décimo Quinto Painel da Exposição.....	110
Figura 29 – Décimo Sexto Painel da Exposição.....	112
Figura 30 – Décimo Sétimo Painel da Exposição.....	114
Figura 31 – Último Painel da Exposição.....	116
Figura 32 – Catálogo da Exposição – parte interna.....	117
Figura 33 – Catálogo da Exposição – destacando a capa.....	117
Figura 34 – Catálogo da Exposição – destacando aba interna.....	118
Figura 35 – Catálogo da Exposição– verso.....	118
Figura 36 – Representação Espacial da Exposição.....	119
Figura 37 – Representação Espacial da Exposição – aproximada.....	119

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1 QUARTA COLÔNIA IMPERIAL DE IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL – SILVEIRA MARTINS	23
1.1 A atuação política de Gaspar Silveira Martins e a Criação da Quarta Colônia	23
1.2 A Colônia Silveira Martins	36
1.3 O Município Silveira Martins.....	49
2 A EXPOSIÇÃO COMO UMA FORMA DE REGISTRO, DE DIVULGAÇÃO E DE MEMÓRIA DO MUNICÍPIO SILVEIRA MARTINS	64
2.1 Exposição: Fundamentos.....	64
2.2 Exposição da História do Município Silveira Martins.....	68
2.3 Exposição como um foco de atração turística.....	75
2.4 Exposição: servindo como um apoio educacional.....	78
2.5 Produção da Exposição.....	80
CONCLUSÕES	121
REFERÊNCIAS	125

INTRODUÇÃO

A temática desta Dissertação faz parte de uma trajetória de estudos em torno do tema imigração, que teve início no ano de 2007, quando na graduação do Curso de História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) trabalhou-se com o Projeto de Pesquisa *A formação dos Estados nacionais europeus nos séculos XIX e XX, a formação de seus espaços fronteiriços e a política de imigração para o Brasil*, financiado pelo Fundo de Incentivo à Pesquisa (FIPE – programa da UFSM) e orientado pela Prof^ª Dr^ª Maria Medianeira Padoin, do Departamento de História. Durante a vigência desse, pesquisou-se sobre a formação do Estado Nacional Italiano e a imigração de parcela de sua população para o Brasil, em especial, para o Rio Grande do Sul.

Foi durante as pesquisas relacionadas a este projeto que se teve contato com as obras referentes à formação da *Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul*, bem como com a atuação política de Gaspar Silveira Martins. Este contato com a história de Gaspar Silveira Martins ocorreu também a partir de uma palestra proferida no ano de 2007 pela Professora do Departamento de História da UFSM, Maria Medianeira Padoin, à convite da Câmara de Vereadores do Município, nos festejos de comemoração do aniversário de Emancipação Política.

O tema da palestra era justamente Gaspar Silveira Martins, e nesta oportunidade a comunidade que a assistia expressou o anseio que possuía por conhecer mais sobre este personagem da história política rio-grandense e, principalmente, sobre a sua relação com a Quarta Colônia, levando em conta que o nome da mesma e do seu núcleo fundador, hoje Município, é consequência de uma homenagem a este político.

Foi a partir desta oportunidade, um evento oferecido pela própria Câmara de Vereadores do Município de Silveira Martins, que surgiu o interesse em pesquisar sobre o político Gaspar Silveira Martins, dando ênfase na sua relação com a imigração. Nesse contexto, começaram então as pesquisas em torno desta temática, que contou com o apoio financeiro do Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS), no projeto intitulado *Gaspar Silveira Martins, a imigração e seu projeto político para o Brasil*, orientado e coordenado, novamente, pela Prof^ª Dr^ª Maria Medianeira Padoin.

Neste projeto, estudou-se a trajetória de vida e política de Gaspar Silveira Martins. Assim, cabe mencionar que ele nasceu na Serra de Aceguá, no Município de Cerro Largo, Departamento de Mello, no Uruguai. O pai era Carlos Silveira de Moraes Ramos, nascido em

1790, na freguesia de Encruzilhada, localizada na Província do Rio Grande de São Pedro, e a mãe Maria Joaquina das Dores Martins, nascida em 1803, em Rio Pardo, na Província do Rio Grande de São Pedro. Frequentou a escola primária de Cerro Largo, Departamento de Mello, no Uruguai, indo mais tarde para Pelotas, no Brasil, para continuar os estudos. Acabou desistindo de estudar e começou a trabalhar. Foi para o Maranhão, retomando os estudos e com 13 anos para a Corte (Rio de Janeiro) estudar no colégio “Vitório” (ORICO, 1935, p. 72).

Formou-se em Direito, na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo, no ano de 1855. Começou a exercer a Advocacia no escritório do Dr. José Julio de Freitas Coutinho, no Rio de Janeiro. Silveira Martins foi, então, convidado para exercer o cargo de Juiz Municipal. Demitiu-se deste cargo que ocupou por um ano (1858 a 1859), retornando à Província do Rio Grande de São Pedro, já casado com Adelaide Coutinho, filha do Dr. José Julio Coutinho (NASCIMENTO, 2006, p. 26-27).

Voltando à Província do Rio Grande de São Pedro, dedicou-se a carreira política, ocupando diversos cargos políticos, como o de Deputado da Assembléia Provincial, a partir de 1862, e também na Assembléia Geral, a partir de 1873, Ministro da Fazenda no Gabinete Liberal chefiado pelo Visconde de Sinimbu em 1878, e foi ainda Senador do Império em 1880, Conselheiro do Império e Presidente da Província do Rio Grande de São Pedro em 1889. Durante o Império pertencia ao Partido Liberal, sendo um dos organizadores junto a Felix da Cunha, bem como Chefe do Partido. Com a Proclamação da República foi exilado em 1889, retornando ao Brasil em 1892. Tornou-se chefe do *Partido Federalista* (PF) neste mesmo ano e defendia o Sistema de Governo Parlamentarista, em contraposição ao Presidente do Estado, Julio de Castilhos, pertencente e chefe do *Partido Republicano Rio-Grandense* (PRR) e que defendia a manutenção do Sistema Presidencialista “autoritário” de governo, entre outros¹.

Participou da Revolução Federalista (1893-1895), guerra civil que contrapunha estes dois partidos, sendo um dos líderes dos Federalistas. O Partido Federalista foi derrotado e Gaspar Silveira Martins exilou-se em Montevidéu, capital do Uruguai, até sua morte no ano de 1901.

Na sua trajetória política foi possível perceber a atuante defesa de Gaspar Silveira Martins pela imigração européia para o Brasil, na qual defendeu a imigração como forma de substituir a mão-de-obra escrava pela livre, além disso, defendeu questões que facilitariam a

¹ Estas informações foram retiradas, na forma de uma síntese, da seguinte obra: NASCIMENTO, Tupinambá Miguel Castro do. *Gaspar Silveira Martins: líder esquecido*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2006.

vida dos imigrantes como a defesa do Estado Laico, do casamento e registro civil, a liberdade de culto, entre outros (MENDONÇA, 2007, p. 79).

Observou-se em sua atuação nas bancadas legislativas esta estreita relação com a imigração, como, por exemplo, na criação da *Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul*.

Na pesquisa realizada elementos somaram-se para que se reforçasse a necessidade de realizar um estudo que teve por finalidade a divulgação em âmbito local/regional de forma mais acessível a respeito da relação identitária do nome do Município com sua historicidade, relacionado à imigração e a Quarta Colônia.

Elementos esses como o fato de no “site” da Câmara de Vereadores de Silveira Martins existir um espaço destinado ao Gaspar Silveira Martins, em que a informação descrita é apenas uma relação dos cargos que ele ocupou durante sua vida, mas nenhuma referência da relação com a imigração, bem como na placa que fica abaixo do busto do Gaspar Silveira Martins, inaugurado no ano de 2007 na Praça Garibaldi, no Município Silveira Martins, também apenas descrever os cargos políticos ocupados por ele.

Dentro deste contexto, é que se pensou em trabalhar no Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural a história do Município de Silveira Martins relacionada com Gaspar Silveira Martins, pensando a própria história do Município como Patrimônio Histórico Cultural local/regional.

Segundo a Constituição Federal de 1988, a Constituição vigente, na Sessão II, artigo 216, entende-se por Patrimônio Cultural no Brasil “[...] os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...]”.

No entanto, diferentemente das divisões trazidas pela Constituição, pensa-se neste estudo o Patrimônio Cultural fora das divisões tradicionais entre Patrimônio Material ou Imaterial, pois mesmo o denominado imaterial surge a partir da existência humana, ou seja, é produzido pelo homem, dessa forma, ao criar certas categorias, cria-se uma falsa ilusão de que se pode separar a criação do seu produtor só pelo fato dessa ser considerada abstrata. A música torna-se música e é necessário preservá-la quando apreciada pelo homem, ou escrita em uma folha de papel, da mesma forma a História, ela existe enquanto patrimônio quando é conhecida e perpassada, ou seja, quando as pessoas sentem-se pertencentes a ela, e a partir dela recriam uma identidade cultural:

O patrimônio Cultural – ou seja, o que um conjunto social considera como cultura própria, que sustenta sua identidade e o diferencia de outros grupos – não abarca apenas os monumentos históricos, o desenho urbanístico e outros bens físicos; a experiência vivida também se condensa em linguagens, conhecimentos, tradições imateriais, modos de usar os bens e os espaços físicos (CANCLINI, 1994, p. 99).

Assim, como observa Canclini (1994), o conceito de Patrimônio Cultural apresenta uma amplitude ilimitada. Desse modo, sabe-se que seus elementos se modificam conforme se transformam as sociedades, pois Patrimônio Cultural é a expressão da cultura, que pode ser sentida tanto através das construções de pedra e cal, quanto a partir de elementos que não apresentam esta monumentalidade visual, mas são de monumental importância para a formação cultural e identitária.

No Brasil, iniciou-se a pensar em patrimônio, no sentido de criação de formas legais e oficiais de proteção ao Patrimônio Cultural na década de 1930, durante o governo centralizador de Getúlio Vargas e que tinha como objetivo trazer elementos constitutivos da Identidade Nacional que se almejava “produzir”. Canclini (1994) afirma que:

Aquilo que se entende por cultura nacional muda de acordo com as épocas. Isso demonstra que, mesmo existindo suportes concretos e contínuos do que se concebe como nação (o território, a população e seus costumes, etc.), em boa parte o que se considera como tal é uma construção imaginária (p. 98).

O governo de Getúlio Vargas consolidou a formação da nação brasileira, e para isso fomentou a criação de uma identidade brasileira. Este processo vai ocorrer com ainda mais eficácia no Estado Novo a partir de 1937, onde o controle do Estado Nacional torna-se ainda mais centralizador, autoritário e nacionalizante, e esta perspectiva vai estar presente também na produção cultural: “[...] a política cultural do Estado Novo no Rio Grande do Sul seguiu a perspectiva nacionalizadora e nacionalizante” (KONRAD, 1994, p. 190).

Ao analisar o Estado Nacional brasileiro, Reis afirma que “[...] o processo de construção da nação, na sua perspectiva, envolveria o desenvolvimento de uma consciência nacional, participação e compromisso” (1988, p. 187). E, o Estado Novo vai tentar constituir esta consciência nacional através dos jornais, da educação nas escolas, da propaganda em geral, da literatura, do teatro, do cinema, bem como na constituição de um conjunto de patrimônios culturais nacionais. Todos estes setores permaneceram sob o forte controle do Estado brasileiro, e servindo aos interesses desse.

Assim, permeado por este objetivo, surge o Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que organiza a proteção do Patrimônio histórico e Artístico Nacional, onde o artigo primeiro afirma que:

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (p. 01).

Em uma primeira análise do trecho do Decreto-lei citado, já se percebe termos como “memorável” e “excepcional”, demonstrando o caráter elitista das primeiras políticas acerca do patrimônio cultural no Brasil. As classes dominantes definiriam o que era considerado memorável e de interesse excepcional na História do Brasil.

Outro fator perceptível no trecho do Decreto-lei é que seriam considerados memoráveis bens móveis ou imóveis que despertassem interesse pela ligação com a História do Brasil, ou seja, por representarem fatos memoráveis desta história. Então, desde a década de trinta no Brasil é possível perceber a importância da história e de seus elementos representativos para a construção da identidade nacional. Getúlio Vargas preservava os “patrimônios brasileiros” com a finalidade de despertar e/ou “criar” um sentimento identitário na população brasileira.

A concepção de patrimônio pensada na década de trinta no Brasil, por intelectuais influenciados pela política de Getúlio Vargas já percebia o patrimônio como herança: “O patrimônio Cultural visto como herança de um povo e conjunto de bens e valores representativos de uma nação [...]” (CANANI, 2005, p. 02). A palavra patrimônio sozinha inevitavelmente traz uma conotação de “bem” construído, perpassado ou herdado, ao unir-se ao termo cultural, forma uma expressão de sentido ainda mais abrangente, no entanto, ainda limitado se comparado com o conceito antropológico de cultura que viria a perpetuar-se em fins do século XX e a fazer parte do conceito de patrimônio cultural.

Portanto, desde a Carta Constitucional de 1988 já se observa a presença do conceito de imaterial quando se refere ao patrimônio: “[...] bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação e a memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.” (BRASIL, art. 216).²

O conceito de imaterial veio no sentido de dinamizar, difundir e pluralizar o conceito de patrimônio, que passou a abranger o termo cultura no plural:

Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (IPHAN apud MENDES, 2005, p. 02).

² Entendeu-se necessário repetir a citação, dada a sua importância.

Com a consolidação do conceito de patrimônio imaterial, no sentido dele se fazer presente na Constituição Federal, passou-se a discutir as formas como ele seria materializado. Seu registro estava assegurado no livro de registros a partir do Decreto nº 3.551/2000 que institui o “Registro de bens culturais de natureza imaterial” integrante do Patrimônio Cultural Brasileiro e do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, no entanto, de que forma ele seria perpetuado? A preocupação era de garantir sua existência “[...] fácil é ver que a marca da imaterialidade poderá gerar dificuldades na constatação da existência e na decodificação do conteúdo dessas manifestações no cotidiano, assim como nas atividades voltadas a sua catalogação, preservação e estímulo.” (MENDES, 2005, p. 03).

Esta questão tornou-se tão perturbadora que os profissionais voltados aos estudos do patrimônio histórico cultural, passaram a procurar nomenclaturas mais apropriadas a este patrimônio, considerado abstrato, transparente e inalcançável. Denominações essas como patrimônio intangível ou patrimônio vivo, no sentido de que aquilo que está vivo passa por constantes transformações. Com certeza esta última definição é a mais apropriada quando se insiste em separar o material do imaterial, pois se patrimônio é herança cultural, e a cultura está em constante transformação, da mesma forma está o patrimônio dito vivo.

Entretanto, como já foi mencionado, pensa-se o patrimônio cultural para além destas definições de material e imaterial, intangível ou vivo, exatamente porque não se pode separar o abstrato da materialidade: “Quando se fala em patrimônio imaterial ou intangível, não se está referindo propriamente a meras abstrações, em contraposição a bens materiais, mesmo porque, para que haja qualquer tipo de comunicação, é imprescindível um suporte físico”. (SAUSSURE apud FONSECA, 2003 p. 65).

O dito imaterial necessita para existir de um canal físico de comunicação, e por isso não se separa do material, sendo esta diferenciação desnecessária. No entanto, não se quer aqui desmerecer as conquistas do imaterial, pois significaram propriamente a difusão do sentido antropológico de cultura, ou seja, da pluralização do termo cultura, pois “Reduzir o patrimônio cultural de uma sociedade às expressões de apenas algumas matizes culturais [...] é tão problemático quanto reduzir a função de patrimônio a proteção física do bem” (FONSECA, 2009, p. 65).

O propósito, portanto, é pensar o patrimônio histórico cultural sem diferenciações, e visto como herança, que de geração para geração sofre as influências dentro de um processo dinâmico e móvel. Além disso, da mesma forma que o “imaterial” só se revela no “material”,

por isso a razão de não separá-los, o patrimônio só tem sentido quando recebe uma apreciação valorativa:

[...] não é suficiente a existência de um objeto em si para que ele seja relevante para o grupo social, mas é relevante a atribuição de valor, que é socialmente construído, e a existência de um conjunto de normas que regulam a sua circulação e permanência dentro do grupo, estabelecendo uma rede de relações entre pessoas (CANANI, 2005, p. 03).

Pensando nesta dissociação do patrimônio dito imaterial do seu até então antagonismo, o bem material, faz-se um segundo questionamento: o que pode ser considerado Patrimônio Histórico Cultural sem que se corra o risco da banalização do que é patrimonializável?

O que é percebido como patrimônio mudou, ou seja, deixou de considerar apenas o “excepcional” e “monumental”, principalmente porque acompanhou a mudança do conceito de cultura, apresentada agora dentro de sua versão antropológica, como já comentado:

[...] fizeram com que o culto da herança deixasse de ser a preocupação de uma reduzida elite para se tornar compromisso coletivo [...] verifica-se a partir da década de 1960, a mudança da definição da cultura, que, daí em diante, engloba os mais diversos aspectos das práticas sociais, misturando alta e baixa cultura, de acordo com a afirmação dos sociólogos, no momento em que a paisagem material e imaterial passava por alterações aceleradas (POULOT, 2009, p. 199).

Pode-se, assim, audaciosamente dizer que quase tudo é patrimonializável, sem temer a banalização. Isso porque o que designa o “bem”, como uma herança cultural ou não, é o valor atribuído a ele pela comunidade ou sujeito: “O termo patrimônio, em inglês *heritage*, em espanhol *herencia*, traz no conjunto de seu significado uma relação estreita com a idéia de herança: algo a ser deixado ou transmitido para as futuras gerações.” (CANANI, 2005, p. 03).

Não obstante, elementos diários passam a ser passíveis de patrimonialização, e comunidades simples passam a almejar construir a sua “herança”, ou seja, a formar o seu conjunto de bens patrimoniais. Com este intuito a evocação da memória é um instrumento ímpar. Para os descendentes dos “italianos” emigrados, evocar a memória imigrante se torna uma possibilidade instigante para a formação da identidade imigrante, pautada na rememoração dos bens patrimoniais.

Nesse sentido, a história de uma comunidade é patrimônio dessa, e se expressa, principalmente, na comunicação desta história através das gerações. Para definir o que é ou não patrimonializável em uma comunidade é preciso saber o que é considerado valorativo para ela.

Diante disso, no caso da comunidade do atual Município Silveira Martins, povo que carrega como herança toda história de colonização da chamada *Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul*, para que a história seja percebida pela comunidade se faz necessário que ela seja conhecida amplamente por todos. Valorizar, lembrar, ressignificar é necessário para perpetuar um patrimônio, e para isso é preciso difundi-lo.

Atualmente é impossível dizer se a comunidade de Silveira Martins reconhece e concebe valorização a história do Município relacionada ao político Gaspar Silveira Martins. Isso porque a comunidade não conhece o bastante a história deste político e menos ainda da sua relação com a Quarta Colônia, da qual o Município herda o seu nome, tornando Gaspar Silveira Martins o seu patrono.

Para afirmar o que deve ser patrimonializável deve-se também pensar na realidade social com a qual se lida. No caso de Silveira Martins, o qual o histórico de criação e emancipação é abordado no primeiro capítulo, é evidentemente necessário à difusão da história de formação do Município relacionado ao patrono e a sua origem territorial enquanto núcleo primeiro da Quarta Colônia.

Trabalhos envolvendo o Patrimônio Histórico Cultural da Quarta Colônia estão se multiplicando na região, como fruto de trabalhos de conclusão de graduação, monografias de especializações e dissertações, etc., principalmente da Universidade Federal de Santa Maria. Contudo, ao analisar a história específica, mesmo que não dissociada, do Município de Silveira Martins, percebe-se a necessidade da divulgação das relações do político Silveira Martins com a Quarta Colônia, herança do Município em questão.

Afirmar essa necessidade é possível porque se percebe o pouco conhecimento sobre o patrono tanto quando se conversa com a população do Município, bem como quando se entra em contato com as produções bibliográficas sobre a região.

Dessa forma, como nosso cartão de visita, aquilo que nos identifica enquanto cidadãos, é o nosso nome, em relação a um Município ocorre da mesma forma. O que identifica em um primeiro momento a Quarta Colônia e o Município em questão é o seu nome: Silveira Martins. Portanto, os questionamentos se tornam inevitáveis. Por que Silveira Martins? Quem foi Gaspar Silveira Martins? Qual sua relação com a Quarta Colônia?

O que se propõe aqui não é trazer uma resposta definitiva dos motivos que levaram os colonos ou a administração pública a escolher tal denominação, mas sim mostrar e acima de tudo divulgar as relações do político com a região e com a imigração italiana para o RS, dando um sentido a escolha do patrono da Quarta Colônia e do Município Silveira Martins.

É mister que a população do Município de Silveira Martins perceba a sua própria história como seu Patrimônio Histórico Cultural para o desenvolvimento da região. Trabalhos como o presente já mostraram sua eficácia na reativação de elementos patrimonializáveis como a criação da rota turística gastronômica na Quarta Colônia, também o estudo sobre a rota religiosa entre Santa Maria-Silveira Martins, todos resultados de estudos realizados no Mestrado em Patrimônio Cultural da UFSM.

Pensar a história como patrimônio, significa unir tudo que se pensou até agora ser patrimonializável. Em uma exposição museológica, quando se depara com ela, o que se presencia é a narração de uma história através dos objetos. Eles querem contar algo, sua disposição representa um sentido, um processo, uma marca do passado que na exposição se materializa.

Dessa forma, a história acaba se patrimonializando, pois é a história que é preservada através dos vestígios materiais. A história vista como patrimônio de uma comunidade precisa ser difundida para que não se perca. Entender o porquê o Município carrega o nome Silveira Martins só é possível a partir do conhecimento dos elementos que reforçam a ligação do político com o povoamento da região.

Os seres humanos, como animais de racionalidade, apresentam a peculiaridade da comunicação oral entre si, diferente dos demais seres. Ao ser registrada e difundida a história de Silveira Martins poderá ser transmitida, sofrendo as influências do tempo, mas mantendo-se como um Patrimônio Cultural daquela comunidade que se perpetua através das gerações:

Através da comunicação oral a criança vai recebendo informações sobre todo o conhecimento acumulado pela cultura em que vive. Não falta ao chimpanzé a mesma capacidade de observação e de invenção, faltando-lhe, porém, a possibilidade de comunicação. Assim sendo, cada observação realizada por um indivíduo chimpanzé não beneficia a sua espécie, pois nasce e acaba com ele. No caso humano, ocorre exatamente o contrário: toda a experiência de um indivíduo é transmitida aos demais, criando assim um interminável processo de acumulação (LARAIA apud PELEGRINI, FUNARI, 2008, p. 17).

Assim, aspira-se que o conhecimento das questões históricas que permeiam a escolha do nome do Município e da Quarta Colônia contribua para uma valoração desta relação entre o político e a região. A escolha do nome foi resultado de um contexto histórico em que o político Gaspar Silveira Martins apresentava grande prestígio na política regional e nacional.

Não obstante, cabe falar da imaterialidade de se perceber a história como patrimônio. Dentro das concepções mais tradicionais, a história seria percebida como imaterial, ou intangível, por não poder ser tocada pelas mãos do homem, no entanto, ela não seria difundida se não fosse registrada nas folhas de papel, ou contada oralmente através de um indivíduo.

Este estudo é um exemplo da materialidade do dito intangível, pois a Dissertação é justamente uma forma de registrar em um trabalho científico a história do Município de Silveira Martins, ou seja, a partir deste “canal” a história se materializa, podendo ser preservada e difundida.

De maneira mais prosaica, a imaterialidade foi resumida a impossibilidade de tocar (mas não de ser percebida, claro). Assim, podemos tocar nos instrumentos musicais, nas pessoas e nas roupas, mas uma dança popular não pode, enquanto conjunto da representação, ser “tocada”. Aí está a imaterialidade: o todo compreende a cultura material, mas é maior do que a soma dessas materialidades (LARAIA apud PELEGRINI, FUNARI, 2008, p. 27)

A afirmação de Laraia precisa ser refletida, pois esta mesma percepção de que “o todo é maior que a soma das partes” também pode ser utilizada com os vestígios materiais. Uma peça museal, por exemplo, apresenta um sentido, e está dentro de um processo muito maior e mais significativo do que apenas sua materialidade, ou seja, o fato de poder ser quebrado, de ser possível causar danos a estes vestígios. Seu conteúdo implícito é muito maior, e insere-se em contexto muito mais complexo que uma sala de exposição no museu.

Da mesma forma está uma edificação, considerada como patrimônio pela sua materialidade. Na verdade ela expressa todo um contexto de época e nela está implícita uma série de relações sociais muitas vezes nem lembradas, pois a valoração ocorre apenas ao seu valor arquitetônico, sublimando estas outras questões.

Com isso, desconsideram-se as diferenças tradicionais entre patrimônio material e intangível, mas se destaca a importância de perceber novos elementos como possíveis de patrimonialização. Fator esse que só foi possível com o desenvolvimento de um conceito amplo de cultura, elaborado pela antropologia: “A cultura não é algo dado, uma simples herança que se possa transmitir de geração a geração. Ela é uma produção histórica, como parte das relações entre grupos sociais” (PELEGRINI, FUNARI, 2008, p. 19).

Sendo assim, integram-se os termos patrimônio e cultura. Patrimônio que em seu sentido literal expressa a idéia de propriedade, referindo-se então a propriedade da cultura. O patrimônio cultural passou a ter ênfase no anseio de formação de uma identidade nacional no Brasil, mas junto com as modificações do conceito de cultura, a união das palavras “patrimônio” e “cultura” passaram a expressar também novas formas de se pensar o dito patrimônio cultural: “As novas perspectivas advogam na atualidade pela ‘ampliação’ do conceito de patrimônio cultural para que este abarque manifestações culturais constitutivas da diversidade cultural passada e presente [...]” (ROTMAN; CASTELLS, 2007, p. 59).

É dentro desse contexto que se pensa a história como patrimônio. A história é constituída pelos acontecimentos, fatos, pelo processo histórico em si, que contempla a formas de relações sociais, a política, a economia, o folclore e que solidifica e materializa as construções dos espaços de sociabilidade, as construções arquitetônicas e sua importância material e simbólica. A história contempla quase tudo que se pensa como patrimônio em uma comunidade, dá sentido a coletividade dos bens, mostra o valor de sua existência.

A história como patrimônio ao ser registrada obedece a lógica de preservação que envolve as questões em torno do patrimônio cultural. Da mesma forma que a noção moderna de cultura afirma que o intangível como patrimônio poderá e deverá sofrer alteração ao longo do tempo, mas seu registro permite sua preservação, o mesmo se diz sobre a história como patrimônio. Ao ser registrada é imediatamente preservada, e, assim, facilita sua difusão.

A história do Município de Silveira Martins, abordando a relação com o político patrono Gaspar Silveira Martins, permitirá esclarecer a população do Município, da Quarta Colônia e a todos para quem interessar as questões que relacionam a atuação deste político a criação da Quarta Colônia, sua importância no contexto histórico do período e todos os liames que levam a escolha do nome Silveira Martins à Quarta Colônia e ao Município Silveira Martins.

Objetiva-se que com a divulgação deste estudo, a ligação entre este político e o Município deixe de ser marcada apenas por um busto na praça central, Praça Garibaldi, mas, que se conheça esta história, que ela possa ser divulgada e que a população de Silveira Martins possa conhecer sua identidade.

É a partir disso, que para o Município de Silveira Martins, propõe-se a divulgação de sua história marcada pelas disputas entre a maçonaria e a igreja católica, e a escolha de um patrono maçônico, mas conhecido por sua ampla defesa da imigração e dos imigrantes.

Diante disso, foi elaborado um produto deste estudo: uma exposição, apresentando a História de Silveira Martins como Patrimônio Histórico Cultural local/regional, a partir desse novo “olhar” que ressalta as relações com o político Gaspar Silveira Martins. A partir da exposição, a população poderá estar mais envolvida no processo de reconhecimento da importância desta história, e do próprio Município de Silveira Martins, enquanto núcleo inicial da *Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul*.

Metodologicamente, para organização da exposição que se pretendeu ser de caráter permanente, no Município de Silveira Martins, utilizou-se uma mescla de imagens e textos, apoiando-se no recurso de painéis. A organização da exposição pautou-se por um planejamento, e foi nele que se traçaram as ações feitas para alcançar o objetivo final, a

organização da exposição. Este planejamento organizou as etapas realizadas e os agentes envolvidos em cada uma destas etapas.

Além do planejamento, que teve como resultado a exposição, foram necessários os planos de ação, que correspondem a ações rápidas, com prazos curtos, para a realização do objetivo maior (CURY, 2005, p. 75). Foi necessária a formação de uma equipe para o desenvolvimento da proposta, a estrutura e avaliação do orçamento.

Como afirma Cury “As questões técnicas do processo de concepção e montagem da exposição são inúmeras e de grande complexidade, pois envolvem diversas áreas [...]” (2005, p. 98). Assim, necessitou-se de profissionais da área de pesquisa histórica, do Design para a “forma” da exposição, bem como um profissional da educação, já que a exposição pretende ser também um subsídio para o trabalho do ensino da história local em instituições formais e/ou no ensino informal. A equipe em conjunto tomou as decisões durante todo o processo, pensando questões como estrutura e orçamento.

A exposição, para atingir os objetivos acima referidos, justificou-se por ser um meio para alcançar a influência mútua da comunidade silveirense com a sua história apresentada na exposição. Tendo por base Cury, a exposição deve ter como objetivo “[...] oferecer ao público a oportunidade para um comportamento ativo cognitivo (intelectual e emotivo), interagindo com a exposição. Em síntese, procura-se a interação entre mensagem expositiva e o visitante [...]” (2005, p. 38). A exposição é construída para que este processo ocorra, para que a comunidade perceba um sentimento identitário através dela e que valorize a história local deste Município.

Para atingir a interação, necessitou-se de uma estratégia de comunicação, fazendo isso a partir da utilização de imagens, já que “[...] as imagens são e têm sido sempre, um, tipo de linguagem, ou seja, atestam uma intenção de comunicar, que é dotada de sentido [...] as imagens partilham com as outras formas de linguagem a condição de serem simbólicas [...]” (PESAVENTO, 2008, p. 99).

A utilização das imagens/fotografias junto a textos somente enriquece a mensagem que se pretende passar quando trabalhada esta parceria corretamente. A imagem dificilmente dá o sentido da mensagem que se quer passar agindo sozinha, assim ela e o texto se complementam.

No entanto, a importância do uso da imagem está no fato de que elas comunicam aquilo que os textos não o fazem a não ser que se tornem densos e cansativos. Além disso, o alcance das imagens é maior, no sentido de alcançarem um público maior, formado também por analfabetos. Para a exposição, mesclou-se o informativo com o visualmente atrativo,

sendo um trabalho voltado tanto para a comunidade local, quanto para os turistas que visitam o Município de Silveira Martins pertencente à *Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul*.

Este potencial comunicador e informativo da exposição pode também ser usado como um apoio ao trabalho com Educação Patrimonial nas escolas. A criação da exposição visou justamente promover o despertar para o maior interesse da história local/regional, propiciando a integração entre conhecimento, comunidade e apoio pedagógico:

Educação patrimonial é um programa que busca a conscientização das comunidades acerca da importância da criação, da valorização e da preservação dos patrimônios locais. Essa conscientização é um exercício de interação da população com os patrimônios da sua região. Para uma melhor compreensão inicial, são utilizados patrimônios concretos, vestígios que possam ser tocados ou percebidos. Somente após esse procedimento, serão trabalhados os patrimônios que se apresentam de forma abstrata, como o saber popular local (SOARES, 2003, p. 24).

O que afirma Soares (2003) é que para trabalhar a história local, principalmente nas escolas, é necessário partir do que é palpável para os alunos, ou seja, aquilo que é reconhecido no seu dia-a-dia. A partir disso, torna-se mister esclarecer a importância da criação de uma exposição que trabalhe o Patrimônio Histórico de Silveira Martins a partir de imagens e textos. A história do Município é Patrimônio Histórico Cultural de Silveira Martins. Dessa forma, a exposição pode servir de subsídio do ensino da História local em sala de aula, contribuindo para o trabalho do professor.

Por fim, a exposição ao se utilizar de imagens/fotografias preocupou-se com o trabalho acerca da importância do patrimônio Cultural na identidade coletiva, assim como de que forma deve ser o manuseio dos símbolos de coletividade.

Acredita-se que a exposição alcançará os objetivos propostos porque “É na exposição que se potencializa a *relação profunda entre o homem e o objeto* [...] A relação profunda refere-se ao encontro entre as pessoas e a poesia, sendo que a poesia está nos objetos.” (CURY, 2005, p. 34). O objeto deste estudo ou “fato museal” (quando se refere a artefatos de um museu, ou ao próprio museu) é a história de Silveira Martins, relacionando-a com Gaspar Silveira Martins, e a exposição permite comunicar esta história, pois ela nada mais é do que o processo que permite a comunicação.

Sobre a organização do estudo, a presente Dissertação dividiu-se em dois capítulos. No primeiro, procurou-se fazer uma apresentação da história e da problemática do Município de Silveira Martins, desde o início de seu histórico como núcleo inicial da Colônia Silveira Martins até a emancipação quando Distrito de Santa Maria e formação do Município Silveira

Martins, abordando a relação com o político Gaspar Silveira Martins. Trabalharam-se ainda neste capítulo os conceitos de identidade e memória. Assim, o capítulo serviu como base para os textos que fundamentaram as imagens utilizadas na exposição.

No segundo capítulo se objetivou abordar as questões em torno da organização da exposição em Silveira Martins, resultado da pesquisa em questão, destacando a importância desta exposição. Neste capítulo também se apresentou a exposição em si, trabalhando as imagens e textos utilizados, justificando-as.

No que diz respeito às fontes utilizadas, têm-se fontes bibliográficas, bem como fontes primárias: livros raros encontrados na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro, anais e relatórios no Arquivo do Memorial da Assembléia do Estado do Rio Grande do Sul em Porto Alegre, documentos do Fundo Municipal de Colonização e da Secretaria do Governo Federal encontrados no Arquivo Histórico em Porto Alegre, jornais do Arquivo do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, reportagens de jornais encontradas no Memorial da Casa Edmundo Cardoso em Santa Maria, documentação e jornais encontrados na Biblioteca do Município de Silveira Martins, e, por fim, Atas da Câmara Municipal de Santa Maria da Boca do Monte.

As fontes iconográficas foram encontradas no Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma/RS e na Biblioteca do Município de Silveira Martins. Também se utilizou imagens encontradas no “site” da prefeitura de Silveira Martins, do Arquivo digital da Secretaria de Cultura, Turismo, Desporto e Eventos de Silveira Martins e do arquivo pessoal de Naiani Machado da Silva Fenalti.

Sendo assim, voltando-se para o patrimônio cultural da cidade de Silveira Martins, primou-se por trabalhar a história do Município, através da relação entre texto e imagem, permitindo o conhecimento de sua história, o trabalho junto às escolas, e, por fim, a divulgação da História local, sendo a exposição fruto de um trabalho acadêmico, atualizado, mas também um foco de atração turística.

1 QUARTA COLÔNIA IMPERIAL DE IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL - SILVEIRA MARTINS

Neste capítulo será apresentado o processo que envolveu a criação da *Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana do Rio grande do Sul*, a partir do núcleo inicial ligado ao Município de Santa Maria da Boca do Monte, mostrando a intensa relação da região da Colônia Silveira Martins com Santa Maria e a participação do político Gaspar Silveira Martins na criação do núcleo que da origem a essa colônia.

Além disso, abordar-se-á a relação do político não só com a criação do Núcleo Colonial de imigração Italiana de Santa Maria da Boca do Monte, mas também sua ativa ação na defesa da imigração e dos imigrantes presentes em seus discursos e em reportagens sobre este político.

A abordagem deste contexto histórico servirá de fundamentação teórica a criação da exposição sobre a história do Município de Silveira Martins que fez parte da colônia Silveira Martins, sendo o primeiro núcleo colonial dessa, e, atualmente faz parte do conjunto de municípios que formam a *Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana do Estado do Rio Grande do Sul*.

Passa-se, então, a abordar o processo de povoação desta região do Estado, que está diretamente relacionado ao processo de povoamento do Estado do Rio Grande do Sul, e, portanto, faz parte do processo de formação histórico, social e cultural do Estado.

1.1 A atuação política de Gaspar Silveira Martins e a criação da Quarta Colônia

O surgimento da Quarta Colônia está presente na história de Santa Maria da Boca do Monte, podendo-se dizer, até mesmo, que Santa Maria faz parte deste conjunto de municípios que formam a chamada *Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana do Estado do Rio Grande do Sul*. O Padre Luizinho Sponchiado, experiente estudioso da imigração na região, afirmou que Santa Maria já fez parte da Quarta Colônia por Silveira Martins ter sido durante anos distrito de Santa Maria.

No entanto, mais do que isso, deve-se levar em conta que o núcleo inicial da Quarta Colônia foi criado nas terras pertencentes ao Município de Santa Maria e que só depois, em 1878, emancipou-se de Santa Maria, tornando-se, então, a Colônia Silveira Martins, quarta do

Estado. O historiador Luiz Eugênio Vésicio, ao se referir à Santa Maria no livro “Nova história de Santa Maria: contribuições recentes”, faz a seguinte afirmação:

A cidade de Santa Maria é povoada por ítalo-descendentes. [...] Uma rápida olhada pelo catálogo telefônico, no qual prevalecem os sobrenomes italianos, ajuda a comprovar essa afirmação. A explicação para essa hegemonia está fortemente ligada a história da imigração italiana para o Rio Grande do Sul, iniciada a partir de 1877 com a chegada dos primeiros imigrantes ao *Núcleo Colonial de Santa Maria da Boca do Monte*. A partir de 20 de setembro de 1878, este passa a ser chamado *Colônia Silveira Martins* (2010, p. 197).

A partir dessa “emancipação” do núcleo colonial do Município de Santa Maria em 1878, a ligação inicial do núcleo com o Município passa a ser pouco lembrada pela historiografia. Entretanto, cabe mencionar que o núcleo é embrionário de um pedido da Câmara de Vereadores de Santa Maria da Boca do Monte ao Governo Imperial pela concessão e demarcação de terras devolutas para serem anexadas ao patrimônio do Município.

Nos ofícios da Câmara Municipal enviados para a Presidência da Província desde o ano de 1874 já se observa o interesse desta Câmara pela concessão de terras devolutas, como, por exemplo, no ofício de 6 de julho de 1874:

Em solução ao ofício circular de V. Ex. de 18 de abril passado, sob nº 361, cumpre esta câmara informar que esta municipalidade ainda não recebeu terreno algum para a constituição de seu referido patrimônio, cumprindo observar que as terras na circunvizinhança da Vila, consideradas como devolutas tem sido aforadas pela Presidência da Província [...]³

Também o ofício de 18 de junho de 1875⁴ mostra o pedido da Câmara ao Presidente da Província pelo intermédio junto ao Governo Imperial para a concessão das terras devolutas.

Dessa forma, percebe-se que o espaço físico que no futuro iria compreender a *Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana do Estado do Rio Grande do Sul* passou a fazer parte do patrimônio de Santa Maria a partir de uma solicitação da Câmara de Vereadores do próprio Município ao Governo Imperial para concessão de terras na região da serra, pertencentes ao Governo Imperial, com a finalidade de serem anexadas ao patrimônio de Santa Maria.

³ Correspondência no Fundo Câmaras Municipais da Câmara de Santa Maria da Boca do Monte, de 6 de julho de 1874, página 308, maço 210. Acervo do Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul. Original: Em solução ao ofício (sic) circular de V.Ex. de 18 de abril findo, sob nº 361, cumpre esta câmara (sic) informar que esta Municipalidade ainda não recebeu terrenos algum para a constituição de seu referido patrimônio: cumprindo observar que as terras na circunvizinhança (sic) da Villa, consideradas como devolutas tem sido aforadas pela Presidência (sic) da Província (sic) [...].

⁴ Correspondência no Fundo Câmaras Municipais da Câmara de Santa Maria da Boca do Monte, de 18 de junho de 1875, página 332, maço 210. Acervo do Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul.

Comprova a disposição de tais terras a ata de 27 de janeiro de 1879 da Câmara de Vereadores de Santa Maria da Boca do Monte, a qual afirma que “[...] foi lido um ofício do engenheiro Guilherme Greenhalgh, enviando a planta desta cidade compreendendo o mapa dos terrenos adjacentes a mesma que foram medidos como parte do patrimônio concedido a esta municipalidade pelo governo geral.”⁵. Greenhalgh foi o engenheiro chefe da comissão nomeada pelo Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas:

[...] encarregada⁶ de proceder a medição dos terrenos requeridos por compra da discriminação dos do domínio particular dos do público. A referida comissão deu começo aos respectivos trabalhos no município de Santa Maria da Boca do Montes, sendo investido o referido engenheiro do cargo de Juiz comissário do mesmo município.⁷

Greenhalgh ao fazer a medição das terras do patrimônio de Santa Maria da Boca do Monte sugeriu ao Governo Imperial a criação de uma colônia de imigrantes na região, como ele mesmo argumenta em correspondência enviada ao Presidente da Província do Rio Grande de São Pedro, em 1878: “Tendo sido o terreno desta colônia descoberto e por mim indicado ao governo e tendo até hoje sido todos os trabalhos feitos debaixo da minha direção empenhava-me no seu desenvolvimento [...]”⁸.

Também se pode ver a intenção real da demarcação das terras pela decisão imperial nº 151 de 1875:

Envio a Vm. As inclusas instruções pelas quais se deverá reger o desempenho da comissão que lhe foi confiada, de proceder à medição de terras devolutas vendidas na província do Rio Grande do Sul, e de discriminar as de domínio particular das do público nos municípios onde executar os trabalhos necessários à demarcação das áreas concedidas a diversos por título de compra e venda. [...] Deus guarde a Vm. – José Fernandes da Costa Pereira Junior. – Sr. Engenheiro Guilherme Greenhalgh (IOTTI, 2001, p. 385).

⁵ Ata no Fundo Câmara de Vereadores – Atividades Legislativas - da Câmara de Vereadores de Santa Maria da Boca do Monte, 27 de janeiro de 1879, Série Atas das Sessões, localização em 3.d-livro de atas, p. 156. Acervo da Câmara de Vereadores de Santa Maria. Original: “[...] foi lido um ofício do engenheiro Guilherme Greenhalgh, enviando a planta desta cidade compreendendo o mappa (sic) dos terrenos adjacentes a mesma que foram medidos como parte do patrimônio concedido a esta municipalidade pelo governo geral.”

⁶ Referindo-se à comissão.

⁷ Relatório de Presidente da Província do Rio Grande de São Pedro de 5 de fevereiro de 1877, página 24. Acervo on-line do Memorial da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul: <http://www2.al.rs.gov.br/memorial>. Original: “[...] encarregada de proceder a medição dos terrenos requeridos por compra da discriminação dos do domínio particular dos do público. A referida comissão (sic) deu começo aos respectivos trabalhos no município de Santa Maria da Bocca (sic) do Monte, sendo investido o referido engenheiro do cargo de juiz comissário (sic) do mesmo município (sic).”

⁸ Correspondência no Fundo Colonização, do diretor da Colônia de Santa Maria ao Presidente da Província no dia 18 de junho de 1878, maço 9. Acervo do Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul. Original: “Tendo sido o terreno desta colônia descoberto e por mim indicado ao governo e tendo até hoje sido todos os trabalhos feitos debaixo da minha direção (sic) empenhava-me no seu desenvolvimento [...]”

Era de interesse total de Santa Maria a medição das terras de seu patrimônio já que desde a chamada “Lei de Terras” de 1850, as terras podiam ser vendidas angariando fundos para o Município. Esta Lei foi promulgada em 1850, Lei nº 601, e a partir dela a terra passou a ser considerada mercadoria, não sendo mais apenas símbolo de *status* social (GIRON, 1980, p. 53).

Sobre a relação de Gaspar Silveira Martins com a criação do núcleo colonial de Santa Maria da Boca do Monte tem-se a Ata de 13 de janeiro de 1876, de uma sessão ordinária da Câmara de Vereadores do Município de Santa Maria da Boca do Monte, onde diz que foi dirigido um voto de agradecimento aos apoiadores do pedido para a concessão e demarcação das terras devolutas:

[...] foi resolvido que se dirigisse um voto de agradecimento aos Exmos senhores Dr. Gaspar Silveira Martins, Dr. José d’ Araújo Brusque, Dr. Florencio de Abreu e Silva, na qualidade de dignos [...] desta província apoiaram o pedido desta câmara a Assembléia Geral para que lhe fosse concedido terras para seu patrimônio, tanto mais quando a [...], conforme comunicou-lhe a Vosso Presidente desta Província em data de 19 de novembro do findo ano.⁹

Desse modo, sabe-se pela ata mencionada que Gaspar Silveira Martins colaborou por meio de intervenção política para efetuar a concessão e medição das terras devolutas ao redor de Santa Maria.

Ademais, quando já estava criada a Colônia Silveira Martins, para facilitar a vinda dos imigrantes, o político Gaspar Silveira Martins conseguiu “[...] a mudança do itinerário da estrada de ferro que ligaria Porto Alegre a Uruguaiana (que já estava traçada por Caçapava), fazendo-a passar por Santa Maria. Com isso, a importância de Santa Maria cresceu no interior do Estado, qualificando-a ainda mais para receber correntes de imigrantes” (A RAZÃO, 1975, p.4). A Ferrovia (Figura 1) alcançou Santa Maria em 1885, e a estação criada na região próxima aos núcleos migratórios recebeu o nome de Estação Colônia, no Bairro atual de Camobi.

⁹ Ata no Fundo Câmara de Vereadores – Atividades Legislativas - da Câmara de Vereadores de Santa Maria da Boca do Monte, de 13 de janeiro de 1876, Série Atas das Sessões, localização em 3.d-livro de atas, p. 60. Acervo da Câmara de Vereadores de Santa Maria.



FIGURA 1 – Estação Colônia¹⁰

Nesse contexto, faz-se importante para o presente estudo abordar os principais aspectos biográficos do político Gaspar Silveira Martins, com ênfase nas questões relacionadas à política imigratória.

Gaspar Silveira Martins foi um político da segunda metade do século XIX, de nacionalidades uruguaia e brasileira que construiu sua carreira política no sul do Brasil, mantendo em toda sua trajetória relações econômicas, políticas e de amizade com o Uruguai, dentro da região que se denomina platina¹¹.

Nasceu em Cerro Largo, Departamento de Mello no Uruguai, no ano de 1835, conforme certidão de batismo (Figura 2), que comprova sua nacionalidade uruguaia, questão tão discutida pelos pesquisadores que se empenharam em construir sua biografia¹².

¹⁰ Fonte: FENALTI, Naiani Machado da Silva. **Estação Colônia**. Santa Maria, novembro de 2011. Fotografia, color, digital. In: Arquivo pessoal de Naiani Machado da Silva Fenalti.

¹¹ Parte do território brasileiro banhado pelos rios que formam a Bacia Platina.

¹² A análise acerca das biografias sobre Gaspar Silveira Martins foi feita por mim no Trabalho de Conclusão de Curso obrigatório para obtenção do título de Licenciada e Bacharel em História – UFSM – 2º semestre de 2010.

PARROQUIA NTRA. SRA. DEL PILAR Y SAN RAFAEL
 IGLESIA CATEDRAL *Novio 1835*
 MELO

CERTIFICADO DE BAUTISMO

CERTIFICO que en el libro *2 (anexo)* a folios *8.0*.....

se encuentra anotado el BAUTISMO de

Gaspar Silveira Martins

Padre *Carlos Silveira*

Madre *Maria Martins*

Fecha de nacimiento *5 de agosto de 1835*

Fecha de BAUTISMO *5 de agosto de 1835*

OBSERVACIONES *Certifico que los datos indig-
 nos que constan en los anales de esta Ca-
 tedral, Meló, de 2 de Septiembre de 1999*

[Firma]
 Responsable
 Iglesia Catedral

Sello



UFSM
 Biblioteca Central

FIGURA 2 – Certidão de Batismo de Gaspar Silveira Martins¹³.

Apesar de nascido no estrangeiro, Gaspar Silveira Martins era considerado brasileiro por ser filho de brasileiros. Tal condição pode ser entendida no Inciso II, artigo 6º da Constituição Federal de 1824, onde diz que serão reconhecidos como brasileiros: “Os filhos de pai Brasileiro, e os ilegítimos de mãe Brasileira, nascidos em pais estrangeiro, que vierem

¹³ Coleção Acervo, folheto, localização F06643. Acervo da Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

estabelecer domicílio no Império.”¹⁴ Como já mencionado na introdução deste trabalho, os pais de Silveira Martins eram Carlos Silveira de Moraes Ramos, nascido em 1790, na freguesia de Encruzilhada; e a mãe Maria Joaquina das Dores Martins, nascida em 1803, em Rio Pardo, ambos brasileiros, o pai descendente de imigrantes da Ilha dos Açores, pertencente a Portugal, e a mãe descendente de portugueses emigrados da Península Ibérica¹⁵.

Assim, apesar de ter seu registro em Mello, Departamento de Cerro Largo no Uruguai, era brasileiro por ser filho de brasileiros e ser domiciliado no Brasil, em Bagé, como seus pais. Obviamente o que se deve levar em conta é que no século XIX a fronteira do Brasil e do Uruguai era instável: “No período de nascimento de Silveira Martins, 5 de agosto de 1835, a fronteira entre Brasil e Uruguai ainda oscilava, além da Serra de Aceguá estar presente dos dois lados da fronteira”(FENALTI, 2009, p. 29). O mapa (Figura 3) demonstra a proximidade entre Bagé, no Brasil, e Mello, no Uruguai:



FIGURA 3 – Mapa do Uruguai que mostra a fronteira com o Brasil, e a serra de Aceguá¹⁶.

¹⁴ Original: “Os filhos de pai Brasileiro (sic), e os ilegítimos (sic) de mãe (sic) Brasileira (sic), nascidos em paiz (sic) estrangeiro, que vierem estabelecer domicilio (sic) no Império (sic).”.

¹⁵ Informações conseguidas a partir do acervo de registros de batismos da Cúria Metropolitana Porto Alegre.

¹⁶ Fonte: Disponível em: http://viagenslacoste.blogspot.com/2008_08_01_archive.html. Acessado em 20 de Nov. 2009.

Gaspar Silveira Martins enquanto cidadão brasileiro possuía todos os seus direitos políticos, podendo votar, candidatar-se e eleger-se em cargos eleitorais. Por isso, ocupou o cargo de Senador do Brasil, no qual a Constituição Federal de 1824, Inciso I, do artigo 45, deixava claro que para ocupar posto no Senado Vitalício, um dos pré-requisitos era: “Que seja Cidadão Brasileiro, e que esteja no gozo dos seus Direitos Políticos”.¹⁷

Esta questão da nacionalidade de Silveira Martins é fruto da proximidade e das relações entre o Brasil e o Uruguai, bem como da flexibilidade da fronteira. O Rio Grande do Sul (no período Província do Rio Grande de São Pedro) vivia influências do Prata e, ao mesmo tempo, era monitorado pelo governo central, pois era marcado por um estigma de separatista, em função da Revolução Farroupilha (1835-1845), no qual a província proclamara a República, separando-se do resto do Brasil. A própria revolução pode ser pensada dentro das influências vindas dos países da região do Prata, situação propiciada pela posição fronteiriça que ocupava. Segundo Newton Carneiro, a província era influenciada pelas idéias de autonomia vindas da região do “Prata” desde o início da descolonização (2006, p. 126).

Então, Silveira Martins durante toda a sua vida manteve relações constantes com o Uruguai, “[...] ao abordar a história de vida de Silveira Martins, estes vínculos aparecem constantemente, primeiro por ele ter nascido no Uruguai, segundo por viver parte de sua infância em Bagé e nos municípios circundantes, bem como por estabelecer relações típicas de uma região fronteiriça, como já era costume no Rio Grande do Sul” (FENALTI, 2009, p. 29-30).

Não obstante, no que se refere a suas ações políticas no Rio Grande do Sul, ele foi o criador do Partido Liberal junto a Félix da Cunha, e pertencia a uma família de classe oligárquica, os quais possuíam terras nos dois lados da fronteira, inclusive o próprio Gaspar Silveira Martins, como afirma Souza (1993, p. 26).

No Partido Liberal, Silveira Martins pertencia à ala dos mais radicais, conhecida como ala dos “Gasparistas” (que leva o seu nome) e denunciou diversas vezes através do jornal “A Reforma”, vinculado ao Partido Liberal, o descaso da Província sulina e do Império Brasileiro para com os imigrantes.

Afirmou Carneiro, ao fazer referência ao Partido Liberal, que “Sua pauta política implicava, por sua vez, bem mais que um programa, sintetizando os interesses pragmáticos das camadas estancieiras sul rio-grandenses. O fazer político do Partido Liberal traduzia,

¹⁷ Original: “Que seja Cidadão Brasileiro (sic), e que esteja no gozo dos seus Direitos Políticos (sic).”

assim os interesses que verdadeiramente hegemonizavam a elite proprietária regional” (2006, p. 135-136).

Diante disso, cabe dizer que Gaspar Silveira Martins tinha interesses acima de tudo políticos para incentivar a imigração, principalmente européia, para o Brasil. Aliás, seus próprios discursos, quando analisados, confirmam essa afirmação. O trecho abaixo faz parte do discurso proferido por Gaspar Silveira Martins na chamada “Conferência Radical”, no teatro da Fênix, onde ele expressou seu pensamento e também as idéias do Partido Liberal rio-grandense.

Quem diz senhores, substituição do trabalho escravo pelo livre diz emigração, quem diz emigração, diz liberdade de culto, emancipação de consciência; na nossa constituição, ainda que esteja escrita liberdade de consciência, ela não existe de fato, porque não há liberdade de consciência na lei onde por motivos religiosos se cerceão direitos; aquele que não for católico não pode sentar-se nos conselhos da coroa! (MARTINS, 1869, p. 26).¹⁸

A escravidão era um atraso para o pensamento liberal e capitalista da época, por isso deveria ser extinta ainda que de forma paulatina, também incentivar a vinda de imigrantes para o Brasil em substituição a mão-de-obra escrava era uma tática política, pois se falava na época em uma superioridade branca, e o país era formado por negros em grande parte.

Desse modo, condicionar as políticas de incentivo a imigração européia para o Brasil à necessidade de mão-de-obra e estabelecer uma necessidade de branqueamento do país, demonstraram o caráter racista da elite no período, elite da qual Gaspar fazia parte, pois como afirma Cleci Eulália Favaro (2006, p. 310) o “problema” da falta de mão de obra era apenas fruto do preconceito que se manifestava para com os ex-escravos, ou seja, haveria uma mão-de-obra abundante, a mesma que teria sustentado a economia colonial e brasileira durante praticamente quatro séculos. Mas, para trabalhar como mão-de-obra livre e assalariada estes indivíduos não poderiam ser úteis, como afirma novamente Favaro: “[...] apesar de o sistema escravista estar em fase de extinção, não extinguiu simultaneamente e automaticamente os escravos e ex-escravos – suporte fundamental no desenvolvimento de todos os ciclos econômicos durante a colônia e o Império” (2006, p. 311). Ou seja, eles continuariam no

¹⁸ Original: Quem, diz senhores, substituição do trabalho escravo pelo livre diz emigração (sic), quem diz emigração (sic), diz liberdade de culto, emancipação de consciência; na nossa constituição ainda que esteja escripta (sic) liberdade de consciência, ela não existe de fato, porque não ha liberdade de consciência na lei onde por motivos religiosos se cerceão (sic) direitos; aquelle (sic) que não fôr (sic) catholico (sic) não pode sentar-se nos conselhos da coroa!

Brasil, mas seriam marginalizados ao não serem absorvidos de nenhuma forma na sociedade de então.

A partir da Lei de Terras, possibilitou-se a manutenção e intensificação do fluxo migratório, além de possibilitar a maior marginalização dos ex-escravos, já que esses não possuíam, em sua maioria, recursos para adquirir lotes de terra mediante a compra¹⁹. As facilidades oferecidas aos imigrantes não foram ofertadas aos ex-escravos.

Nesse sentido, nota-se que a mudança governamental no tratamento da questão da terra, não era apenas uma tática política, mas também influenciava a economia, sendo que um dos objetivos de trazer para o Brasil braços brancos e europeus era o de conseguir mão-de-obra para a produção do café, voltado em grande parte para a exportação, além de ser uma grande influência para a população do país, no que concerne a questão do trabalho braçal, pois a população era marcada pelo uso do trabalho escravo nas lavouras, considerado, conseqüentemente, como desonroso para a população branca.

No caso do sul do Brasil, a imigração italiana para esta região ocorreu em situação diversa, já que os imigrantes, a partir de 1870, vinham para a Província de São Pedro como era conhecida durante o Império, com o intuito de colonizar terras “desocupadas”²⁰ pertencentes ao Império Brasileiro, contribuindo para o povoamento da Província. Além disso, a criação de colônias na região da serra, terras conhecidas como “zonas das matas”, eram definidas pela implantação da pequena propriedade, baseada na policultura de agricultura familiar e, também, faziam frente aos latifundiários pecuaristas da região sul, freando a expansão desses pelas terras ao longo da região da serra.

Gaspar Silveira Martins não defendia apenas a vinda dos imigrantes, mas também facilidades constitucionais para estes no país. Em 1879, retirou-se da pasta da Fazenda do Gabinete ministerial comandado por Sinimbu, justificando sua saída pelo fato de o Partido Liberal não ter incluído na Reforma Constitucional a elegibilidade dos acatólicos. Após sua saída da pasta da Fazenda, o político fazia a defesa da elegibilidade dos acatólicos em discursos:

Pedi a palavra para apresentar a esta augusta câmara uma representação da Assembléa Provincial do Rio Grande do Sul, reclamando contra a injustiça que o projeto de reforma constitucional consagra contra os cidadãos brasileiros que não seguem a religião católica apostólica romana, e protestando contra o sistema adotado

¹⁹ O próprio Núcleo Colonial de Santa Maria da Boca do Monte formou-se a partir da venda dos lotes que faziam parte do patrimônio do Município.

²⁰ Coloca-se o termo “desocupadas” entre aspas pelo fato de que tais terras chamadas de devolutas pelo império eram, na verdade, ocupadas por nativos da região, os quais são chamados de povos indígenas. Existem estudos voltados a análise desses povos, bem como da relação desses com os imigrantes que chegavam a região.

no projeto do governo, de dar à assembléa ordinária o direito de marcar limites aos poderes e atribuições da constituinte (MARTINS, 1879, p. 300).²¹

Ainda sobre tal defesa, além de seus discursos amplamente divulgados, cabe dizer que sua saída da pasta da Fazenda pelo motivo alegado de a Reforma Constitucional não ter em sua proposta a elegibilidade dos acatólicos, não foi bem aceito por todos. Exemplo disso foi o artigo publicado no período, intitulado “Os acatólicos e o Sr. Gaspar Martins”, publicado pelo jornal *O Comércio*, e assinado da seguinte forma: por um rio-grandense. No artigo faz-se uma dura crítica a Gaspar Martins, principalmente por ele ter deixado a pasta da fazenda, setor importante do ministério, por causa considerada de menor importância: “[...] aos 50.000 colonos da sua província, que na grande maioria não falam português, que vivem presos à cultura das suas pequenas terras, preocupados das variações meteorológicas [...] de nenhum modo interessados nas evoluções políticas do país.” (O COMÉRCIO, 1879, p. 7 – 8)²²

Nadir Domingues de Mendonça em “O pensamento político de Silveira Martins”, fez uma análise dos discursos de Silveira Martins no Senado Federal, discursos os quais também estão sendo utilizados no presente estudo. A autora coloca que Silveira Martins seguia religiosamente os princípios do Partido Liberal, produzidos em 1863 na Província rio-grandense, até porque como um dos fundadores ele mesmo havia contribuído para a formulação, quais sejam: princípio da liberdade individual, da defesa da propriedade, da responsabilidade dos ministros, da temporariedade do Senado, do sistema representativo, da independência da magistratura, do serviço militar obrigatório, da descentralização administrativa, da eleição direta, entre outros (2007, p.79).

Mendonça (2007) também coloca que com relação ao voto dos acatólicos, Gaspar não o defendia apenas por ser de direito, mas também por promover a imigração em substituição à mão-de-obra escrava, já que seria mais um atrativo aos imigrantes e aos colonos que já se encontravam no país e na província. Defendendo a adoção do casamento civil, dizia ser um entrave na legislação a entrada de imigrantes, ou seja, concluía que o casamento não podia ser matéria de culto (p. 83).

Outra questão defendida por Gaspar Silveira Martins em seus discursos foi a formação de um Estado Laico, ou seja, a separação do Estado da Igreja, pois para ele as questões do Estado nada tinham a ver com as questões espirituais, então, uma não deveria interferir na

²¹ Obra de compilação dos discursos parlamentares feitos por Gaspar Silveira Martins na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

²² A obra encontra-se na Seção de obras Raras pertencente ao Acervo do Arquivo Nacional no Rio de Janeiro. Original: “[...] aos 50.000 colonos da sua província, que na grande maioria não fallam (sic) portuguez (sic), que vivem presos à cultura das suas pequenas terras, preocupados das variações meteorológicas [...] de nenhum modo interessados nas evoluções políticas do paiz (sic).”

outra. Além disso, a própria defesa da elegibilidade dos acatólicos está diretamente relacionada com a defesa do Estado Laico: “A igreja, casada com o Estado, a família, perturbada, porque o casamento é instituição religiosa encravada na sociedade civil; o batismo e até o sepultamento dependem dos padres. Onde está a liberdade de consciência e de crenças de cada um?” (MARTINS, 1879, p. 320).

O problema da não laicização do Estado não afetava de forma geral os imigrantes que vinham da Península Itálica, pois esses eram de maioria católica, com exceção dos moradores do núcleo sede da colônia Silveira Martins, questão que será abordada mais adiante. No entanto, os imigrantes germânicos, concentrados principalmente no Vale dos Sinos, eram em sua maioria protestantes.

O artigo citado acima, do Jornal *O Comércio*, coloca que os imigrantes germânicos da Província rio-grandense pouco se importavam com a situação política, bem como que o número de pessoas que seriam beneficiadas com a elegibilidade era restrito, pois, tratava-se apenas dos descendentes:

Em geral são eles colonos que ainda conservam a sua qualidade de estrangeiros, ou são naturalizados, e nesta última condição não tem, pela constituição, direito á elegibilidade. Trata-se, portanto, unicamente dos filhos dos acatólicos, estrangeiros ou naturalizados, domiciliados no Brasil de onde não é difícil concluir que o seu número é muito insignificante e muito inferior ao que gratuitamente proclama o Sr. G. Martins (1879, p. 11).²³

Contudo, Gaspar Silveira Martins em discurso na Câmara dos Deputados palestra contrariando as argumentações do artigo:

Se para a colonização existe o inconveniente da língua, não se acrescente este inconveniente ao embaraço das instituições, e se quebre para sempre esse embaraço de crenças, que entre nós não vale nada, porque o povo brasileiro é indiferente as questões religiosas. Enganam-se os que dizem que os colonos não fazem questão disto. Os colonos protestantes sabem que nesta pátria não existem direitos para eles iguais aos dos outros cidadãos, e que seus filhos serão também deserdados. A população precisa de sangue novo, viril, como o que pode dar a raça germânica. No Rio Grande do Sul, onde se quer fazer argumento de número, como se a liberdade da consciência não fosse um direito eterno da humanidade, existem exemplo do que enuncia. Assim, está no parlamento brasileiro, honrado, mas triste por ter de defender a liberdade do gênero humano (MARTINS, 1879, p. 320-321).

²³ Original: Em geral são elles (sic) colonos que ainda conservam a sua qualidade de estrangeiros, ou são naturalizados, e nesta última condição não tem, pela constituição, direito á elegibilidade. Trata-se, portanto, unicamente dos filhos dos acathólicos (sic) estrangeiros ou naturalizados, domiciliados no Brazil (sic) d’onde (sic) não é difficil (sic) concluir que o seu número é insignificantíssimo (sic) e muito inferior ao que gratuitamente proclama o Sr. G. Martins. (1879, p. 11).

O discurso parece mesmo ter vindo como resposta ao artigo do jornal *O Comércio*. Essa questão da defesa da elegibilidade dos acatólicos é um dos momentos em que Gaspar Silveira Martins mais se filia a causa imigrante. A sua saída do Gabinete Sinimbu em função disso levou a sua consagração na Província sulina, principalmente da parte dos imigrantes alemães.

Isso pode ser observado na manifestação, no período em questão, de um Jornal “*Deutsche Zeitung*” da colônia germânica, através do artigo intitulado *Silveira Martins*, fazendo elogios ao Tribuno por sua atitude de se retirar da pasta da Fazenda em defesa dos direitos dos acatólicos. O Jornal *A Reforma*, órgão do Partido Liberal no período, republicou o artigo, em português, para que a fama de Silveira Martins pudesse ser expandida, fazendo a abertura do texto do artigo da seguinte forma: “O artigo que aludimos fala ao dever dos filhos da raça germânica, desta província, por cujos direitos até agora sofismados na constituição do Império, sacrificou-se o ilustre ex-ministro da Fazenda” (A REFORMA, 9 de agosto de 1879, p. 1)²⁴.

O artigo trazia o seguinte comentário: “[...] estentou-se no meio da corrupção reinante tão limpo e tão puro, como talvez nenhum outro ministro antes dele o fizera” (A REFORMA, 9 de agosto de 1879, p. 1)²⁵. Tais palavras serviam para legitimar Silveira Martins também como um defensor do imigrante, interesse vindo do Partido Liberal rio-grandense que esperava angariar eleitores com a possibilidade de se tornarem votantes os acatólicos. Corroborando com as afirmações têm-se:

Sua queda foi, porém, o seu maior sucesso político, pois que sustentou os princípios que sempre tinha defendido...todos os órgãos da população rio-grandense louvaram sua maneira de proceder, e nunca foi ele mais popular do que no momento de sua retirada do poder (A REFORMA, 9 de agosto de 1879, p. 1).²⁶

A Reforma era o periódico que divulgava a bandeira e as ações do Partido Liberal no Rio Grande do Sul, e foi a partir deste jornal que a abdicação de Silveira Martins tornou-se

²⁴ Acervo do Arquivo de Imprensa do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, em Porto Alegre/Rio Grande do Sul. Original: “O artigo que alludimos (sic) falla (sic) ao dever dos filhos da raça germânica, desta província, por cujos direitos até agora sofismados (sic) na constituição do Império, sacrificou-se o ilustre ex-ministro da Fazenda”

²⁵ Original: “[...] estentou-se no meio da corrupção reinante tão limpo e tão puro, como talvez nenhum outro ministro antes d’elle (sic) o fizera”

²⁶ Original: Sua queda, foi, porém, o seu maior successo (sic) político, pois que sustentou os princípios que sempre tinha defendido...todos os órgãos da população rio-grandense louvaram sua maneira de proceder, e nunca foi elle (sic) mais popular do que no momento de sua retirada do poder.

naquele momento um acontecimento memorável. A volta do Tribuno²⁷ para o Rio Grande do Sul foi marcada por grandes festejos:

Esta cidade e principalmente o Partido liberal não podiam ser indiferentes á chegada desse grande cidadão, sempre aqui festejado pelos seus merecimentos, hoje que ele volta á sua província carregado dos louros a que deu-lhe direito uma direção honesta, ativa e independente dos negócios da Fazenda, pugnando sempre pelas necessidades de sua província [...] (A REFORMA, 17 de agosto de 1879, p. 01).²⁸

A abdicação do Ministério foi muito bem utilizada pelo Partido Liberal para promover Silveira Martins, pois cabe ressaltar que em nível regional a força do partido era bastante grande, e o Partido Conservador assistia a consecutivas derrotas.

Por fim, cabe dizer que, para entender as relações de Gaspar Silveira Martins com a questão da imigração, além da forte defesa que esse político fazia pela imigração, bem como por melhorias na vida dos imigrantes que aqui se encontravam, também é preciso levar em conta a relação direta que Gaspar teve no que diz respeito ao apoio ao pedido da Câmara de Vereadores quando ele ocupava o cargo de Deputado da Assembléia Geral, e na mudança do itinerário da estrada de ferro, o que trouxe desenvolvimento e progresso à região de Santa Maria.

Cabe dizer então, que o Núcleo Colonial de Imigração Italiana de Santa Maria da Boca do Monte surge da interação das intenções de Santa Maria em anexar terras ao seu patrimônio, do apoio dado a Câmara desta cidade por Gaspar Silveira Martins, entre outros, para a concessão destas terras, bem como da presença do engenheiro Guilherme Greenhalg que fez a medição delas e sugeriu ao Governo Imperial a criação de um núcleo imigrantista.

No período, a criação do núcleo responderia aos interesses do Governo Imperial na criação de colônias pelo Brasil, devido fundamentalmente à necessidade de povoamento da região Sul do Brasil e da implementação da teoria de branqueamento da população brasileira, bem como aos interesses do Município de Santa Maria em anexar estas terras e lucrar com a venda dos lotes das mesmas.

1.2 A Colônia Silveira Martins

²⁷ Forma como os autores das obras biográficas sobre o Silveira Martins referem-se a ele.

²⁸ Original: Esta cidade e principalmente o Partido liberal não podiam ser indiferentes (sic) á chegada desse grande cidadão, sempre aqui festejado pelos seus merecimentos, hoje que elle (sic) volta á sua província carregado dos louros a que deu-lhe direito uma direção honesta, activa (sic) e independente dos negócios da Fazenda, pugnando sempre pelas necessidades de sua província [...].

O Núcleo Colonial de Santa Maria da Boca do Monte, antes de se tornar Colônia Silveira Martins, passou pela experiência de colonização com imigrantes russo-alemães²⁹, para depois com o fracasso dessa primeira tentativa, iniciar-se a colonização com os imigrantes da Península Itálica.

Assim, cabe referir que no ano de 1877 chegaram para ocupar o núcleo de colonização de Santa Maria da Boca do Monte os russo-alemães: “[...] na data de 19/03/1877, na cidade de Porto Alegre, chegava a primeira leva de imigrantes russo-alemães vindos de livre e espontânea vontade de Saratow. Após essa, outras expedições zarparam formando um monte de 400 pessoas [...]” (SIMONETTI, 2008, p.16).

Com a seca e logo depois o período das chuvas, junto ao fato de se encontrarem “amontoados” no Barracão de Val de Buia³⁰, estes imigrantes começaram a se desanimar com a ocupação dos lotes da região:

Os colonos, enquanto havia mantimentos dados pelo governo, durante seis meses, recusavam trabalho assalariado e ocupar lotes, insistindo nas terras plainas. Apenas 29 famílias com 98 indivíduos ocuparam lotes (na atual Capela da Pompéia dos Guerras). Diante da situação inaceitável e ainda convidados sorrateiramente para as planícies argentinas [...] desvairadamente abandonam o Barracão [...] (SPONCHIADO, 1996, p. 55).

Imagem (Figura 4) atual do local onde foi instalado o Barracão para acomodar os imigrantes antes das distribuições dos lotes.

²⁹ Tratava-se de descendentes de imigrantes alemães que teriam migrado pra Rússia formando um Estado Independente e que neste período, com o fim dos privilégios deste Estado migraram para o Brasil. No entanto, ainda a muita discussão sobre a sua nacionalidade.

³⁰ Local em que os imigrantes ficavam a espera da demarcação de seus lotes.



FIGURA 4 - Monumento ao imigrante em Silveira Martins.³¹

As próprias correspondências da Inspetoria Especial de Terras ao Presidente da Província, sobre o núcleo colonial do qual o diretor era Guilherme Greenhalg, mostram a insatisfação dos russos com a administração da colônia e a sua retirada da colônia, pedindo autorização para sair da capital: “[...] a licença que pedem, não lhes pode ser concedida, visto que todos são devedores ao Estado, e há ordem superior para que ninguém se retire do país sem satisfazer as suas dividas. Em qualquer outro ponto que não seja a capital, escapariam a devida fiscalização.”³²

Após a desistência dos russo-alemães que permaneceram em sua maioria na capital repetindo o pedido para sair dessa, passa-se então a pensar a colonização da região com os

³¹ Fonte: FENALTI, Naiani Machado da Silva. **Monumento ao Imigrante**. Silveira Martins, março de 2011. Fotografia, color, digital. In: Arquivo pessoal de Naiani Machado da Silva Fenalti.

³² Correspondência no Fundo Colonização da Inspetoria Especial de Terras a Presidência da Província, 11 de março de 1878, maço 9. Acervo do Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul. Original: “[...] a licença que pedem, não lhes pode ser concedida, visto que todos são devedores ao Estado, e ha (sic) ordem superior para que ninguem (sic) se retire do país sem satisfazer as suas dividas (sic). Em qualquer outro ponto que não seja a capital, escapariam a devida fiscalização.”

imigrantes italianos. Diante disso, cabe mencionar brevemente a situação do Estado Italiano no período em que ocorre a imigração³³.

Na Itália, salienta-se que a Unificação do Estado Nacional Italiano, em 1870, levou a constituição de seus limites políticos, que somente se completaram após a Primeira Guerra Mundial. Foi neste período, entre o início de sua unificação e a consolidação da mesma, que o Brasil, especialmente o Rio Grande do Sul, passou a receber grandes contingentes de imigrantes vindos do Estado Italiano.

A formação deste Estado foi resultado de uma série de transformações que ocorreram no continente europeu nos séculos XVIII e XIX com a expansão do sistema capitalista, e entre elas está a industrialização que começou na Inglaterra, mas se expandiu a diversas regiões, alcançando a Península Itálica. A partir disso, o trabalho artesanal e familiar cedeu lugar a indústrias de produção em série, desempregando e expulsando de suas terras inúmeros trabalhadores. Nesse sentido:

Com a nova ordem econômica que se implantava, o sistema artesanal típico das sociedades pré-industriais, foi progressivamente liquidado. O próprio governo italiano, interessado em *ajustar* a economia às novas formas de produzir, tomou medidas que atingiram diretamente as camadas pobres da população: o imposto sobre a farinha, a abertura da economia ao mercado externo, a concorrência com os produtos estrangeiros acabaram por minar as bases da agricultura familiar, promovendo seu sucateamento e elevando o montante das dívidas da população rural, que vendia suas terras a preços irrisórios para obter dinheiro e saldar as dívidas (FAVARO, 2006, p. 308).

As Revoluções Francesa e Americana proporcionaram a expansão das ideias de democratização, e tiveram como consequência a difusão do sentimento nacionalista de caráter liberal e a defesa do racionalismo. Sendo assim, para formar um estado nacional moderno, baseado na ideologia liberal, era necessário unificar-se em torno de uma Constituição.

Estes acontecimentos foram de grande importância na constituição dos estados nacionais, porque as consequências deles provocaram transformações na economia, política e sociedade de diversos países. Nesse contexto se insere a Itália.

A partir disso, percebe-se que todo este processo transformou a vida de toda a população da Península Itálica, principalmente no que concerne a população rural, não só nos meios de produção, mas na própria organização familiar, marcada pela família extensa, onde a

³³ A síntese a ser apresentada sobre a situação da Península Itálica e a formação do Estado Nacional Italiano que é um dos fatores que leva a emigração de parte da população italiana, faz parte de estudo feitos no ano de 2007, quando cursava a faculdade de História, e era bolsista do Fundo de Incentivo a Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul – programa da UFSM, com o projeto intitulado *A formação dos Estados nacionais europeus nos séculos XIX e XX, a formação de seus espaços fronteiriços e a política de imigração para o Brasil*.

unidade produtiva correspondia à unidade familiar. A partir disso, a estrutura familiar se modificou com a migração para os centros urbanos, passando a se constituir famílias pequenas, formadas apenas pelos genitores e seus filhos.

Contribuiu também para emigração italiana, a situação de miserabilidade da população, pois segundo Loraine Giron (1980, p. 51), a industrialização não apenas expulsou a população camponesa para as cidades, como nelas não conseguiu absorver a demanda de mão-de-obra. A partir disso, formou-se um grande excedente populacional, e a emigração foi a solução encontrada pelo novo Estado Italiano para amenizar o problema demográfico.

Os imigrantes partiam de sua terra natal, “expulsos” pela unificação e o processo de industrialização que ocorria na Península Itálica. Como afirma Giron (1980), a indústria italiana por ser dependente de capital externo não era capaz de absorver a quantidade de mão-de-obra disponível. O problema do excesso de mão-de-obra somado a outros, de caráter econômico e político-social, propiciaram a saída da população da península rumo a várias partes do mundo, inclusive para a América:

Ao problema social soma-se o econômico e o político. As máquinas que, em parte, aumentaram os capitais da burguesia, e, em parte, desalojaram os operários de suas ocupações, garantiram a expansão em direção à América. A mesma expansão técnica que expulsava os homens garantiria seu transporte para outras terras, através dos navios à vapor. A Europa passou a exportar em larga escala produtos industrializados, religião, costumes, idéias e, especialmente, europeus. A emigração servirá para aliviar as tensões internas causadas pelas estruturas econômicas rígidas, pela ausência de capitais e pela manutenção das mesmas relações de produção (GIRON, 1980, p. 49).

Kuhn (2002) argumenta que a crise italiana afetou principalmente a região Norte, e que foi desta região que vieram a maior parte dos imigrantes a partir de 1870. Com isso, sabe-se que parte destes imigrantes se destinaram ao Rio Grande do Sul.

Diante disso, os italianos, principalmente vindos do Norte da Itália, transformaram-se em pequenos proprietários na província do Rio Grande de São Pedro, e, com o passar dos anos, formaram quatro núcleos de colônias italianas, quais sejam: Conde D’ Eu, conhecida atualmente como Garibaldi, Dona Isabel, atualmente chamada de Bento Gonçalves, Caxias do Sul, situada no local antes conhecido como Campo dos Bugres e a *Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana* denominada Silveira Martins, formada por municípios conhecidos atualmente como Silveira Martins, Faxinal do Soturno, Ivorá, São João do Polêsine, Nova Palma, Pinhal Grande, Dona Francisca, com exceção de Agudo e Restinga Seca que atualmente fazem parte da Quarta Colônia, mas não foram colonizados majoritariamente por italianos.

Mapa (Figura 5) apresentando a região do Rio Grande do Sul ocupada pela chamada Quarta Colônia, e os municípios que fazem parte da mesma:

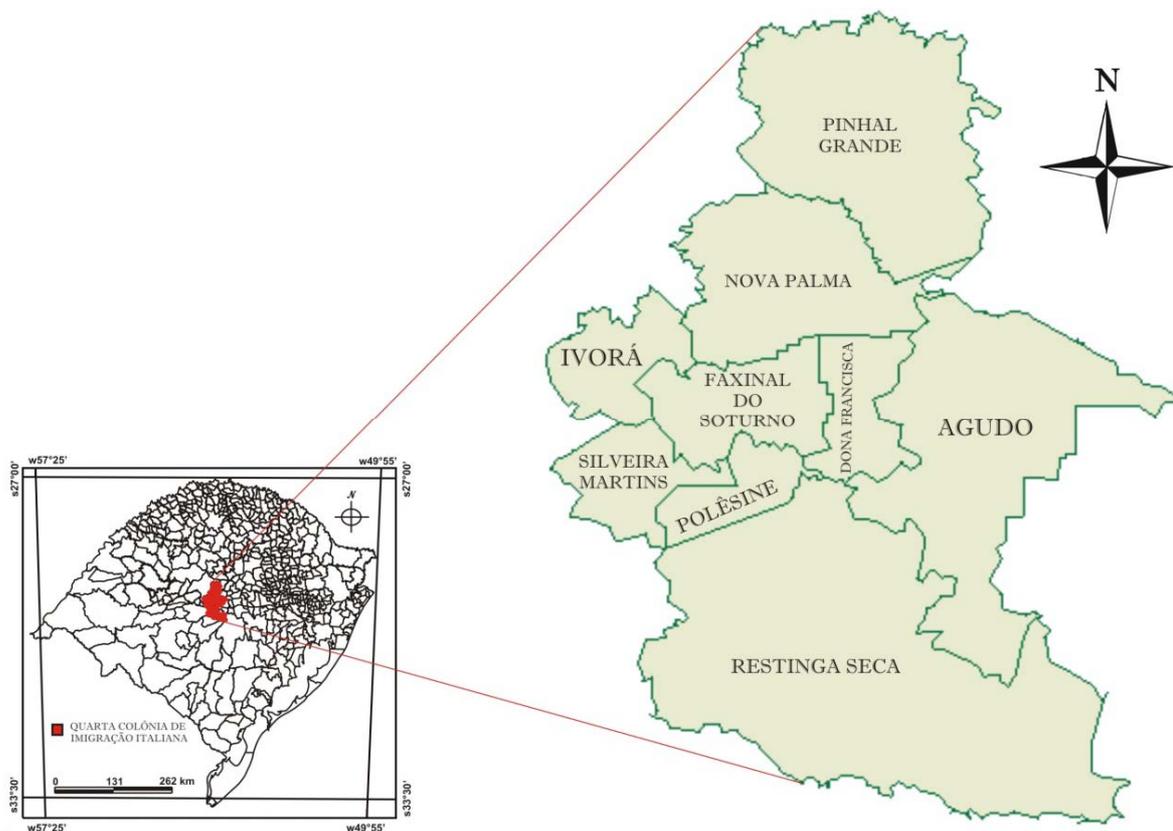


FIGURA 5 – Mapa da Quarta Colônia.³⁴

A partir disso, aprofundar-se-á o estudo da formação da Colônia Silveira Martins, criada com recursos imperiais e não provinciais como as três primeiras, e constituída de imigrantes vindos, principalmente, das regiões de Vêneto, Buia e Mântova. Formava-se, então, a chamada *Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul*.

A vivência dos primeiros colonos italianos chegados ao barracão não seria muito diferente dos russo-alemães. O barracão foi onde os primeiros imigrantes ficaram na serra de Santa Maria da Boca do Monte, até a divisão dos lotes e a formação propriamente dita da Quarta Colônia:

Aqueles que se dirigem a Silveira Martins embarcam em Porto alegre [...] que os conduzem à estação da “Margem” no rio Taquary, ponto inicial da ferrovia – Porto

³⁴ Fonte: DESCOVI FILHO, L. L. V., BERTOLDO, F. (Orgs.) **Mapa Quarta Colônia de Imigração Italiana**. Nova Palma, 2008.

Alegre a Uruguaiana, gastando 7 horas nesse trajeto e fazendo a viagem durante a noite para tomarem o trem que parte às 5 horas da manhã, da estação “Margem”. Vão nessa ferrovia até a estação denominada “Colônia” (Camobi) distante 247,172 Km e levando 10 horas nesse trajeto. [...] são transportados pela magnífica estrada de rodagem que liga este ponto da referida ferrovia à sede de Silveira Martins, numa extensão de 15 Km (SPONCHIADO, 1996, p. 31 – 32).

Importante referir ainda, que os primeiros imigrantes que chegaram à colônia ainda não tinham sido beneficiados com a criação da estrada de ferro, portanto faziam o trajeto a pé ou em carroças. Então, depois de percorrerem todo este trajeto é que os imigrantes chegavam ao Barracão, onde: “Depois de mais ou menos seis meses de permanência no barracão, chegava a hora de ocupar o desejado pedaço de terra [...]” (SPONCHIADO, 1996, p. 35).

No entanto, não cabe aqui narrar o processo considerado doloroso ou não dos tempos no barracão e de ocupação dos lotes, mas sim falar sobre a criação propriamente dita da Colônia Silveira Martins e da situação dela que a levou a ser conhecida como uma colônia fracassada, se comparada às outras três primeiras colônias criadas a nordeste do Estado do Rio Grande do Sul.

Santin afirma que “Conforme a política imigratória do Império, na colonização do Rio Grande do Sul pelos imigrantes italianos, a sede de cada colônia era investida de uma liderança natural sobre todo seu território” (1990, p. 21). Esta afirmação serviu para os três primeiros núcleos de imigração italiana no Rio Grande do Sul, mas não no caso da Quarta Colônia Silveira Martins: “Quanto à sede da Quarta Colônia, Silveira Martins, isto parece não ter acontecido” (SANTIN, 1990, p. 21).

A sede não conseguiu manter seu papel de liderança por sua administração ter se omitido em diversos momentos em que decisões cruciais deveriam ser tomadas para o desenvolvimento da região. Em momentos de cuidar da assistência religiosa, por exemplo, quem tomou a frente para conseguir padres para a região foi um grupo de Vale Vêneto, ficando Silveira Martins isenta de participação, como afirma Santin (1990, p. 22).

O que cabe questionar aqui são os motivos que levaram a sede da colônia a se eximir/omitir na busca pela assistência religiosa. Na verdade, diferentemente do núcleo Vale Vêneto, a sede tinha uma forte presença de anticlericais e maçons, tanto que em 1910 inauguram um pedestal para receber o busto de Giuseppe Garibaldi, carbonário, herói da unificação italiana, e, portanto, inimigo da igreja por “tomar” Roma, que fazia parte dos domínios de São Pedro.

Fotografia (Figura 6) do Busto de Giuseppe Garibaldi na Praça Garibaldi em Silveira Martins.



FIGURA 6 – Busto de Giuseppe Garibaldi na Praça Garibaldi em Silveira Martins³⁵

Em 1881, os padres que Vale Vêneto havia mandado trazer da Itália para o Brasil chegam a Porto Alegre e depois de alguns percalços chegam a Colônia, eram Vittore Arnoffi e Antônio Sório:

A chegada de Arnoffi despertou a atenção dos moradores de Silveira Martins, que viam na presença dos padres no Vale Vêneto um desprestígio e até mesmo certa ameaça, uma vez que os registros de batismo, óbito, casamento, bem como a administração do cemitério passariam a ser feitos pelos padres no Vale, levando-os a perder os privilégios de sede da colônia (VÉSCIO, 2001, p. 56).

³⁵ Fonte: FENALTI, Naiani Machado da Silva. **Busto Giuseppe Garibaldi**. Silveira Martins, março de 2011. Fotografia, color, digital. In: Arquivo pessoal de Naiani Machado da Silva Fenalti.

O que fica claro é que o súbito interesse das lideranças da sede Silveira Martins (principalmente Próspero Pippi) a partir da chegada dos padres na Colônia— liderança espiritual – e que os vão fazer disputar com Vale Vêneto o domicílio destes padres, tem haver mais com as funções de registro que eles exerceriam³⁶, e que então, cabia a sede ter este controle.

Assim, tanto divergências político-religiosas, quanto a escolha do nome Silveira Martins para a colônia, em homenagem ao político liberal Gaspar Silveira Martins, podem ter influenciado no enfraquecimento da sede Silveira Martins como liderança dos demais núcleos de imigração que surgiam na região:

Na sede, Silveira Martins, a maioria dos imigrantes que exerciam atividades urbanas, como comerciantes, artistas, professores, caixeiros-viajantes, artesãos e os funcionários públicos, eram, quase todos, maçons e anticlericais. Assim, a sede recebeu, desde a fundação, uma identidade, associada à maçonaria e ao anticlericalismo. Os habitantes dos núcleos interioranos, identificados com a Igreja Católica, rivalizam com os moradores da sede Silveira Martins, pois não comungavam dos mesmos valores e posicionamentos ideológicos e políticos e não aceitavam ser subordinados a Silveira Martins em nível político, administrativo e religioso (MARIN, 2007, p. 169).

Em 19 de setembro de 1878 o Núcleo Colonial de Santa Maria da Boca do Monte é elevado à categoria de Colônia, recebendo o nome de Silveira Martins. Segundo o ofício enviado a Inspeção Especial de Terras e Colonização, em Porto Alegre, o nome da nova colônia teria sido “[...] sugestão dos Vereadores de Santa Maria que a fez chegar até o Dr. Salgado.” (SPONCHIADO, 1996, p. 58).

No entanto, Marin apresenta outros motivos para que o nome da colônia fosse colocado em homenagem a Silveira Martins:

A escolha do nome *Silveira Martins* para nomear a colônia foi dos comerciantes, em geral maçons, embora o topônimo fosse submetido à apreciação popular. O nome homenageava Gaspar Silveira Martins, por ser um defensor da imigração européia, em particular da italiana, e pelo fato de o político lembrar fisicamente José Garibaldi (2007, p. 168).

Nascimento (2006) afirma que Gaspar Silveira Martins era maçom, inclusive tornando-se Grão-Mestre da maçonaria em 1883. Dessa forma, é possível que a escolha do nome de Silveira Martins para a Quarta Colônia tenha sido pensada pelos maçons. Além disso, comparar Silveira Martins a Garibaldi era uma forma de ratificar a concordância dos setores

³⁶ Cabe mencionar que o Brasil não era laico (Império), ou seja, a religião oficial e que se permitia o culto fora do âmbito domiciliar era a Católica Apostólica Romana, e essas tarefas de registros em geral era destinadas à igreja como instituição.

maçônicos (imigrantes) com a unificação italiana, contrariamente aos setores católicos que consideravam a unificação um desacato ao poder papal³⁷.

No entanto, o que parece não ter sentido é o apoio dos setores católicos na escolha do nome, pois a simples afirmação da sua defesa pela vinda de imigrantes parece não ser suficiente para “encobrir” o fato de Gaspar Silveira Martins ser maçom, diante ao “horror” que a maçonaria representava aos católicos da colônia. Teria sido esta uma decisão imposta pela sede, e, mais precisamente, pelos setores maçônicos?

Por outro lado, Sponchiado *apud* Vécio (2001) afirma que considera que

[...] os imigrantes não aceitavam bem a idéia da República, principalmente os mais velhos [...] Acrescenta-se a isso a ligação da maçonaria com as idéias republicanas e com a própria consolidação da República, e, ainda mais, as autoridades da colônia, subdelegados, subprefeitos eram todos maçons (p. 47).

Gaspar Silveira Martins era visto como Monarquista, amigo pessoal do Imperador D. Pedro II, o que pode ter contribuído para a sua aceitação pelos católicos, já que o Império era agradável aos imigrantes católicos, uma vez que os republicanos que agiram na Itália pela unificação eram vistos como anticlericais, como, por exemplo, Giuseppe Garibaldi, adorado por anticlericais e maçons, e não estimado pelos católicos.

Ainda sobre a estagnação da Colônia Silveira Martins, cabe lembrar que Gaspar Silveira Martins foi inimigo político de Julio de Castilhos, pois Gaspar fundou o Partido Federalista (PF) assim que voltou do exílio em 1892, já no período republicano. Este partido defendia o sistema parlamentarista no Rio Grande do Sul e era opositor do Partido Republicano Rio-grandense (PRR) de sistema presidencialista que estava em vigor no Rio Grande do Sul, onde Julio de Castilhos era Presidente do Estado, bem como Presidente do PRR.

Dessa maneira, é possível que uma das causas do pouco desenvolvimento da colônia tenha sido em função do nome que lhe foi dado, pois foi uma homenagem a um desafeto do Presidente do Estado. A ex-colônia Silveira Martins, no momento do advento da República, encontrava-se com carência de infra-estrutura. O PRR tem como chefe Julio de Castilhos, “[...] um grande adversário político de Silveira Martins, justamente o nome dado a Quarta Colônia.” (TURRA; PADOIN, 2000, p. 04).

Não obstante, ainda no período em que era Colônia, antes de tornar-se freguesia, Silveira Martins já passava por dificuldades, até mesmo pelo excesso de imigrantes que

³⁷ O papa e a igreja viam na unificação um prejuízo pela perda dos chamados estados pontifícios, por isso se opunham a unificação e principalmente ao fato de Roma se tornar a capital deste Estado.

chegavam à região, o que levou a formação dos outros núcleos coloniais, que deram origem a maioria dos municípios que hoje formam a *Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana do Estado do Rio Grande do Sul*.

Quando é elevada a Colônia Silveira Martins, o diretor³⁸ da mesma é Saldanha Marinho Filho, permanecendo até 1879, quando é substituído por Luís José de Almeida Couto, o Diretor anterior a Saldanha havia sido o Engenheiro Guilherme Greenhalgh, que fez a medição das terras. Os problemas que a Colônia enfrentou podem ser vistos através dos telegramas enviados pelo Diretor da Colônia José Luis de Almeida Couto ao Presidente da Província:

As duas turmas de colonos ultimamente chegados que desistiram dos favores do regulamento de 19 de janeiro de 1867³⁹. Estão sem recursos e até famintos. Pedem trabalho nas estradas. Acha-se essa diretoria em embaraços. O que deverei fazer? Rogo a V.Ex. Não remeter mais colonos visto que sem prazos, nem trabalho, ficarão reduzidos a miséria.⁴⁰

Ainda, no mesmo ano e queixando-se da mesma situação, mais uma vez o Diretor da Colônia Silveira Martins:

Os imigrantes ultimamente chegados em [...] de sessenta pessoas que desistirão dos favores do regulamento de 19 de janeiro de 1867 os quais não tem parentes nesta colônia, estão sem o menor meio de subsistência. Peço a VEx. Com urgência qualquer providência.⁴¹

O regulamento citado pelos telegramas e não aceito por parte dos imigrantes que chegavam à colônia permitia que apenas por 10 dias os imigrantes permanecessem à custa do governo, após isso lhe era entregue os lotes (para ainda serem construídas as casas na maioria das vezes), ferramentas e sementes, sendo que tudo seria cobrado nos prazos definidos pelo

³⁸ O processo hierárquico de administração das colônias ocorria da seguinte forma: a Direção das colônias era submetida a Inspeção Especial de Terras e Colonização, a nível provincial, ligada ao Governo Provincial, esta por sua vez, era subjugada a Inspeção Geral de Terras e Colonização (Imperial) e ligada ao Ministério da Agricultura na época chamado de Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

³⁹ Decreto Imperial nº 3.784. Este regulamento foi feito pelo Império, mais especificamente pelo Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, com a finalidade de regularizar as colônias criadas no Estado, acerca da demarcação dos lotes, subsídios aos colonos, administração, entre outros.

⁴⁰ Telegrama no Fundo Colonização, enviado pelo Diretor da Colônia ao Presidente da Província em 18 de fevereiro de 1880, maçõ 65. Acervo do Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul. Original: As duas turmas de colonos ultimamente chegados que desistiram dos favores do regulamento de 19 de janeiro de 1867⁴⁰. Estão sem recursos e até famintos. Pedem trabalho nas estradas. Acha-se essa diretoria (sic) em embaraços. O que deverei fazer? Rogo a VEx. Não remetter (sic) mais colonos visto que sem prazos, nem trabalho, ficarão reduzidos a miséria.

⁴¹ Telegrama no Fundo Colonização, enviando pelo Diretor da Colônia ao Presidente da Província no dia 2 de março de 1880, maçõ 65. Acervo do Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul. Original: Os imigrantes ultimamente chegados em [...] de sessenta pessoas que desistirão dos favores do regulamento de 19 de janeiro de 1867. Os quaes (sic) não tem parentes n`esta (sic) colônia (sic), estão sem o menor meio de subsistencia (sic). Peço a VEx. Com urgencia (sic) qualquer providencia (sic).

regulamento: “Por mais trabalhador que seja qualquer desses pobres homens, nunca será capaz de conseguir o arroteamento de um prazo para no fim de dez dias alimentar-se com o fruto de seu trabalho. [...] É pouco.” (MERCANTIL, 1878, p. 02)⁴².

No entanto, muitos colonos não aceitavam o regulamento, talvez pelas dívidas que angariariam, e há registros de muitos invadirem terras particulares, ou seja, fora das chamadas devolutas, o que causava complicações. E mesmo os que aceitavam, passavam por dificuldades, pois o próprio regulamento citado previa a oferta de trabalhos para os colonos na própria colônia até a primeira colheita, como se pode ver no artigo nº 32 do Regulamento: “Havendo trabalho na colônia, serão nele empregados os colonos, que o quiserem nos primeiros seis meses.” (IOTTI, 2001, p. 301). Ou seja, na verdade, o Império sabia da situação precária que deixava os colonos, tanto que lhes oferecia emprego.

Sobre os primeiros tempos dos colonos na Colônia Silveira Martins, trabalhando na construção de estradas principalmente, têm-se mais telegramas de 1878, ou seja, ano da elevação do núcleo colonial à Colônia Silveira Martins, mostrando a situação dessa desde sua criação:

Até ontem a tarde consegui fazer retirar para seus prazos⁴³ grande número de mulheres. Apenas trinta e tantas famílias opõe-se alegando serem numerosas e não poderem subsistir só com o trabalho do chefe. Podem os homens trabalhar todo o mês. E junto pois só assim poderão manter as famílias e o necessário para não retardar a conclusão Estrada. Para evitar abusos só darei razões se o pagador demorar mais de 3 dias.⁴⁴

Pode-se perceber que o trabalho nas estradas era essencial para a manutenção das famílias até a colheita, no entanto, muitas vezes, o “pagador”⁴⁵ atrasava para efetuar os pagamentos, deixando os colonos em situação precária. Além disso, percebe-se que o trabalho das mulheres era importante para contribuir na renda familiar, até porque as famílias geralmente eram extensas, pois os colonos vinham de regiões da Itália onde o trabalho era familiar, ou seja, a unidade familiar correspondia à unidade produtiva:

⁴² Acervo do Arquivo de Imprensa do Museu de Comunicação Social José Hipólito da Costa.

⁴³ Refere-se a lotes. Original: “Por mais trabalhador que seja qualquer desses pobres homens, nunca será capaz de conseguir o arroteamento de um prazo para no fim de dez dias alimentar-se com o fructo (sic) de seu trabalho. [...] E pouco.”

⁴⁴ Telegrama no Fundo Colonização, do Diretor da Colônia ao Presidente da Província no dia 6 de novembro de 1878, maço 65. Acervo do Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul. Original: Até hontem (sic) a tarde consegui fazer retirar para seus prazos grande número de mulheres. Apenas trinta e tantas famílias oppõe-se (sic) alegando serem numerosas e não poderem subsistir só com o trabalho do chefe. Podem os homens trabalhar todo o mês. E junto pois só assim poderão manter as famílias e o necessário para não retardar a conclusão Estrada. Para evitar abusos só darei razões se o pagador demorar mais de 3 dias.

⁴⁵ Referindo-se ao agente que vinha efetuar o pagamento referente aos trabalhos de melhorias na colônia.

O descontentamento dos colonos cresce de hora em hora por não verem chegar o pagador. Há já alguns dias não tem que comer. Grande parte abandonou o serviço. Pedem-me mantimentos. Falam em vir a Santa Maria. Devo ou não sustentar a ordem da retirada das mulheres?⁴⁶

A partir destes telegramas, percebe-se que as próprias regulamentações do governo para o sistema de colonização dificultavam a vida dos imigrantes, não só na colônia Silveira Martins, mas em todas as colônias do Estado.

Como enquanto permanecessem sobre o regime colonial, as colônias viviam sobre uma regulamentação diversa dos demais municípios, regulamentação essa já citada acima, era de interesse do poder público passá-las ao regime comum dos demais municípios como se pode ver no seguinte telegrama: “Tendo recebido um telegrama da Inspeção Geral de terras e colonização de 3 do corrente no qual concede a esta Diretoria um conto de réis mensal para os trabalhos mais urgentes no presente exercício até a emancipação desta colônia [...]”⁴⁷

Após a emancipação, ou seja, com o fim do *status* de colônia, a Inspeção Geral de Terras e Colonização, que fora criada em 1876 e representava o Ministério da Agricultura nas questões sobre colonização, não teria mais responsabilidade sobre a situação da colônia. O telegrama mostra o anseio por tal emancipação, a qual ocorre em 19 de agosto de 1882 pelo Decreto nº 8641:

Hei por bem determinar que a colônia Silveira Martins, na província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, seja emancipada do regime colonial, passando ao domínio da legislação comum às outras povoações do Império e cessando a administração especial a que, até presente data, se acha sujeita.⁴⁸

Em 1884, os quatro complexos coloniais da província são elevados a Freguesia⁴⁹ pela Lei provincial nº 1455 de 26 de abril (IOTTI, 2001, p. 687).

⁴⁶ Telegrama no Fundo Colonização, do Diretor da Colônia ao Presidente da Província no dia 4 de novembro de 1878, maço 65. Acervo do Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul. Original: O descontentamento dos colonos cresce de ora (sic) em ora (sic) por não verem chegar o pagador. Ha (sic) já alguns dias não tem que comer. Grande parte abandonou o serviço. Pedem-me mantimentos. Falão em vir a Santa Maria. Devo ou não sustentar a ordem da retirada das mulheres?

⁴⁷ Telegrama no Fundo Colonização, do Diretor da Colônia ao Presidente da província no dia 13 de agosto de 1880, maço 65. Acervo do Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul. Original: “Tendo recebido um telegrama (sic) da Inspeção (sic) Geral de terras e colonização de 3 do corrente no qual concede a esta Directoria (sic) um conto de réis mensal para os trabalhos mais urgentes no presente exercício até a emancipação desta colonia (sic) [...]”

⁴⁸ Coleção de Leis do Império do Brasil, ano de 1882, Página 163 Vol. 2 (Publicação Original). Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-8641-19-agosto-1882-545822-norma-pe.html> Acesso em 10 de janeiro de 2011. Original: Hei por bem determinar que a colonia (sic) Silveira Martins, na província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, seja emancipada do regimen (sic) colonial, passando ao domínio da legislação comum às outras povoações do Império e cessando a administração especial a que, até presente data, se acha sujeita.

⁴⁹ Freguesia antecede o *status* de Vila que, por sua vez, antecede o de município.

Na verdade, possivelmente, a elevação à Colônia Silveira Martins tenha sido feita em função da Decisão nº 231 da Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas que “Providencia sobre a inspeção das colônias situadas na província de S. Pedro do Rio Grande do Sul.” (IOTTI, 2001, p. 411). A provável intenção é que da elevação aos *status* de colônia, partisse para a independência da colônia, ou seja, que ela fosse para o regime comum aos municípios do Estado, pois, na própria decisão mostra esse anseio da secretaria com relação às colônias do Estado: “[...] tendo muito em atenção o estado atual financeiro do país, e a conveniência de saírem quanto antes essas colônias da administração direta do governo, passando ao regime comum às outras populações.” (IOTTI, 2001, p. 411).

Com isso, em 1886 a Ex-Colônia Silveira Martins é desmembrada, seus núcleos ligam-se a três municípios: Vila Rica (atual Julio de Castilhos), Cachoeira e Santa Maria. A sede da colônia continua a denominar-se Silveira Martins e torna-se o 4º distrito de Santa Maria.

Outra questão que é abordada quando se analisa o pouco desenvolvimento da Colônia Silveira Martins é o fato de que, ao contrário das outras três colônias que em pouco tempo formaram municípios independentes, mesmo a de Silveira tendo sido a primeira das colônias a se emancipar no Estado, ela torna-se distrito de Santa Maria, conseguindo sua emancipação apenas em 1987.

Esta emancipação tardia, também é vista como um fator da falta de desenvolvimento da região, perceptível até os dias de hoje, por isso o Padre Luizinho Sponchiado utilizava da frase “prima pobre entre as colônias” para se referir à Quarta Colônia.

Dessa forma, após este histórico feito sobre a criação e desenvolvimento da colônia Silveira Martins, passar-se-á a apresentar sua situação a partir do desmembramento e sua nova denominação de Ex-colônia Silveira Martins, com a emancipação do regime colonial, bem como será abordado o processo de emancipação do Município de Silveira Martins.

1.3 O Município Silveira Martins

Neste espaço o objetivo é a partir do processo de busca pela emancipação do 4º distrito de Santa Maria, Silveira Martins, demonstrar como se processa a formação da identidade da população silveirense.

Nota-se que mesmo ligado a Santa Maria o então Distrito continuava a ser denominado Ex-Colônia Silveira Martins, e em 1898 faz seu primeiro pedido pela emancipação de Santa Maria, ou seja, sua elevação à condição de Município:

O presidente do Estado do Rio Grande do Sul, Dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros, recebeu o pedido de emancipação dos cidadãos da localidade de Silveira Martins, distrito de Santa Maria. O pedido foi entregue, em Porto Alegre, pelos líderes José Aita, João Iondero e José Margutti. A solicitação baseava-se na criação de um novo município que reunisse as localidades de Silveira Martins, Arroio Grande, Vale Vêneto, Ivorá – na época conhecido como núcleo norte -, Faxinal do Soturno e Dona Francisca. [...] o crescimento econômico da região foi o argumento político apresentado. A incerteza da lealdade dos imigrantes italianos ao governo fez com que Borges de Medeiros negasse o pedido (A RAZÃO, 1994, p. 11).⁵⁰

O Distrito queria atingir o mesmo grau de evolução que suas co-irmãs no Estado haviam conquistado. A Colônia Caxias, por exemplo, foi elevada a município em 1910, no entanto já era Vila independente desde fins do século XIX. Assim, Silveira Martins, também buscava sua emancipação.

A história do Município Silveira Martins começa quando surge o núcleo colonial de Santa Maria da Boca do Monte. A história deste Município é patrimônio cultural do Rio Grande do Sul, porque mais do que simplesmente ser o espaço territorial do começo da colonização italiana subsidiada pelo Império na Província, sua história faz parte do histórico de povoamento do Estado, já que muitas de suas paragens ainda não haviam sido desbravadas por brancos, dentro da teoria de superioridade branca que existia no período, e que foi um dos motivos impulsionadores para a grande propaganda pró-imigração no Brasil.

Além disso, volta-se a mencionar o fato de que Santa Maria faz parte do início da colonização italiana no centro do Estado, já que o núcleo colonial inicial foi criado nas terras que faziam parte do patrimônio de Santa Maria, assim pensar em “sede fracassada” da Quarta Colônia pode ser considerado um tanto errôneo:

A primeira e mais comum dessas interpretações é a da “colônia fracassada”. Ao fixar no atual município de Silveira Martins o núcleo colonial, naturalmente se faz a comparação com os municípios emancipados de Caxias (1890), Bento (1890) e Garibaldi (1900) e claramente se percebe o “atraso” de Silveira Martins, emancipado apenas em 1987. Para se entender a tardia emancipação de Silveira Martins é relevante observar que as três outras colônias foram “plantadas” em áreas isoladas da Encosta da Serra, ao norte das colônias alemãs de São Sebastião do Caí, Montenegro, Estrela, e Lageado, enquanto a Quarta Colônia foi inserida dentro da área territorial de Santa Maria, cujo núcleo fundacional remonta de 1787 (VÉSCIO, 2010, p. 198).

Dessa forma, é mister lembrar que a chamada Quarta Colônia nasceu ligada a Santa Maria, e ainda hoje os municípios que formam a Quarta Colônia ligam-se a Santa Maria, seja por que os filhos estudam na Universidade Federal de Santa Maria, ou porque trabalham, ou

⁵⁰ Acervo da Biblioteca do Município de Silveira Martins.

porque mantém algum tipo de relação com a cidade, seja econômica, política ou social-afetiva, além da relação histórica já citada.

Além disso, grande parte dos estudos acadêmicos que surgem sobre a região, seja dos municípios que formam a Quarta Colônia, ou dessa como um todo, são de estudantes da Universidade Federal de Santa Maria, de diversas áreas e cursos ofertados pela Instituição. Em Silveira Martins existe atualmente, inclusive, um pólo da própria universidade para facilitar o acesso dos silveirenses ao estudo.

Então, pode-se pensar no Município de Silveira Martins como antiga sede da Colônia Silveira Martins, pois foi naquele espaço que surgiu o núcleo, mas sem descartar o fato da colônia ter surgido a partir do núcleo colonial de imigração italiana de Santa Maria da Boca do Monte. Ambos os municípios só tem a ganhar com a divulgação de tal relação, principalmente em termos econômicos e turísticos.

No entanto, a constante busca dos colonos pela emancipação era, na verdade, a busca pela separação de Silveira Martins como Distrito de Santa Maria: “Os colonos desde cedo perceberam a força hegemônica emanada do município de Santa Maria, e tentativas de desobediência foram registradas [...]” (VÉSCIO, 2010, p. 198).

Além do mais, as comemorações do centenário de imigração que antecedem a criação do Município Silveira Martins, fazem a comunidade reviver para a emancipação: “As festividades centenárias despertaram, de certa maneira, velhos sonhos de progresso e grandeza, e lançaram novas esperanças de retomada do desenvolvimento.” (SANTIN, 1990, p. 9).

A partir disso, ocorreram mais tentativas de emancipação do Município: “[...] o termo (referindo-se a emancipação) significa a autonomia política-econômica que, se bem empregada, significa progresso. É isto que Silveira Martins busca. Na década de 60, a iniciativa foi frustrada; agora, porém, as possibilidades são grandes. (A RAZÃO, 1987, p. 14).⁵¹

No período de emancipação do Município que ocorreu em 1987, os critérios para que essa fosse possível era ter uma “[...] população mínima de 10 mil habitantes; 10 % do total deve ser eleitor; e a arrecadação mínima de cinco milésimos do montante estadual [...]” (A RAZÃO, 1987, p. 14)⁵². Formou-se então uma comissão, a qual se denominou Comissão de Emancipação, composta por aproximadamente 100 pessoas, escolhidas por parte da população que se reuniu no Salão Paroquial do Distrito.

⁵¹ Acervo do Memorial da Casa Edmundo Cardoso.

⁵² Acervo do Memorial da Casa Edmundo Cardoso.

Sobre as dimensões do futuro Município o presidente da Comissão de Emancipação dizia que “[...] é muito prematuro para se delinear espaço físico, número de habitantes e nome do futuro município. Muitas reuniões ainda serão feitas para que isso seja definido [...]” (A RAZÃO, 1987, p. 15)⁵³.

Ademais, o Município de Santa Maria não se opunha a emancipação de seu 4º Distrito, como afirmou na época o prefeito de Santa Maria, José Haidar Farret, atual vice-prefeito de Santa Maria:

Farret reconhece que, com o desligamento de Silveira Martins, Santa Maria teria algum prejuízo, pois diminuiria o ICM do município. Mas, por outro lado, ele concorda que também diminuiriam as despesas. “Posso falar, bem alto, de todas as melhorias e investimentos que Santa Maria fez naquele distrito”, comenta, salientando que, no entanto, respeita a decisão da maioria dos silveirenses (A RAZÃO, 1987, p. 15).⁵⁴

Parte do Poder Legislativo apoiava o Distrito, isso somado ao fato do Executivo santamariense não se opor, como visto acima. Com a emancipação os silveirenses esperavam desenvolver a região, principalmente em termos econômicos e turísticos.

Diante disso, em 11 de dezembro de 1987 é editada a Lei nº 8.481 que cria o Município de Silveira Martins, mantendo o nome colocado na colônia 109 anos antes, em homenagem ao político Gaspar Silveira Martins: “É criado o Município de Silveira Martins, constituído pelo distrito do mesmo nome, pertencente ao Município de Santa Maria.”⁵⁵

Criado o Município esperava-se que o tal progresso imaginado viesse, então foi dado início a alguns projetos para contribuir ao desenvolvimento da região, principalmente projetos vindos da Secretaria de Cultura e Turismo do então Município Silveira Martins. Em 1994, percebe-se a atenção desta secretaria para a criação do Plano Diretor do Município, essencial para definir as diretrizes do mesmo. É feito um pedido de apoio desta Secretaria para o Secretário de Planejamento e Obras, para a criação do plano, o secretário de Cultura de Silveira Martins destaca os patrimônios naturais e arquitetônicos do Município, veja-se:

Silveira Martins está localizada nas encostas da serra geral (serra de São Martinho), e foi colonizada por imigrantes do Norte da Itália, a partir de 1877. A sua criação se integra no processo de ocupação das áreas devolutas da região centro do Rio Grande do Sul, desenvolvido e organizado pelo Governo Imperial, o que denominou-se Quarto Núcleo de Colonização Italiana no RS. Deste passado histórico, Silveira Martins preserva importantes referências culturais que a fazem um ambiente de significativa beleza, onde a arquitetura colonial italiana se integra às serras cobertas

⁵³ Acervo do Memorial da Casa Edmundo Cardoso.

⁵⁴ Acervo do Memorial da Casa Edmundo Cardoso.

⁵⁵ Lei de criação do Município de Silveira Martins de 1987, p. 25. Acervo do Memorial da Casa Edmundo Cardoso.

de matas nativas em diferentes estágios de crescimento. Essa região, e o município como um todo, faz parte dos Ecossistemas Associados da Reserva de Biosfera da Mata Atlântica. [...] Para preservar esse patrimônio temos trabalhado ininterruptamente desde a primeira administração (1989), através de programa de Educação Patrimonial integrando escola e comunidade.⁵⁶

Esta descrição mostra parte do território rio-grandense que foi povoado pelos colonos vindos da Península Itálica, e os patrimônios que estes legaram aos seus descendentes e a todo Estado, como os patrimônios já comentados por Antônio Isaia em 1987, no artigo intitulado *Os sonhos de emancipação*, quando o Distrito ainda lutava pela elevação a Município, *status* conquistado no fim deste mesmo ano.

Não obstante, analisando alguns documentos encontrados na Biblioteca de Silveira Martins, bem como, reportagens encontradas no Arquivo do Memorial da Casa Edmundo Cardoso em Santa Maria, percebe-se que desde a criação do Município procurou-se buscar as raízes da população formadora desta comunidade.

Assim, com este objetivo, projetos passam a serem criados, sendo o primeiro deles o *Projeto Identidade* que, segundo o documento oficial buscou “[...] resgatar as suas raízes e para tal objetivo vem desenvolvendo ações que propiciem a revalorização e a reapropriação das suas origens étnico-culturais. Dentro destes objetivos estamos promovendo O 1º FÓRUM DE CULTURA DA 4ª COLÔNIA ITALIANA DO RS [...]”⁵⁷.

Este ofício foi enviado ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul (BANRISUL), pedindo verba para a promoção do evento. Além disso, os demais ofícios analisados mostram o empenho da organização do evento em fazer um resgate da identidade imigrante dos silveirenses e para isso convidaram para palestrar professores e pesquisadores da área como o Padre Luizinho Sponchiado, conhecido por ter organizado o Centro de Pesquisas Genealógicas (CPG), genealogia das famílias de imigrantes italianos que formam a Quarta Colônia, em Nova Palma: “A COMISSÃO ORGANIZADORA DO 1º FÓRUM DE CULTURA DA 4ª COLÔNIA ITALIANA DO RS, convida Vossa Reverendíssima à proferir uma palestra sobre: “AS ORIGENS E FORMAÇÃO DO 4º NÚCLEO COLONIAL DO RS...”⁵⁸. Assim, têm-se também os ofícios enviados aos professores Silvino Santin e Vitalina Maria Frosi, para que eles também abordassem questões sobre imigração italiana e Quarta Colônia.

⁵⁶ Ofício nº 094 da Secretaria de Cultura e Turismo do Município de Silveira Martins, de 15 de setembro de 1994. Acervo da Biblioteca do Município de Silveira Martins.

⁵⁷ Ofício nº 098 da Secretaria de Cultura e Turismo do Município de Silveira Martins de 2 de julho de 1990. Acervo da Biblioteca do Município de Silveira Martins.

⁵⁸ Ofício nº 139 da Secretaria de Cultura e Turismo do Município de Silveira Martins de 12 de julho de 1990. Acervo da Biblioteca do Município de Silveira Martins.

Também com o intuito de fazer a recuperação da identidade imigrante, em 1995 inaugurou-se o monumento em homenagem aos 120 anos da imigração italiana no Estado, tendo estado presentes na cerimônia prefeitos de municípios pertencentes à Quarta Colônia, como o vice-prefeito de Santa Maria, a qual se defende, no presente estudo, que faça parte deste conjunto de municípios. Sobre o monumento, tem-se a Fotografia (Figura 7) e a seguinte explicação de seu significado:

A coluna de estilo romano representa o imigrante europeu. O pássaro em cima da coluna simboliza a grande imigração no estado que de um país imigram para outro. As paredes de alvenaria simbolizam os morros de Silveira Martins. A lista branca, a estrada do imigrante que conduz até o alto da serra. A cidade de Silveira Martins é sempre banhada de sol, tanto isto é verdade que consta nos escritos que seu primitivo nome era “concha do sol” (Padre Clementino Marcuzo) (A RAZÃO, 1995).⁵⁹



FIGURA 7 – Monumento do Sol em homenagem aos 120 anos da imigração italiana no Estado.⁶⁰

⁵⁹ Acervo da Biblioteca do Município de Silveira Martins.

⁶⁰ Fonte: FENALTI, Naiani Machado da Silva. **Monumento do Sol**. Silveira Martins, outubro de 2011. Fotografia, color, digital. In: Arquivo pessoal de Naiani Machado da Silva Fenalti.

A simbologia tem o objetivo de exaltar os imigrantes, formadores da localidade de Silveira Martins, bem como de toda a Quarta Colônia. Todas estas ações só comprovam os esforços em retomar para Silveira Martins o *status* de sede, ou seja, núcleo principal da antiga colônia Silveira Martins através da formação da identidade imigrante: “A identidade é uma construção imaginária que produz coesão social, permitindo a identificação da parte com o todo [...]” (PESAVENTO, 2008, p. 89).

Necessitava-se forjar uma identidade imigrante, era uma urgência da própria população, pois, como afirma Santin (1990), referindo-se a década de 90, que reascende-se o orgulho de ser descendente italiano “[...] desaparecendo certos traços de inferioridade que se haviam implantado, devido, especialmente, aos últimos conflitos internacionais movidos pelos nacionalismos exacerbados” (p. 9).

A partir das festividades de comemoração do centenário, ocorre uma reavaliação do fato de ser descendente italiano, destacando aspectos considerados positivos, como, por exemplo, a possível dupla nacionalidade brasileira e italiana, que abre as portas do continente europeu.

Esta recuperação da memória imigrante e recriação do imaginário da comunidade, que se torna necessária principalmente entre os descendentes, direciona a análise a outra questão: conhecer a história local.

Para esta reconstrução da história local, as obras publicadas sobre o histórico da região buscaram desde documentos comprobatórios, bem como entrevistas com os descendentes dos imigrantes, trabalhando com uma importante fonte para o historiador, mas que deve ser manipulada com certo cuidado, qual seja: a memória.

A primeira de todas as asserções que deve ser feita aqui é o fato de que a memória não deve nunca ser confundida com a ciência histórica. A memória por si só não é história, entretanto, pode ser instrumentalizada pelo historiador. Ou seja, a memória se constitui como história ao ser utilizada pelos historiadores: “A história deve esclarecer a memória e ajudá-la a retificar os seus erros” (LE GOFF, 2003, p. 29). Assim:

Memória é a aquisição, a formação, a conservação e a evocação de informações. A aquisição é também chamada de aprendizagem: só se “grava” aquilo que foi *aprendido*. A evocação é também chamada de recordação, lembrança, recuperação. Só lembramos aquilo que gravamos aquilo que foi aprendido (IZQUIERDO, 2002, p. 9).

No entanto, este aprendizado abordado por Izquierdo depende de um processo de consolidação de um tipo de memória que ele mesmo denominou de DECLARATIVA, ou

seja, são aquelas memórias que “[...] registram fatos, eventos ou conhecimento [...]” (2002, p. 22). Além disso, são divididas em longa ou curta duração, sendo que as de longa duração é que passam pelo processo de consolidação e neste processo são afetadas pelos acontecimentos seguintes:

As memórias não são adquiridas imediatamente na sua forma final. Durante os primeiros minutos ou horas após sua aquisição, elas são suscetíveis à interferência por outras memórias [...] De fato, a formação de uma memória de **longa duração** envolve uma série de processos metabólicos [...] O conjunto desses processos e o seu resultado final denominam-se **consolidação** (IZQUIERDO, 2002, p. 37).

Além de todo o processo que envolve a consolidação de uma memória declarativa, que se refere às vivências, também há um longo processo no que diz respeito à evocação destas memórias. Se a memória sofre perdas e passa por transformações ao ser consolidada, o mesmo acontece quanto ela é evocada. Cada vez que se lembra de algo, evoca-se aquela ou aquelas memórias que neste processo surgem impregnadas do nosso interesse e da nossa vivência atual, assim a memória nunca é a realidade do fato vivido e sim uma representação desse: “[...] a lembrança não é igual a realidade. A memória do perfume da rosa não nos traz a rosa; a dos cabelos da primeira namorada não a traz de volta [...] O cérebro converte a realidade em códigos e a evoca por meio de códigos.” (IZQUIERDO, 2002, p. 17). O que tenta-se é decifrar estes códigos.

Outra questão é a diferenciação entre a memória individual e coletiva, lembrando que elas não se dissociam. As lacunas da memória individual constantemente são preenchidas com a memória coletiva, no entanto, não deve ser confundida a memória coletiva com a História:

A memória coletiva se distingue da história sob pelo menos dois aspectos. Ela é uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, pois não retém do passado senão o que ainda está vivo ou é capaz de viver na consciência do grupo que a mantém. Por definição não ultrapassa os limites desse grupo (HALBWACHS, 2006, p. 102).

Assim, as lembranças dos descendentes de imigrantes trazidas à tona dentro dessa busca pela identidade do povo de Silveira Martins e dos formadores da Quarta Colônia correspondem à representação que esses fazem de sua história através das memórias que evocam, mas nunca uma conservação total do passado:

Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, tal como foi e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída

pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual (BOSI, 1994, p. 55).

Nesse sentido, pode-se referir que é a partir deste jogo entre história e memória que se conduz o fio da história. A reinterpretção do passado, feita no presente, objetiva atingir interesses desse, como a legitimação da formação da identidade.

Ademais, esta relação com o passado é fundamental para a construção da identidade e para a consolidação do sentimento de pertença a uma coletividade que almeje para si uma determinada identidade: “Essa articulação entre passado, presente e futuro, constante nas interpretações de todos os processos temporais, é decisiva para a definição de uma identidade [...]” (MARTINS, 2007, p. 33).

Martins no seu trabalho “Cultura e Poder” (2007), afirma que o processo de construção de identidades pode ocorrer por quatro vias: a identidade por Assimilação: é quando um sujeito ou uma comunidade se funde a outra e apropria para si a identidade do outro; Identidade por contraste: é quando uma identidade realça os elementos incomuns em relação a outro, provavelmente uma Cultura dominante, mas não se contrapõe a outro, apenas coexiste no seio dessa; Identidade por rejeição: é quando se busca uma identidade na rejeição à identidade compreendida como dominante; E, por fim, a Identidade por diferenças: está presente nas outras citadas e pode evoluir para qualquer uma delas.

A professora Maria Catarina Zanini, na obra “Expressões da Cultura gaúcha” mostrou alguns resultados da sua pesquisa que tinha por objetivo analisar a mescla da identidade de descendentes italianos com a identidade gaúcha, o que ela chamou de “categorização híbrida”.

Zanini (2010) constatou que dentro do Rio Grande do Sul os descendentes se reconheciam mais com a expressão “íalo-brasileiros” e que a expressão “íalo-gaúchos” era usada mais quando se encontravam fora do Estado.

As hibridizações são negociadas dependendo do interesse, do momento e lugar em questão. Fora do Rio Grande do Sul os descendentes de imigrantes italianos procuram perpetuar hábitos gaúchos, como o chimarrão e o churrasco, até mesmo frequentando Centros de Tradições Gaúchas (CTGs).

Zanini (2010) em seu trabalho refere-se a “italianidades”, no plural, destacando as diferenças entre os que imigravam, pois a Itália se unificara em 1870, uma unificação unicamente política, e nem começara a forjar sua identidade única.

Dessa forma, os imigrantes como disse Favaro, na obra *Os “italianos”: entre a realidade e o discurso*, “[...] diziam-se vênnetos, lombardos, piemonteses, sicilianos, calabreses, florentinos, lígures, romanos. Sua verdadeira identidade era construída a partir da

comune, da pequena aldeia comunal, ou da cidade próxima, em torno da qual acontecia a vida camponesa.” (2006, p. 310). Portanto, esta identidade genérica de italianos foi criada aqui no Brasil, exatamente no contraste das diferenças no Rio Grande do Sul, criando-se fronteiras entre os “italianos” e o “gentílico” sul-rio-grandense.

Com relação à identidade imigrante foi na busca da terra que se criou o Mito Fundador - imigrante trabalhador e despossuído que migra em busca de terra - como coloca Heloísa Bergamaschi, em “Propriedade: identidade e cultura regional” (2007). Ter a propriedade privada significava ter poder, mas não só, também era ter “[...] estabilidade, segurança, sucesso, reciprocidade, legitimidade e justiça, entre outros” (p. 23).

Esta relação com a busca da terra que propiciou a formação do mito do imigrante “trabalhador”, principalmente em relação aos nacionais no Brasil, pois esses haviam sido excluídos deste processo de formação da pequena propriedade no Rio Grande do Sul, por exemplo.

Assim, para forjar a identidade “italiana” que passava a existir apenas no Brasil, os imigrantes a fizeram através da diferença por contraste, como já comentado.

Como afirma Giron (2007), em “Identidade: região e Valores”, para marcar a diferença com relação aos nacionais os imigrantes utilizavam a expressão “*Brasiliiani tutti neri*”. Não do ponto de vista apenas de preconceito racial, mas também de um ponto de vista de um sobre outro, demarcando a diferença, brasileiros eram “*neri*” (negros), italianos eram “*coloni*”.

No entanto, isso não influenciava no fato dos imigrantes usarem das suas economias para a compra de um cavalo, a moda dos “gaúchos”. Além disso, o próprio termo “gaúcho”, quando usado, era em relação aos fazendeiros vistos como superiores, principalmente pelo uso do cavalo, como afirma Oliven (2010): “Na Europa, esse animal era apanágio e marca de distinção da aristocracia rural” (p. 31). Uma das primeiras providências dos colonos era adquirir um cavalo, como símbolo de “status social”.

Também o chimarrão, como afirma Zanini (2010), “[...] foi um hábito observado pelos italianos já em 1877 quando chegaram ao Rio Grande do Sul.” (p. 43), mas era um hábito dos nativos, então aqueles imigrantes que passaram a apreciar o mate só podiam beber da porta para dentro. Mesmo não sendo apreciado por todos, já que preferiam bebidas doces, os imigrantes perceberam o lucrativo comércio da erva-mate, abundante nos campos, e muitos passaram a comercializá-la.

Nos próprios relatos dos imigrantes da época percebe-se a distinção com relação aos nativos no uso do “nós” e “eles” (ZANINI, 2010, p. 55). Com o passar do tempo o chimarrão foi de vez adotado pelos italianos:

Se, no início do processo colonizador, o chimarrão era considerado algo que prejudicava o trabalho, depois ele passou a ser observado como uma bebida que “dava forças para o trabalho” e que também, em seu ritual de beber conjuntamente, acabava por unir as famílias e permitir um convívio maior entre seus membros (ZANINI, 2010, p. 56).

Giron (2007), ao analisar as obras sobre famílias de imigrantes no Brasil, afirma que as festas atuais de famílias de imigrantes comemoram o passado, num ritual próprio, que é materializado na publicação das suas histórias. Nesta análise, Giron afirma que as identidades surgem no simbólico, no imaginário que recria as semelhanças para forjar uma identidade comum.

Assim, nos trabalhos analisados, mais uma vez percebe-se termos de diferenciação como “os de dentro” e “os de fora”. Para se referir “aos de fora” utilizavam o termo “brasileiros” ou “fazendeiros”, ou ainda, “nativos” (GIRON, 2007, p. 46).

Portanto, percebe-se que a identidade italiana, a qual não havia sido forjada na Itália, foi sendo recriada no sul do Brasil, a partir das adaptações como a opção do galetto que hoje faz parte do “churrasco”, e surgiu do fato de os imigrantes não poderem matar os passarinhos como faziam na Itália, passaram, então, a comer os franguinhos dando origem ao “galetto al primo canto”, inexistente na Itália.

Dessa forma, o Município Silveira Martins mergulha na tentativa de desenvolvimento da região, principalmente tentando forjar essa identidade imigrante em questão. Um exemplo real desta tentativa, além dos projetos já citados, são as obras publicadas principalmente na Universidade Federal de Santa Maria, não só como livros, mas também monografias de conclusão de curso de Graduação e especialização, dissertações de mestrado e teses de doutorado, entre outros. De fato elas perdem em número para os trabalhos acerca das colônias a Nordeste do Estado, mas tentam, às vezes sem fôlego, mostrar-se no Rio Grande do Sul.

Atualmente, ao entrar no site⁶¹ da Prefeitura de Silveira Martins percebe-se que reparos fundamentais da infra-estrutura do Município ainda são feitos, mas o apelo à questão do passado imigrante ainda é fortíssimo, principalmente após a reativação da Rota Turística Gastronômica.

⁶¹ <http://silveiramartins.rs.gov.br>

Tenta-se através do turismo ativar o desenvolvimento do Município, o site⁶² da Secretaria de Cultura e Turismo traz inúmeras fotos das belezas naturais, arquitetônicas e gastronômicas. Aliado ao turismo sonha-se com um forte desenvolvimento econômico, entretanto, ainda há vários impedimentos, pois, o Município não oferece aos turistas nem mesmo local para hospedagem.

Outra questão importante foi que dentro desta recuperação do histórico imigrante do Município de Silveira Martins, no ano de 2007, foi inaugurado um busto (Figura 8) de Gaspar Silveira Martins em comemoração aos 172 anos de nascimento do político. Contudo, os motivos argumentados para tal homenagem era estreitar os laços com o Uruguai. A reportagem que divulga a solenidade que inauguraria o busto em questão faz a seguinte referência a Gaspar Silveira Martins: “Nascido em Mello, em 5 de agosto de 1835, Gaspar Silveira Martins alcançou notoriedade como político entre o final do Império e início da República no Brasil. Ele foi deputado, presidente de província, ministro da fazenda e senador do império do Brasil de 1880 a 1889. Faleceu em 23 de julho de 1901.”⁶³

Da mesma forma que na placa fixada abaixo do busto do Gaspar Silveira Martins (Figura 9), a reportagem de divulgação não estabelece relações deste político com a imigração. Sendo assim, que motivo teria levado a população da colônia ou seus dirigentes a homenagear este político colocando o nome na colônia? De fato, os motivos, ou melhor, as relações desse com a imigração e a Quarta Colônia já foram mencionadas e discutidas neste estudo, e considera-se mister que a população do atual Município tenha consciência de tal relação.

⁶² <http://turismo.silveiramartins.rs.gov.br>

⁶³ Reportagem do Jornal Informativo da Prefeitura Municipal de Silveira Martins de 27 de julho a 2 de agosto de 2007. Acervo da Biblioteca do Município de Silveira Martins.



FIGURA 8 – Busto em Homenagem ao Gaspar Silveira Martins na Praça Garibaldi.⁶⁴

⁶⁴ Fonte: FENALTI, Naiani Machado da Silva. **Busto Gaspar Silveira Martins**. Silveira Martins, março de 2011. Fotografia, color, digital. In: Arquivo pessoal de Naiani Machado da Silva Fenalti.



FIGURA 9 – Placa fixada abaixo do Busto de Gaspar Silveira Martins.⁶⁵

⁶⁵ Fonte: FENALTI, Naiani Machado da Silva. **Placa do busto Gaspar Silveira Martins**. Silveira Martins, março de 2011. Fotografia, color, digital. In: Arquivo pessoal de Naiani Machado da Silva Fenalti.

Diante disso, ratifica-se que este estudo tem o objetivo contribuir para a valorização deste Município, apresentando sua história relacionada a Gaspar Silveira Martins, trazendo as explicações dos possíveis motivos para a escolha de seu nome e com o objetivo maior da criação de uma exposição que favoreça não somente o turismo na região, mas, principalmente, a valorização da história do município para a população silveirense.

2 A EXPOSIÇÃO COMO UMA FORMA DE REGISTRO, DE DIVULGAÇÃO E DE MEMÓRIA DO MUNICÍPIO SILVEIRA MARTINS

Este capítulo tem como objetivo mostrar os passos para a produção da exposição desde a pesquisa iconográfica, da pesquisa sobre a técnica para a produção de uma exposição, e a possibilidade de pensar ela como um foco de atração turística e um apoio ao trabalho do professor em sala de aula.

A partir disso, este capítulo mostra os fundamentos para a produção de uma exposição e as escolhas feitas para a exposição da história de Silveira Martins que dependeram, principalmente, dos recursos disponíveis para a produção dessa.

2.1 Exposição: fundamentos

Em razão do propósito maior deste estudo, que é a divulgação da história de Silveira Martins a partir do viés que ressalta as relações com o patrono do Município, bem como, da Quarta Colônia, Gaspar Silveira Martins, o meio mais apropriado que se considerou para o alcance do objetivo foi a criação de uma Exposição.

Diante disso, será abordado o significado de uma exposição com a finalidade de justificar a escolha deste suporte para a divulgação e apresentação da história do Município de Silveira Martins.

Destarte, é mister afirmar que “expor” significa mostrar, comunicar, divulgar. No entanto, a exposição faz parte de um processo muito maior, sendo ela “[...] a ponta do iceberg que é o processo de musealização, é a parte que visualmente se manifesta para o público e a grande possibilidade de experiência poética por meio do patrimônio cultural.” (CURY, 2005, p. 35).

Em que pese o objetivo não seja discutir por um longo tempo/espço o processo de musealização, ou seja, os fundamentos da instituição museológica, não se pode passar sem sinalizá-los, pois quando se trabalha com exposição, de uma forma ou de outra, trabalha-se com este processo.

Dessa forma, ele surge quando de forma seletiva decide-se guardar objetos ou elementos, rejeitar outros, em um determinado espaço, dando a esses um sentido valorativo. A

museologia é o fenômeno que envolve desde a seleção e aquisição dos objetos até sua exposição com um objetivo definido:

Em síntese, entende-se que o processo de musealização como uma série de ações sobre os objetos, quais sejam: aquisição, pesquisa, conservação, documentação e comunicação. O processo inicia-se ao selecionar um objeto de seu contexto e completa-se ao apresentá-lo publicamente por meio de exposições, de atividades educativas e de outras formas. Compreende, ainda, as atividades administrativas como pano de fundo desse processo (CURY, 2005, p. 26).

Dentro da musealização surgem dois termos importantes, a saber: Expografia e Expologia. Expografia é o planejamento da exposição, a pesquisa em torno das técnicas, conteúdos e sua linguagem. A Expologia, por sua vez, é a teoria da Exposição, ou seja, os princípios museológicos, comunicacionais e educacionais de uma exposição (CURY, 2005, p. 27).

É necessário ter em mente que existe um *emissor* e um *receptor* na exposição, mas este receptor é, acima de tudo, dinâmico. Existe uma mensagem, um público alvo, ou seja, objetivos concretos que permeiam a exposição, mas a mensagem sofre e deve sofrer alterações no percurso entre *emissor* e *receptor*:

A pesquisa de recepção faz rever o processo de comunicação em exposições, pois faz perceber que a proposta do processo comunicacional não está na mensagem e sim na interação, espaço de encontro entre emissor e receptor, espaço de negociação e estruturação de do significado. Dizer que exposição é a transmissão de uma mensagem a um determinado público-alvo por meio de objetos ganha um sentido negativo ou equivocado ou, ainda limitado. Pode passar a compreensão de que a instituição já tem estruturado o significado da mensagem e que o público-alvo é aquele apto para recebê-la e compreende-la (CURY, 2005, p. 41).

A exposição é, então, a forma de atribuir valor ao patrimônio, mostrando-o, divulgando-o e comunicando-o: “Assim, ao se referir sobre patrimônio, está-se lidando com história, memória e identidade, conceitos inter-relacionados cujos conteúdos são definidos e modificados ao longo do tempo” (OLIVEIRA, 2008, p. 114). A exposição divulga o patrimônio e sensibiliza o público, ao menos esse deve ser seu objetivo maior.

Dessa forma, o primeiro e principal passo na produção da exposição está na escolha da temática: “As demandas e os interesses da coletividade deverão ser analisados e avaliados antecipadamente para que o tema possa ser escolhido e apresentado de forma a despertar o interesse do público e como consequência se obterá o sucesso da exposição.” (ALAMBERT. MONTEIRO, 1990, p. 14). A temática é o centro da exposição, dela depende a vinda ou não do público ao local expositivo. No entanto, é o planejamento, as técnicas, ou seja, a expografia que define a permanência ou não do público.

Diante disso, ela é delineada por uma série de formas e técnicas, a sua expografia, que são escolhidas e utilizadas conforme o objetivo de cada exposição:

Os recursos denominados expográficos são variados. Textos, legendas, ilustrações, fotografias, cenários, mobiliário, sons, texturas, cheiros, temperatura compõem um conjunto de elementos enriquecedores da experiência do público, na medida em que potencializa, ainda, o discurso museológico estruturado na articulação entre os objetos museológicos e esses outros recursos no espaço. A articulação dos objetos (e dos outros elementos expográficos) – formando uma lógica textual – estrutura a narrativa da exposição, a retórica do discurso e a argumentação pela persuasão (CURY, 2005, p. 46).

Uma exposição deve ser classificada quanto ao tempo, local, acervo ou público. Todas estas decisões devem ser tomadas levando em conta o público-alvo:

É importante ter em mente o público-alvo ao tomar decisões práticas sobre as exposições, inclusive os objetos a serem usados, o roteiro, o estilo e o tamanho do texto, os métodos de interpretação, o “design” e a distribuição das peças no espaço físico. (MUSEUMS AND GALLERIES COMMISSION, 2001, p. 24).

Sobre o tempo de duração da mesma, ela pode ser temporária ou permanente. Esta definição depende muito da tipologia da exposição: “[...] conceber e montar uma exposição significa construir e oferecer *uma experiência de qualidade* para o público, uma experiência que, por sua importância, esteja de acordo com o princípio da continuidade de interação” (CURY, 2005, p. 44).

As exposições de curta duração têm mais liberdade, podendo causar impacto, justamente por seu caráter temporário: “Experimentações são cuidadosamente destinadas às exposições temporária, com duração de até 180 dias.” (STORCHI, 2002, p. 118). No entanto, as exposições permanentes precisam ter mais cuidado, impactando de forma mais branda, com a finalidade de sensibilizar processualmente o público.

Ainda quanto a temporalidade, mas agora em termos de estrutura, é importante pensar no estrutural da exposição para alcançar a permanência do público:

[...] uma exposição pode ter uma organização espacial linear (sequencial, passo a passo e com começo, meio e fim), quando a compreensão de um momento depende do anterior, ou episódica, quando o público faz as suas escolhas e constrói criativamente seu caminho (face ao que está apresentado) (CURY, 2005, p. 47).

Entretanto, mesmo que ela tenha uma pré-definição sequencial, isso não obriga o visitante a seguir esta sequência, ele deve interagir com a exposição com liberdade, pois, como já se referiu, no percurso da mensagem entre o *emissor* e o *receptor*, essa sofre inúmeras influências: “A maneira como o visitante circula – caminha – no espaço expositivo é

pré-definida (mas não impositiva) – mesmo quando o circuito é de livre escolha [...]” (CURY, 2005, p. 47).

O local também é de extrema importância, pois do espaço depende a disposição da exposição, e, conseqüentemente, seu maior ou menor efeito. É preciso a verificação do espaço, iluminação, segurança, condições de conservação do acervo. A especificação do público-alvo já deve ter sido feita no momento da escolha da temática.

Outra questão são os eventos paralelos à exposição, também uma forma de atrativo. Muitas vezes as exposições inserem-se em eventos maiores, passando a fazer parte deles: “Os eventos paralelos são programados para dar maior plasticidade, dinamização e clareza à exposição; é um complemento quase que indispensável nas mostras.” (ALAMBERT. MONTEIRO, 1990, p. 21).

Ainda no período de preparação da exposição, existe o tempo destinado à pesquisa: pesquisa bibliográfica e iconográfica. Ela deverá conter textos, mas estes textos explicativos devem ser claros, com painéis ilustrativos e montagens fotográficas. Precisam, também, ser previstos os painéis com o título da exposição e os créditos dos profissionais que trabalharam na sua organização e montagem (ALAMBERT, MONTEIRO, 1990, p. 30).

A exposição necessita, ainda, de um material paralelo para sua divulgação e entendimento, como materiais gráficos, por exemplo: convite, cartaz e catálogo, para a divulgação e ampliação do público: “O catálogo constitui a documentação da exposição, apresentando a relação das peças expostas e fotografias temáticas e dos objetos [...]” (ALAMBERT, MONTEIRO, 1990, p. 31).

Caso seja necessário pegar materiais por empréstimo, é imprescindível ter o cuidado de oficializar tudo, para que não ocorram problemas, constrangimentos e prejuízos a nenhuma das partes. Para os empréstimos é preciso: contrato, nele deverá conter o número total de peças, descrição das peças, meios de transporte, tipo de embalagem, período do empréstimo, e o que mais julgar apropriado.

Depois de toda a preparação da Exposição, definição da temática, público alvo, características da mesma, contatos necessários, seleção do acervo (objetos, iconografia, documentos, etc.), passa-se a sua montagem.

Na montagem, apesar da estrutura já ter sido definida anteriormente, no momento de colocar o projeto em prática é preciso estar preparado para algumas mudanças, tanto em função das necessidades do local, quanto da própria exposição.

Deverá também existir uma monitoria e a quantidade de monitores corresponderá ao tamanho da exposição e os recursos envolvidos, podendo ser constituído de uma única pessoa

até um número ilimitado de monitores. Os monitores deverão conhecer o exposto, evitar centralizar a atenção em algumas pessoas apenas, estimular a reflexão, etc. (ALAMBERT. MONTEIRO, 1990, p. 37).

Os tipos de recursos a serem utilizados nas exposições dependem dos recursos financeiros envolvidos e nos apoios conseguidos ao longo do planejamento dela.

Por fim, cabe dizer ainda que o sucesso de uma exposição depende de fatores como os objetivos educacionais, a qualidade, a forma de apresentação, os recursos visuais complementares (painéis explicativos) (ALAMBERT. MONTEIRO, 1990, p. 11).

Assim, mediante todo o processo de montagem de uma exposição, e o seu caráter comunicacional exposto até o momento, passa-se agora a explanar as escolhas feitas para a exposição no Município de Silveira Martins.

2.2 Exposição da História do Município Silveira Martins

Na exposição de divulgação da história do Município de Silveira Martins se utilizou imagens e textos. Para a seleção das imagens foi necessária uma pesquisa que abrangeu principalmente a visita a arquivos dos Municípios que formam a denominada Quarta Colônia. A pesquisa e o planejamento da exposição são denominadas dentro da área Museológica de Expografia (CURY, 2005, p. 26).

Os textos utilizados, também demandaram em uma longa pesquisa, principalmente no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul na cidade de Porto Alegre, na Biblioteca do Município Silveira Martins, no Arquivo do Memorial da Casa Edmundo Cardoso, entre outros. Esta pesquisa teve como resultado a produção do primeiro capítulo deste estudo, a partir do qual foram produzidos os breves textos utilizados na exposição.

Exposição é comunicação, esse é seu principal objetivo, junto com a divulgação. Assim, comunicar e divulgar são as palavras de ordem. Para isso, é preciso primeiro traçar alguns aspectos da exposição.

Para o planejamento da exposição e depois a criação dos planos de ação (ações rápidas necessárias a execução desta), é necessária a definição do tema: “As demandas e os interesses da coletividade deverão ser analisados e avaliados antecipadamente para que o tema possa ser escolhido e apresentado de forma a despertar o interesse do público e como consequência se obterá o sucesso da exposição” (ALEMBERT. MONTEIRO, 1990, p. 14).

Como já se abordou na introdução, a escolha do tema surgiu justamente de um contato direto com a população de Silveira Martins, em uma palestra na Câmara de Vereadores do

Município em 2007. Ademais, em maio deste ano foram proferidas duas palestras nas escolas de Ensino Fundamental e Médio do Município (Escola João Frederio Savegnago e Escola Bom Conselho, respectivamente), na Semana do Imigrante Italiano (de 22 a 29 de maio de 2011), e foi possível constatar ainda mais o interesse da população pelo tema, principalmente nas conversas “extra-oficiais” com as professoras nos corredores das escolas. Com isso, ficou evidente a pertinência do tema em divulgar a história de Silveira Martins relacionada ao seu patrono, Gaspar Silveira Martins.

Folder (figuras 10 e 11)⁶⁶ de divulgação do evento: Semana do Imigrante Italiano, no verso a programação onde constam as palestras citadas



FIGURA 10 – Frente do Folder de divulgação da Semana do Imigrante italiano.

⁶⁶ Folder produzido pela Secretaria de Cultura, Turismo, Desporto e Eventos do Município de Silveira Martins.

Programação

Semana do IMIGRANTE ITALIANO

<p>DIA 22 (Domingo)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Abertura Oficial Horário: 14h Local: Ginásio da Escola Municipal João Frederico Savegnago • Interseleções de Futsal Feminino Horário: 14h30min Local: Ginásio da Escola Municipal João Frederico Savegnago <p>DIA 23 (segunda-feira)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sessão da Câmara Municipal de Vereadores em comemoração ao Imigrante Horário: 19h Local: Salão Paroquial <p>DIA 24 (terça-feira)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Palestra "O Município de Silveira Martins e Gaspar Silveira Martins" Ministrada por Naiani Machado da Silva Fenalti Historiadora e Professora UFSM Horário: 8h 30min Local: Escola Municipal João Frederico Savegnago • Apresentação Teatral FUNDAE "Movimento Cênico: Teatro, Dança e Emoção" Horário: 14h Local: Salão Paroquial <p>DIA 25 (quarta-feira)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Palestra "O Município de Silveira Martins e Gaspar Silveira Martins II Parte" Ministrada por Naiani Machado da Silva Fenalti Historiadora e Professora UFSM Horário: 8h 30min Local: Escola Municipal João Frederico Savegnago • Apresentação Teatral FUNDAE "Movimento Cênico: Teatro, Dança e Emoção" Horário: 14h Local: Salão Paroquial <p>DIA 26 (quinta-feira)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Rítmicos Diferentes Grupo Extremus - Dança Sobre Rodas Horário: 20h Local: Salão Paroquial <p>Grupo de DANÇA FUNDAE/ La Mi - Projeto "Dançando Através do Lúdico" Horário: 21h 15min Local: Salão Paroquial</p>	<p>DIA 27 (sexta-feira)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Contecção e Transferência de Título Eleitoral (Cartório Eleitoral) Horário: Das 9h às 13h Local: Secretaria de Assistência Social e Habitação • Grupo de Dança Ricordi D'Italia Horário: 20h Local: Salão Paroquial • Fisaorquestra Veneta Horário: 21h Local: Salão Paroquial <p>DIA 28 (sábado)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Giro Ciclístico Horário: 8h 30min Saída: Escola Municipal João Frederico Savegnago • Brinquedos SESC Horário: A partir das 10h. Local: Rua Don Albino Lucciani • 1º Grito Italiano Horário: 17h Local: Salão Paroquial <p>Inscrições: Na Secretaria de Cultura, Turismo, Desporto e Eventos até dia 16 de maio. Fone: (55) 3224-1358</p> <ul style="list-style-type: none"> • Show Italiano com Edgar Maróstica - Ganhador do Festival de Mentira de Nova Bréscia Horário: 21h Local: Salão Paroquial <p>DIA 29 (domingo)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Almoço Comemorativo aos 44 Anos do CTG Liberdade de Silveira Martins Horário: 12h Local: CTG Liberdade • Domingueira com o "Grupo Baita Baile" Horário: 14h Local: CTG Liberdade • Olimpíadas Rurais Horário: 15h Local: Quadra 19 de maio <p>Inscrições: Na Secretaria de Cultura, Turismo, Desporto e Eventos até dia 18 de maio</p>
--	--

Apoio: _____



Organização: _____



FIGURA 11 – Verso do Folder de divulgação da Semana do Imigrante italiano (programação do evento).

Diante disso, passando, então, a organização propriamente dita da exposição, a primeira questão definida foi quanto ao tempo. A exposição proposta pretende ser de caráter permanente, ou seja, ficará exposta por um longo período, mesmo que a previsão de sua inauguração seja para a Semana de Aniversário do Município Silveira Martins (dezembro de 2011), pretende-se que ela se estenda após o término dos festejos, de forma que ela ficará alocada em local a ser definido junto à Secretaria de Cultura do Município.

Por ela ser de caráter permanente, o seu impacto deve ser mais suave, para que cada detalhe seja percebido em mais de uma visita e ela não se desgaste rapidamente, perdendo sua razão de ser: “Pelo simples aspecto da permanência, a linguagem textual e formal empregada

deve fazer uso de elementos atemporais, de resultado comprovado, evitando situações formais de caráter efêmero.” (CURY, 2002, p. 118).

Optou-se pela permanência da exposição, justamente em função do objetivo principal que é ser um atrativo turístico junto aos outros projetos da região. No entanto, apesar de ter este foco, a exposição não se limita a este objetivo, acima da questão turística está a divulgação da história, patrimônio da comunidade, para a própria comunidade. Dessa forma, em um primeiro momento, pode-se afirmar que o principal público-alvo da exposição é a própria comunidade.

Restringindo ainda mais, pode-se dizer que o público-alvo está também nas escolas, já que a exposição tem seu caráter educativo, principalmente por trabalhar a história local. Portanto, destacam-se três públicos alvos da exposição: adolescentes/estudantes, a comunidade local em geral e por fim os turistas que visitam e visitarão a região “berço da Quarta Colônia”.

Exatamente por ser tão abrangente o público ao qual se destina a exposição é que a linguagem utilizada nos textos deve ser acessível, sendo compreensível a todos os níveis de escolaridade, salvo ao fato de não se destinar à crianças, ou seja, indivíduos até cerca de 11 anos, por não apresentar um caráter lúdico.

Outrossim, como não se dispõe de recursos financeiros suficientes para empregar recursos interativos na exposição, projetou-se ela para ser *contemplativa*, o que não impede seu caráter sensitivo. A exposição pode e deve despertar sensações no seu público, por isso o jogo entre as imagens e os textos torna-se tão importante:

Um texto bastaria para explicar idéias e acontecimentos de maneira simples e direta, mas a componente visual contribui de maneira útil e iluminadora. A contextualização de fatos e objetos promove a percepção e apreensão de seu significado, situando-se no tempo e espaço, e estabelecendo todas as relações de ordem que hierarquizam sua importância como participante de um momento histórico ou de uma estrutura social (STORCHI, 2002, p. 119-120).

As imagens junto aos textos elucidam ainda mais a mensagem que se quer passar, entretanto, cabe dizer que a imagem tem um alcance maior. Nos Tempos Medievais, as pinturas eclesíásticas serviam de “ensinamentos” a população servil, analfabeta, num período em que a Igreja era o centro do saber. Assim, para aqueles que não tiveram acesso a um certo grau de escolarização ou até mesmo a nenhum, as imagens podem ser uma alternativa para a transmissão da mensagem exposta: “ Uma vantagem particular do testemunho de imagens é a de que elas comunicam rápida e claramente os detalhes de um processo complexo [...] o que

um texto leva muito mais tempo para descrever de forma mais vaga.” (BURKE, 2004, p. 101).

A utilização de imagens/fotografias possibilita a representação do que é textual, bem como permite, quando é feita uma análise com propriedade, a percepção de detalhes minuciosos não percebidos no todo: “A lente da máquina, ao capturar e fixar imagens, tem outro olhar, um enfoque que nos coloca na terceira margem do rio: revela coisas que até já foram vistas, mas que escapam do olho em sua dinâmica” (RAMOS, 2004, p. 42).

Cabe salientar ainda que se utilizaram imagens/fotografias produzidas no passado, porque “[...] a fotografia é um símbolo, aquilo que, no passado, a sociedade estabeleceu como a única imagem a ser perenizada para o futuro” (MAUAD, 2005, p. 141), bem como foram utilizadas fotografias atuais dos patrimônios arquitetônicos do Município e imagens que evidenciam momentos da história do Município.

De fato, exatamente por ser um símbolo daquilo que a comunidade escolheu para perpassar, é preciso ter a consciência de que as imagens retratam aquilo que foi optado por retratar, relegando o “resto” ao esquecimento.

Assim, o pesquisador deve ter muito cuidado, pois as fotografias, muitas vezes, passam o sentido das coisas dentro do interesse de quem fotografou ou foi fotografado, ou seja, uma representação que tinha um objetivo concreto, já que assim como os historiadores, os fotógrafos “selecionam que aspectos do mundo real vão retratar.” (BURKE, 2004, p. 27). Então, é mister dizer que a fotografia “[...] exige uma crítica externa das condições de produção, e interna, relativa ao conteúdo.” (LEITE, 2001, p. 15).

Ademais, o processo fotográfico até fins do século XIX era muito diferente do atual, pois, para fotografar uma paisagem, por exemplo, era preciso cerca de 40 segundos, o que hoje se faz em milésimos de segundo e para fotografar uma pessoa era necessário que esta ficasse imóvel, por isso o processo fotográfico era similar a de uma pintura e “[...] a seleção de temas e até de poses das primeiras fotografias freqüentemente seguiam o modelo das pinturas, gravuras em madeiras e entalhes [...]” (BURKE, 2004, p. 27). Além disso:

É possível que os modelos também estivessem expressando o seu melhor comportamento, especialmente em retratos feitos antes de 1900, no sentido de elaborar gestos ou de se deixarem ser representados como se estivessem realizando gestos, que eram mais elegantes do que os gestos habituais (BURKE, 2004, p. 32).

Diante disso, sabe-se que as fotos selecionadas representam momentos, formas e lugares escolhidos para serem retratados, percebendo a importância dada pela comunidade a estas representações, já que decidiram deixar como “herança” para a posteridade. Um

exemplo é a foto das mulheres (Figura 12) em comemoração aos 50 anos de Silveira Martins, pode-se perceber na imagem que elas estavam vestindo suas vestes domingueiras, inapropriadas para o trabalho diário.



FIGURA 12 – Mulheres na Comemoração do aniversário de 50 anos de Silveira Martins.⁶⁷

Ciente dos cuidados a serem tomados nos usos das imagens, com certeza elas exercem um efeito proeminente nas pessoas e devem ser utilizadas em exaustão, até porque representam um alcance de público ainda maior.

Sendo assim, a exposição tem um objetivo claro: ser um fórum de discussão dos silveirenses sobre a sua história, abrindo ainda mais questionamentos a partir das lacunas deixadas inevitavelmente, e não um espaço de silêncio, imobilidade e ociosidade.

Os textos, por sua vez, foram usados para dimensionar ainda mais a mensagem da exposição, junto às imagens. Portanto, não se deve limitar a importância dos textos, pois foi a partir da pesquisa em fontes primárias, maciçamente documentais, jornalísticas, etc. que se produziu o primeiro capítulo base para a produção do textual da exposição.

⁶⁷ Fotografia do acervo do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma – Município pertencente à Quarta Colônia. Caixa Silveira Martins.

Assim, voltando aos aspectos da exposição, após a seleção dos elementos a serem utilizados na exposição é preciso conceber a montagem dessa:

Exposição é, didaticamente falando, conteúdo e forma, sendo que o conteúdo é dado pela informação científica e pela concepção de comunicação como interação. A forma da exposição diz respeito a maneira como vamos organizá-la, considerando a organização do tema (ênfase temático e seu desenvolvimento), a seleção e articulação dos objetos, a elaboração de seu desenho (a elaboração espacial e visual) associados a outras estratégias que juntas revestem a exposição de qualidade sensoriais (CURY, 2005, p. 42).

A montagem da exposição é responsabilidade da curadoria da exposição. No caso de Silveira Martins, como a verba é limitada, esta função de pesquisa, apoio pedagógico e curadoria é exercida pela mesma pessoa:

É possível, em alguns contextos, que essas funções sejam desempenhadas por apenas uma ou duas pessoas, e frequentemente isso acontece pela própria impossibilidade de contratação de profissionais específicos de cada uma dessas funções. Uma pessoa com a carga dessa polivalência deverá buscar constantemente esclarecimentos e informações que diminuam essa lacuna de pessoal especializado (STORCHI, 2002, p. 122).

Ao curador depende a seleção do acervo, no caso de uma exposição de painéis, a seleção das imagens/fotografias e dos textos utilizados.

Como a exposição em Silveira Martins será inaugurada nas festividades da Semana de Aniversário do Município, ela será permeada de diversos eventos paralelos, o que contribui para o sucesso da mesma, já que ela demandaria de eventos paralelos, o que sem esta base de um evento anual do Município seria inviável em função dos recursos financeiros necessários.

Ao final da exposição é necessário um trabalho de avaliação da mesma, ou seja, avaliar se foram atingidos os objetivos iniciais, se houve uma frequência na visitação do público, qual foi seu alcance dentro dos objetivos propostos.

Importante referir, ainda que a exposição obedeceu a um cronograma até sua inauguração que pode ser observado:

CRONOGRAMA DA EXPOSIÇÃO:

TAREFA	PESSOAS ENVOLVIDAS	PERÍODO
1. Aprovação da Exposição	Curador e Prefeitura de Silveira Martins	Março de 2011
2. Planejamento	Curador e Orientação	Março a junho de 2011
3. Pesquisa	Curador e Orientação	Mai a setembro de 2011

4. Discussão sobre a Montagem	Curador e Designer	Setembro a novembro de 2011
5. Preparação do Projeto gráfico: painéis e catálogo	Curador e Designer	Setembro a novembro de 2011
6. Divulgação	Secretaria de Cultura de Silveira Martins	Dezembro de 2011
7. Produção do Material	Curadoria, Designer e orientação	Setembro a dezembro de 2011
8. Montagem da Exposição	Curadoria	Dezembro de 2011
9. Inauguração da Exposição	Curadoria e Secretaria de Cultura da Exposição	Dezembro de 2011
10. Avaliação da Exposição	Curadoria	Dezembro de 2011

O cronograma permite perceber os passos realizados para a produção da exposição, permitindo sua realização efetiva. A exposição ainda apresenta um foco de atração turística e educacional que serão abordados na sequência deste estudo.

2.3 Exposição como um foco de atração turística

A discussão sobre o uso ou não do patrimônio para o turismo é ainda atual, apesar de ser amplamente realizado. Isso tudo porque o turismo serve aos interesses do Mercado, ou seja, tem como objetivo a busca do lucro, o que vem de encontro à sacralidade do patrimônio.

No entanto, é possível, ou melhor, inevitável dizer que o patrimônio subsiste no seio do turismo, pois é impossível falar em preservação, restauração, manutenção, sem lembrar da necessidade financeira para realização de tais objetivos. Mover o Poder Público, a iniciativa privada, e, até mesmo a comunidade identificada por determinado patrimônio, sem dar a eles uma utilidade aquém de seu sentido reflexivo, contemplativo e/ou evocativo, parece um pensamento um tanto quanto idealista sobre a questão da preservação da cultura:

Os discursos do patrimônio cultural no Brasil, por várias décadas, pautaram-se por uma assumida recusa do mercado, uma vez que este era necessariamente associado

ao “inautêntico”. No entanto, o fato é que estes discursos estiveram sempre associados à indústria turística. Em sua busca obsessiva pelo objeto de uma perda irreparável, esteja ele situado no universo autêntico do “passado” ou das “culturas populares”, ou das “culturas primitivas”, o patrimônio na verdade transforma localidades em pontos de atração turística (GONÇALVES, 2007, p. 243).

O que é preciso é utilizar o turismo como um recurso benéfico ao patrimônio, e, principalmente a comunidade que se identifica a partir de determinado patrimônio e pode a partir dele alcançar mudanças significativas ao seu contexto social.

A exposição sobre a história do Município de Silveira Martins atende, essencialmente, a dois objetivos: a divulgação da história do Município relacionada ao seu patrono, bem como uma forma de atração turística para o Município.

Nesse contexto, a exposição evidencia a história do Município como patrimônio cultural local e regional, pois foi o núcleo inicial da Quarta Colônia que foi parte importante do processo de povoamento do Rio Grande do Sul, contribuindo para a diversificação econômica da região. Além disso, a Quarta Colônia é, atualmente, o principal foco de atração turística da região central do Estado exatamente por seu patrimônio histórico cultural (sua história, belezas naturais e arquitetônicas, seus rituais, etc.).

A exposição divulga e difunde tanto sua história como patrimônio, quanto seus patrimônios naturais, arquitetônicos, entre outros, almejando trazer ainda mais turistas à região e contribuindo ao seu desenvolvimento econômico:

A atividade turística é, portanto, produto da sociedade capitalista industrial e se desenvolveu sob o impulso de motivações diversas, que incluem o consumo de bens culturais. O turismo cultural, tal qual o concebemos atualmente, implica não apenas a oferta de espetáculos ou eventos, mas também a existência e preservação de um patrimônio cultural representados por museus, monumentos e locais históricos (RODRIGUES, 2002, p. 15).

Desse modo, a exposição une-se à rota turística e gastronômica, bem como à rota religiosa, como uma forma de divulgação da Quarta Colônia como um todo, mas, principalmente para a divulgação do Município de Silveira Martins, pertencente à Quarta Colônia e com uma importância ímpar na formação dessa, originária da Colônia Silveira Martins, já que o Município foi o núcleo sede desta colônia.

Folder (Figura 13) de divulgação da Rota Turística e gastronômica:



FIGURA 13 – Folder de divulgação da Rota Turística Gastronômica.⁶⁸

Ressalto estes trabalhos junto a inúmeros outros sobre a Quarta Colônia e, portanto, integrando Silveira Martins, porque a Exposição não age sozinha no campo de divulgação de Silveira Martins, mas sim age em parceria com estes e outros projetos já consolidados para a região.

Portanto, o patrimônio como símbolo do passado pode também servir de subsídio ao desenvolvimento futuro. Ele se torna um bem de consumo sem deixar de ter sua importância

⁶⁸ **FOLDER DA ROTA TURÍSTICA E GASTRÔMICA.** Disponível em: <http://turismo.silveiramartins.rs.gov.br/rota-turistica/>. Acesso em 10 de ago. de 2011.

sacra, que remete a lembrança viva dos antepassados e das formas de vida passada, mas abrindo espaço para o novo e para as necessidades do presente.

2.4 Exposição: servindo como um apoio educacional

A exposição sobre a história do Município Silveira Martins aspira também servir como um subsídio do trabalho do professor em sala de aula, pois trabalha a história local/regional e estabelece diversas relações com o contexto histórico da província (hoje Estado do Rio Grande do Sul).

Abordando a história local, cabe dizer que a exposição materializa para os alunos a sua história. A exposição torna palpável a história e, mais do que isso, pode contribuir para que os alunos valorizem a sua história, histórico do Município em que residem: [...] a Educação Patrimonial pautada nesta responsabilidade deve ser um instrumento de educação no processo do ensino formal, bem como um instrumento de “alfabetização cultural” (MILDER, 2006, p. 98).

Dessa maneira, destaca-se algumas questões relacionadas à Educação Patrimonial, pois, como já foi mencionado, a criação de uma exposição promove a valorização da história local/regional, propiciando a integração entre conhecimento, comunidade e apoio pedagógico: “Educação patrimonial é um programa que busca a conscientização das comunidades acerca da importância da criação, da valorização e da preservação dos patrimônios locais. Essa conscientização é um exercício de interação da população com os patrimônios da sua região” (SOARES, 2003, p. 24).

Como afirmou Soares (2003) a Educação Patrimonial é um programa de conscientização, com isso, pode-se pensar a exposição como uma via de mão dupla, no sentido que ao ser um subsídio ao trabalho do professor na sala de aula, ou seja, em servindo como um apoio pedagógico, ela também “colhe os louros” desta parceria, pois o trabalho com os alunos permitirá o conhecimento e a divulgação desta história, e, como, consequência, a sua perpetuação como patrimônio histórico cultural de Silveira Martins: “A educação patrimonial deve ser desenvolvida segundo dois parâmetros: a educação para a integração e a preservação do patrimônio cultural. Trata-se, pois, de relacionar educação e patrimônio cultural.” (SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, 2002, p. 16).

Diante disso, percebe-se que o trabalho da Educação Patrimonial é justamente possibilitar a preservação do patrimônio, bem como de sua divulgação: “[...] Sob esse ponto de vista, a educação patrimonial deve ser entendida como todo processo de trabalho

educacional que vai tratar do patrimônio cultural, sendo este produto de uma comunidade que com ele se identifica e que deverá cuidar para garantir sua permanência e vitalidade.” (SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, 2002, p. 17).

Fala-se em unir a Educação e o Patrimônio Cultural, ou seja, educar a conhecer, valorizar e preservar os patrimônios, ou seja, o primeiro passo deste processo é apresentar aos alunos o seu patrimônio, pois a partir disso eles poderão valorar e sentir-se pertencente a determinada herança cultural. A Exposição apresenta-se justamente neste sentido, apresentar a história do Município através do viés que relaciona esta história à história de Gaspar Silveira Martins. Só será possível trabalhar no sentido de preservar este patrimônio, depois que a população o conheça e sinta-se pertencente a esta história: “A valorização do patrimônio cultural brasileiro depende, necessariamente, de seu conhecimento. E sua preservação, do orgulho que possuímos de nossa própria identidade.” (GRUNBERG, HORTA, MONTEIRO, 1999, p. 05).

No entanto, apesar de o objetivo ímpar deste estudo seja apresentar a história como patrimônio, é importante ressaltar que o trabalho da Educação Patrimonial não envolve apenas o conhecimento como passo inicial e a conscientização como finalidade, mas também abarca a formação da criticidade nos educandos:

A democratização do país começa com a educação, com a formação de cidadãos críticos, conscientes das suas singularidades ambientais, culturais, étnicas, econômicas e sociais e de que elas fazem parte da riqueza complexa da cultura rio-grandense e brasileira (ITAQUI, VILLAGRÁN, 1998, p. 17).

A Educação visa a formar cidadãos, mas acima de tudo, cidadão críticos, reflexivos, da mesma forma a Educação Patrimonial não se resume em conhecer e preservar os patrimônios, mas, acima de tudo, refletir e questionar tais patrimônios:

O conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu patrimônio são fatores indispensáveis no processo de **preservação sustentável** desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de **identidade e cidadania**. [...] A Educação Patrimonial é um **instrumento** de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da **auto-estima** dos indivíduos e comunidades e à **valorização** da cultura brasileira, comprometida como múltipla e plural (GRUNBERG, HORTA, MONTEIRO, 1999, p. 06).

O que se percebe é que a Educação Patrimonial é essencial para a preservação e difusão do patrimônio, pois ela permite que as gerações amadureçam conhecendo seus patrimônios, valorando-os e acima de tudo, difundindo-os: “A ação mais eficaz para garantir a

preservação do Patrimônio Cultural passa, necessariamente, pelo conhecimento e pela difusão da sua existência, ou seja, a educação das futuras gerações é condição necessária para a apropriação e conservação do patrimônio de uma comunidade ou nação.” (MACHADO, 2004, p. 18).

Nesse sentido, perceber a história local como patrimônio cultural permite que se siga os passos para a preservação e difusão desse patrimônio, e, principalmente, a sensibilização da comunidade com relação ao seu patrimônio:

O trabalho com a história local contribui para a construção da identidade, na medida em que passamos a conhecer a forma como os diferentes grupos (dos quais fazemos parte) viveram e se organizaram na estruturação do espaço que hoje estamos usufruindo. Essa reconstrução histórica possibilita engendrar o processo de reconhecimento, a percepção dos ritmos de evolução diferenciados, o contato com as memórias e representações locais. O processo de ocupação e transformação desse espaço e o modo de vida social dos seus habitantes são fontes primeiras para decidir, selecionar/escolher as marcas significativas da sua existência, isto é, os bens culturais que queremos perpetuar (MACHADO, 2004, p. 46).

Além disso, o trabalho com a Educação Patrimonial permite que os alunos percebam-se como agentes históricos, inferindo que estão envolvidos no contexto dos elementos que se patrimonializam, mais ainda quando se pensa a história como patrimônio: “Através da Educação Patrimonial o cidadão pode vir a compreender sua importância no processo sócio-cultural no qual está inserido, almejando uma transformação positiva no seu relacionamento com o patrimônio cultural.” (MILDER, 2006, p. 98).

Diante disso, cabe salientar que a exposição será um apoio ao trabalho do professor, beneficiando o que se denomina Educação Patrimonial, e propiciando a formação de educandos que valorizem sua história local como seu patrimônio cultural, valorando-o, conhecendo-o e difundindo-o.

2.5 Produção da Exposição

A exposição está prevista para ser inaugurada dia 14 de dezembro de 2011, no Município de Silveira Martins, inserida nas atividades da Semana de Aniversário do Município Silveira Martins e tendo como curadora a Professora Naiani Machado da Silva Fenalti. Para a produção da arte dos painéis, do catálogo e da apresentação da forma da exposição foi necessário o auxílio de um profissional do Designer.

Os painéis da exposição foram produzidos com base na pesquisa realizada para o primeiro capítulo desta dissertação e o histórico abordou desde a criação do núcleo colonial

de Santa Maria da Boca do Monte em 1875 até a criação do Município Silveira Martins no ano de 1987. Utilizaram-se imagens antigas e atuais, tanto com importância mais histórica, quanto referentes a pontos turísticos, sejam eles arquitetônicos, naturais e gastronômicos, visando sempre manter a atenção do visitante. Pretendia-se, em um primeiro momento, também utilizar o acervo do Museu desativado do Município Silveira Martins, no entanto, as peças do seu acervo estão depositadas em um local inapropriado, com falta de espaço para a disposição do acervo, sem a manutenção adequada, tornando inviável o manuseio e escolha do material para a exposição.

Nesse contexto, a exposição composta por imagens e textos foi organizada em 18 painéis:

Painel 1 – Silveira Martins: sede da Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul

Painel 2 – Mapa da Quarta Colônia...

Painel 3 – Santa Maria e o Núcleo Colonial de Santa Maria da Boca do Monte

Painel 4 – Quem foi Gaspar Silveira Martins...

Painel 5 – Carreira política de Gaspar Silveira Martins

Painel 6 – Imigração Italiana no Centro do Estado do RS: Quarta colônia

Painel 7 – A Estrada de Ferro...

Painel 8 – Ex-colônia Silveira Martins

Painel 9 – Longa trajetória: ainda como distrito de Santa Maria...

Painel 10 – Um pouco da ex-colônia...

Painel 11 – Criação do Município Silveira Martins em 1987...

Painel 12 – Projetos voltados ao desenvolvimento da região

Painel 13 – Monumento ao Imigrante: marcando a história do imigrante italiano

Painel 14 – Um pouco mais de Silveira Martins: Praça Garibaldi

Painel 15 – Alguns pontos turísticos da região...

Painel 16 – Gastronomia

Painel 17 – Presença da Universidade Federal de Santa Maria

Painel 18 – Agradecimentos

A partir deste momento, apresentar-se-á cada um dos painéis que compõem a Exposição da história de Silveira Martins.

PAINEL 1:

Silveira Martins: sede da Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul

O objetivo desta exposição é divulgar a história do Município de Silveira Martins e da Quarta Colônia relacionada à atuação do político Gaspar Silveira Martins, mostrando as relações deste com a região que tiveram como consequência a sua escolha como patrono da Quarta Colônia e do Município.

Localização de Silveira Martins em relação à Santa Maria



Fonte: Disponível em:
<http://maps.google.com.br/>
 Acesso em: 03 de Outubro de 2011

Vista aérea de Silveira Martins



Fonte: Disponível em:
<http://turismo.silveiramartins.s.gov.br/fotos/>
 Acesso em: 15 de junho de 2011



Gaspar Silveira Martins.

FIGURA 14 – Primeiro Painel da Exposição

O primeiro painel da exposição é o de abertura, onde está o título da exposição e um breve resumo sobre o seu conteúdo. Este painel serve para situar o visitante, para que ele compreenda qual o objetivo da exposição.

Para dar uma compreensão geral do objetivo, que é o de divulgar o Município de Silveira Martins, optou-se por colocar uma imagem aérea do Município, mostrando o espaço que compreende hoje o Município Silveira Martins, local onde se alocaram os primeiros imigrantes que chegaram à região em 1877, bem como uma imagem do “Google Maps”, situando o visitante quanto à distância do Município em relação à Santa Maria.

Pensou-se ser importante colocar uma imagem relacionando a Santa Maria justamente porque a origem do Município Silveira Martins remonta ao período em que seu território compreendia o Núcleo Colonial de Santa Maria da Boca do Monte, além disso, grande parte de sua história é marcada pelo período em que foi Distrito dessa mesma cidade.

O título também é apresentado neste painel, abrindo a temática da exposição, e seguido de um resumo que destaca a temática do exposto. O primeiro painel é de extrema importância, pois dele depende o interesse e permanência do público no local expositivo. Assim, colocar o texto e a imagem juntos colabora para chamar e prender a atenção do visitante.

Diante disso, cabe destacar que apesar de não poder dissociar-se a história do Município de Silveira Martins da Quarta Colônia, o primeiro painel, com a imagem do território do Município, tem a aspiração de mostrar ao visitante da exposição que o principal objetivo é destacar o Município e sua história, patrimônios da população de Silveira Martins.

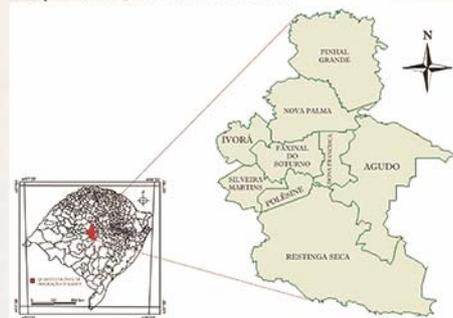
PAINEL 2:

Mapa da Quarta Colônia...

Silveira Martins é um Município do centro do Estado do Rio Grande do Sul que foi criado em 1987, quando se emancipou de Santa Maria, da qual era Distrito. Sua origem remonta ao processo de povoamento do Rio Grande do Sul, quando foi criado um núcleo colonial ligado ao Município de Santa Maria da Boca do Monte, a partir dos esforços do governo imperial, que passou a receber imigrantes da Península Itálica a partir de 1877.

O território do Município corresponde ao espaço em que foi criado o núcleo sede da colônia que depois se denominou Colônia Silveira Martins e, atualmente, a região é mais conhecida por fazer parte da Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul.

Mapa da Quarta Colônia...



Fonte: DESCOVI FILHO, Leônidas Luís. BERTOLDO, Felipe (orgs). Mapa de localização da Quarta Colônia de Imigração Italiana. Nova Palma, 2008. 1 mapa, color. In: __Monografia de Conclusão de Curso de Graduação em História, UFSM. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2007. p.41.

Gaspar Silveira Martins.

FIGURA 15 – Segundo Painel da Exposição

Este painel tem como objetivo orientar geograficamente o visitante, ou seja, mostrar a região do Estado em que se encontra o Município. Assim, ele apresenta um mapa que mostra o Rio Grande do Sul como um todo e no centro do Estado, em destaque, a Quarta Colônia, mostrando, também, os municípios que a formam. Também se optou em colocar um texto breve fazendo um histórico sobre o Município de Silveira Martins, sede da Quarta Colônia, com o intuito de sinalizar a um visitante que não conheça a história da região quais as principais características desta história, permitindo uma compreensão geral em um primeiro momento da visita.

PAINEL 3:

Santa Maria e o Núcleo Colonial de Santa Maria da Boca do Monte

O núcleo inicial da Quarta Colônia foi criado nas terras concedidas ao patrimônio do Município de Santa Maria da Boca do Monte pelo Governo Imperial e emancipa-se no ano de 1878, quando recebe o nome de Colônia Silveira Martins, a Quarta do Estado. As terras anexadas ao Município de Santa Maria da Boca do Monte foram conseguidas a partir de um pedido da Câmara de Vereadores ao Governo do Império Brasileiro. Quem apoiou o pedido pela Concessão das terras ao Município de Santa Maria da Boca do Monte foi Gaspar Silveira Martins, que no período era Deputado da Assembléia Geral.

Gaspar Silveira Martins



Fonte: Disponível em: <http://ostangaras.blogspot.com/2007/12/gaspar-silveira-martins.html>.
Acesso em: 30 de setembro de 2011.

ATA da Câmara de Vereadores de Santa Maria – mostra o agradecimento da Câmara ao apoio de Gaspar Silveira Martins



Fonte: Arquivo da Câmara de Vereadores de Santa Maria.

Transcrição parcial da ata:

[...] foi resolvido que se dirigisse um voto de agradecimento aos Exmos senhores Dr. Gaspar Silveira Martins, Dr. José d' Araujo Brusque, Dr. Florencio de Abreu e Silva, na qualidade de dignos [...] desta província apoiaram o pedido desta câmara a Assembléia Geral para que lhe fosse concedido terras para seu patrimônio [...], conforme comunicou-lhe a Vosso Presidente desta Província em data de 19 de novembro do findo ano.

Gaspar Silveira Martins.

FIGURA 16 – Terceiro Painel da Exposição

O terceiro painel traz de imediato a relação direta do político Gaspar Silveira Martins com a criação do Núcleo Colonial de Santa Maria da Boca do Monte que deu origem à Colônia Silveira Martins, visando deixar o mais evidente possível que a exposição, além de divulgar a história do Município, vai primar por estabelecer as relações das ações deste político com a região.

Para isso se apresentou um texto que aborda o apoio de Gaspar Silveira Martins ao pedido da Câmara de Vereadores ao Governo do Império pela concessão e demarcação de terras desocupadas para serem anexadas ao patrimônio de Santa Maria. A importância deste painel encontra-se no fato de que esta informação diz respeito ao ato que permitiu a formação do núcleo colonial, pois sem a concessão destas terras à colônia não teria surgido no contexto em questão. Assim, o painel divulga um vínculo direto do político Silveira Martins com a Colônia que recebe seu nome e com o Município que ainda hoje mantém o nome Silveira Martins.

Diante disso, cabe dizer que as imagens consolidam o objetivo do painel que é divulgar a influência do político na criação da colônia. A primeira imagem é do próprio Gaspar Silveira Martins, no intuito de materializar sua presença na história do Município. A segunda, por sua vez, é uma fotografia da ATA da Câmara de Vereadores de Santa Maria que mostra o agradecimento dela ao apoio de Gaspar Silveira Martins na concessão das terras ao patrimônio de Santa Maria que depois seria o núcleo sede da Colônia Silveira Martins que hoje se conhece como *Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul*.

Para facilitar o entendimento do visitante foi colocada uma transcrição parcial da ata, pois sem o apoio de uma lupa dificilmente o visitante da exposição compreenderia o que está descrito nela, por estar em um português de época, de fins do século XIX. A transcrição foi feita apenas do trecho que mostra o agradecimento com a finalidade de materializar ao visitante um dos liames de Gaspar Silveira Martins com a história do Município Silveira Martins.

PAINEL 4:

Quem foi Gaspar Silveira Martins...

Gaspar Silveira Martins nasceu em Cerro Largo, Departamento de Mello no Uruguai, no ano de 1835, no entanto, era também brasileiro por ser filho de brasileiros, e a Constituição brasileira de 1824 previa que seriam reconhecidos como brasileiros: “Os filhos de pai Brasileiro, e os ilegítimos de mãe Brasileira, nascidos em país estrangeiro, que vierem estabelecer domicílio no Império.”

Gaspar Silveira Martins



Fonte: Disponível em: http://www.diamantina.mg.gov.br/003/00301009.asp?ttCD_CHAVE=10903.
Acesso em: 22 de novembro de 2011.

Certidão de Batismo de Gaspar Silveira Martins



Fonte: Coleção Acervo, folheto, localização F06643. Acervo da Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

O Tribuna do Império: Gaspar Silveira Martins



Fonte: Disponível em:
<http://pura-barbaridade.blogspot.com/2010/07/bage-rs-em-2011-completa-200-anos.html>.
Acesso em: 22 de novembro de 2011.

Gaspar Silveira Martins.

FIGURA 17 – Quarto Painel da Exposição

O quarto painel foi destinado a abordar o fato de Gaspar Silveira Martins ter dupla nacionalidade, pois para divulgar a história do Município Silveira Martins através de sua relação com o político faz com que seja necessário divulgar quem foi Gaspar Silveira Martins, mostrando sua atuação política, bem como, algumas peculiaridades de sua biografia.

Assim, neste painel abordou-se o fato dele possuir dupla nacionalidade, ou seja, nacionalidade uruguaia e brasileira. Para isso, foi necessária uma pesquisa histórica, pois a certidão de Gaspar Silveira Martins confirma a sua nacionalidade Uruguaia, no entanto sua carreira política ocorre no Brasil, dessa forma, a partir das pesquisas, constatou-se que a Constituição de época que era a Constituição de 1824 afirmava que os filhos de brasileiros nascidos no estrangeiro eram considerados brasileiros, com isso o político apresentava as duas nacionalidades.

Escolheu-se trabalhar esta questão da nacionalidade, por ser ela uma das questões mais controversas e debatidas em suas biografias, visando assim atrair o visitante, uma vez que a sua dupla nacionalidade é uma situação peculiar de sua história.

Neste painel utilizou-se uma fotografia da cópia da certidão de Gaspar Silveira Martins, encontrada na Universidade Federal de Santa Maria. A certidão serve ao objetivo de comprovar a nacionalidade uruguaia do político, pois várias obras que trabalham a biografia dele negam o fato de Gaspar Silveira Martins possuir essa dupla-nacionalidade, alegando que ele era apenas brasileiro. Além disso, utilizou-se mais duas imagens do Gaspar Silveira Martins, com o intuito de materializar ainda mais a presença dele na história da região.

PAINEL 5:

Carreira política de Gaspar Silveira Martins

Durante o Império no Brasil (XIX) foi fundador do Partido Liberal Rio-grandense, liderando a chamada ala Gasparista. Ocupou cargos de Deputado da Assembléia Provincial e Geral, Senador, Conselheiro do Imperador, Ministro da Fazenda e Presidente da Província, todos os cargos pelo Partido Liberal e antes da Proclamação da República (1889). Nas suas palavras estava a defesa da imigração, a criação do Estado Laico, a elegibilidade dos acatólicos, entre outras.

" Quem diz senhores, substituição do trabalho escravo pelo livre diz emigração, quem diz emigração, diz liberdade de culto, emancipação de consciência; na nossa constituição, ainda que esteja escrita liberdade de consciência, ela não existe de fato, porque não há liberdade de consciência na lei onde por motivos religiosos se cerceão direitos; aquele que não for católico não pode sentar-se nos conselhos da coroa! "



Estátua de Gaspar Silveira Martins em Bagé/RS

Fonte: Disponível em:
<http://www.panoramio.com/photo/12864652>.
Acesso em: 06 de novembro de 2009.



Busto de Gaspar Silveira Martins na Praça Garibaldi

Fonte: Fotografia de Naiani Machado da Silva Fenalti

Gaspar Silveira Martins.

FIGURA 18 – Quinto Painel da Exposição

No quinto painel o objetivo foi mostrar quem era o político Gaspar Silveira Martins, ou seja, apresentar os cargos que ocupou na política brasileira, e, principalmente, suas defesas pela imigração européia e as facilidades para a vida destes imigrantes no Brasil/Rio Grande do Sul.

Assim, optou-se por colocar um texto que descreve os cargos ocupados pelo político, cargos em nível provincial e imperial, bem como a citação de um dos seus discursos onde ele mostra a defesa que fazia por mudanças na legislação que facilitariam a vinda e a vida dos imigrantes no Brasil.

No que concerne as imagens, foram colocadas uma fotografia do Busto do Gaspar Silveira Martins inaugurado na Praça Garibaldi em Silveira Martins no ano de 2007 e a fotografia de uma estátua do mesmo que fica na Praça central do Município de Bagé, onde Gaspar Silveira Martins e sua família fixaram residência. As imagens mostram a presença do político em regiões diferentes do Estado, demonstrando sua relevância e influência enquanto político do Partido Liberal.

Este painel divulga ainda mais o político, e mostra que antes da criação da colônia ele já tomava atitudes que manifestavam seu interesse na vinda dos imigrantes para o Brasil, e em mudanças na legislação para a permanência deles no país e na Província.

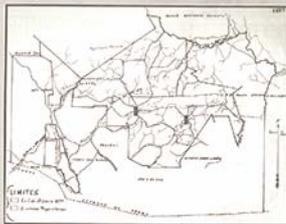
PAINEL 6:

Imigração Italiana no Centro do Estado do RS: Quarta colônia

Os imigrantes, vindos do Norte da Itália, transformaram-se em pequenos proprietários na província do Rio Grande de São Pedro, e, com o passar dos anos formaram quatro núcleos de colônias italianas, quais sejam: Conde D' Eu, conhecida atualmente como Garibaldi, Dona Isabel, atualmente chamada de Bento Gonçalves, Caxias do Sul, situada no local antes conhecido como Campo dos Bugres [...]

[...] e a *Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana* denominada Silveira Martins, formada por municípios conhecidos atualmente como Silveira Martins, Faxinal do Soturno, Ivorá, São João do Polêsine, Nova Palma, Pinhal Grande, Dona Francisca, com exceção de Agudo e Restinga Seca que atualmente fazem parte da Quarta Colônia, mas não foram colonizados majoritariamente por italianos.

Mapa da Quarta Colônia - limites



Fonte: RIGHI, J. V. BISOGNIN, E. L. TORRI, V. Povoadores da Quarta Colônia. Porto Alegre: EST, 2001.

Diretor da Colônia Silveira Martins: Siqueira Couto



Fonte: Arquivo do CPG de Nova Palma.

Casa do Imigrante - Direção da Colônia Silveira Martins ocupada pelo Dr. Siqueira Couto



Fonte: Arquivo da secretaria de Cultura, Turismo, Desporto e Eventos de Silveira Martins

Gaspar Silveira Martins.

FIGURA 19 – Sexto Pannel da Exposição

No sexto painel a intenção foi fazer um breve histórico da imigração italiana para o Rio Grande do Sul que deu origem as quatro colônias do Estado, entre elas, a que se denominou Colônia Silveira Martins.

O texto do painel aborda questões sobre as quatro colônias criadas e destaca a criação da Quarta Colônia, citando os Municípios que hoje fazem parte da Quarta Colônia, mencionando inclusive os Municípios de Agudo e Restinga Seca que vieram a fazer parte atualmente da Quarta Colônia.

Utilizaram-se três imagens: a primeira do segundo Diretor da Colônia denominado Siqueira Couto, a segunda da Casa do Imigrante onde foi a direção da Colônia, que localizava-se na sede da Colônia, ou seja, no território do atual Município Silveira Martins e, por fim, um mapa dos contornos da região em 1885 que mostra a antiga “Colônia Silveira Martins”, onde se pode observar os núcleos que foram se formando com a expansão da colônia, bem como as terras de particulares que dividiram os lotes e possibilitaram o surgimento de núcleos independentes .

Nesse contexto, o sexto painel procurou demonstrar elementos da história do Município Silveira Martins no período em que fazia parte da Colônia Silveira Martins, como sua sede.

PAINEL 7:

A Estrada de Ferro...

Em 1885, Gaspar Silveira Martins contribuiu mais uma vez ao progresso da região. A Ferrovia alcançou Santa Maria em 1885, e a estação criada na região próxima aos núcleos migratórios recebeu o nome de Estação Colônia, no Bairro atual de Camobi. Foi através da intervenção de Gaspar Silveira Martins que a estrada de ferro que ligaria Porto Alegre à Uruguaiana passou a ter no itinerário o Município de Santa Maria, antes de sua interferência ela passaria por Caçapava do Sul.

Estação Colônia - Camobi



Fonte: Fotografia de Naiani Machado da Silva Fenalti

Estação Colônia - Camobi



Fonte: Fotografia de Naiani Machado da Silva Fenalti



Gaspar Silveira Martins.

No sétimo painel a abordagem foi sobre a criação da Estrada de Ferro que foi definida para passar na região de Santa Maria a partir da intervenção do político Gaspar Silveira Martins. Antes a Estrada tinha em seu itinerário Caçapava do Sul e não Santa Maria da Boca do Monte.

O texto aborda a criação da Estrada de Ferro no ano de 1885, e o painel apresenta duas imagens atuais da denominada Estação Colônia que fica, atualmente, no bairro Camobi. A estrada facilitou a vinda dos imigrantes e também possibilitou o crescimento da região, beneficiando, principalmente, Santa Maria da Boca do Monte.

A intenção deste painel é mais uma vez mostrar as ações do político Gaspar Silveira Martins para a região e que contribuíram para que ele se tornasse o patrono da Colônia Silveira Martins, e, atualmente, do Município Silveira Martins.

PAINEL 8:

Ex-colônia Silveira Martins

Mesmo ligado a Santa Maria o Mentão Distrito continuava a ser denominado Ex-colônia Silveira Martins, e em 1898 faz seu primeiro pedido pela emancipação de Santa Maria, ou seja, sua elevação à condição de Município. Este primeiro pedido é negado, e um longo caminho como Distrito está reservado à comunidade de imigrantes e seus descendentes.

Banda Silveira Martins



Fonte: Arquivo da Secretaria de Cultura, Turismo, Desporto e Eventos de Silveira Martins

Celebração do Cinquentenário da primeira missa em Silveira Martins, 19/05/1928, na Praça da Comissão de Terras.



Fonte: Arquivo CPG de Nova Palma.

O oitavo painel representa o momento em que a Colônia é “elevada” a categoria comum as outras povoações do Estado, ou seja, passa a ser Freguesia, e, em 1886, é desmembrada e seus núcleos ligam-se aos municípios da região como Distritos. A sede da Colônia que mantém o nome Silveira Martins liga-se a Santa Maria da Boca do Monte como seu quarto distrito.

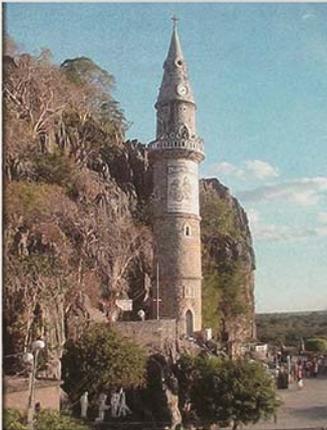
O título “A Ex-colônia Silveira Martins” representa as mudanças pelas quais a colônia passou, como o fim do *status* de Colônia, e o texto já aborda a primeira tentativa de se tornar um Município, a qual é negada.

As imagens escolhidas para este painel são uma fotografia da celebração de comemoração dos cinquenta anos da primeira missa, que ocorreu no ano de 1928, bem como uma fotografia da Banda da localidade Val Feltrina em Silveira Martins, representando a vivência em Silveira Martins durante o período em que era Distrito de Santa Maria da Boca do Monte e era conhecida também como Ex-colônia Silveira Martins.

PAINEL 9:

Longa trajetória: ainda como distrito de Santa Maria...

Igreja na Itália – serviu como inspiração para a construção da Igreja Santo Antônio de Pádua



Fonte: Arquivo do CPG de Nova Palma

Igreja Santo Antônio de Pádua após a reforma



Fonte: Arquivo CPG de Nova Palma

Igreja Santo Antônio de Pádua criada em 1884



Fonte: Fotografia de Naiani Machado da Silva Fenalti

As mulheres italianas que estiveram presentes nas comemorações de 50 anos de Silveira Martins



Fonte: Arquivo do CPG de Nova Palma

Silveira Martins.

FIGURA 22 – Nono Painel da Exposição

No nono painel a abordagem é sobre o núcleo sede da Colônia Silveira Martins que se tornou Distrito de Santa Maria, e, apesar das tentativas de emancipação, teve uma longa trajetória como Distrito.

Para representar o longo período como Distrito optou-se por colocar imagens que apresentam alguns acontecimentos ocorridos na região, bem como um pouco da paisagem arquitetônica. Uma das imagens é das mulheres em comemoração ao aniversário de 50 anos de criação da colônia.

Outras duas são da Igreja Santo Antônio de Pádua criada na Ex-colônia Silveira Martins, uma delas no período em que ela passou por uma grande reforma e a outra atual, como pode ser vista no Município Silveira Martins. Primou-se por colocar as fotografias da Igreja por ela ser um dos importantes pontos turísticos do Município, pois a igreja é considerada um patrimônio arquitetônico da região e a sua torre cilíndrica em estilo bizantino românico é única na América Latina. Para finalizar foi colocada a imagem da Igreja na Itália que serviu de inspiração para a criação da torre da Igreja de Silveira Martins.

PAINEL 10:

Um pouco da Ex-colônia...


História do Clube Agrícola e Recreativo Silveira Martins:

"società Italiana de Mutuo Soccorso Humberto I°" foi o seu nome primitivo, fundada em 16 de agosto de 1885, constituindo-se na sociedade mais antiga da região centro do Estado do Rio Grande do Sul.

Fonte: Arquivo do CPG de Nova Palma

Estrada de Silveira Martins - fotografia enviada pelo Padre Frederico Schwinn, ao Padre Agostinho Rorato como um cartão postal



Fonte: Arquivo do CPG de Nova Palma

Fotografia atual do Clube Silveira Martins



Fonte: Fotografia de Naiani Machado da Silva Fenalti

Gaspar Silveira Martins.

Este painel é, na verdade, uma extensão do nono painel, pois mostra outros acontecimentos durante a trajetória como ex-colônia e como Distrito de Santa Maria.

A primeira imagem representa a história do Clube Agrícola e Recreativo de Silveira Martins fundado em 1885, a sociedade mais antiga do centro do Estado, e a segunda é uma fotografia atual do clube no Município Silveira Martins, fazendo mais uma vez o contraponto entre o antigo e novo, para assim chamar a atenção do visitante.

A última imagem é de uma estrada do Distrito que foi utilizada como uma espécie de “cartão postal” pelo Padre Schwiinn. A sua utilização na exposição busca mostrar para o visitante como era a infra-estrutura das estradas da época, bem como um pouco da arquitetura colonial.

PAINEL 11:

Criação do Município Silveira Martins em 1987...

Em 11 de dezembro de 1987 é criada a Lei nº 8.481 que cria o Município de Silveira Martins, mantendo o nome colocado na colônia 109 anos antes, em homenagem ao político Gaspar Silveira Martins: “É criado o Município de Silveira Martins, constituído pelo distrito do mesmo nome, pertencente ao Município de Santa Maria.”

Reportagem do jornal “A Razão” acerca da Emancipação

Imagens da reportagem do jornal “A Razão” sobre a Criação do Município



Fonte: Arquivo da Biblioteca de Silveira Martins

Emancipação de Silveira Martins teve 1.213 votos

Os eleitores saboreiam o último dia 20 de sua história de comunidade, em dependência do resultado do plebiscito. Um novo município certamente derrota o espírito emancipacionista, a população não tem tempo para fazer nova tentativa quatro anos depois.

Mas praticamente ninguém acredita na vitória do "não". É a expectativa se confirmou quando o juiz de 135ª Zona Eleitoral abriu o primeiro voto, no aparelho realizada no salão do Clube Agrícola e Recreativo Silveira Martins. A cédula indicou o "sim", e os silveirenses que lotavam o salão comemoram em festa.

No final da apuração, dos 1.643 eleitores habilitados a participar do plebiscito, 1.343 compareceram ao local, registrado um índice de abstenção inferior a 18%. A maioria se decidiu pelo "sim".

Das participantes, 1.133 votaram pela emancipação, e apenas 115 disseram "não", o que significa quase 100% de aprovação.

Na Comissão de Emancipação, o juiz registrou o seguinte resultado:

SEÇÃO	ELEIT	SIM	NÃO	BRAN	NUL	TOTAL
64	209	204	27	02	01	233
65	217	187	13	02	01	203
66	222	158	17	02	04	197
67	222	222	18	02	01	245
68	230	198	11	02	01	240
69	200	72	06	02	01	88
70	99	82	05	02	01	109
71	274	90	17	02	01	374
GERAL	1.643	1.213	115	06	09	1.343

Para que o índice de 80% de eleitores fosse atingido, o promotor da emancipação, Gaspar de Silva e Melo, da Comissão de Emancipação, abriu de novo o plebiscito. Depois de uma reunião com a Comissão de Emancipação, decidiu-se fazer uma segunda votação. Uma regra para verificar quem ainda não tinha votado. Depois, era buscar esta pessoa em casa. Também foram enviados de graça desde localidades como Val de Boia, Val Feliz, Linha São Sul, Linha Base e Vila Celari.

Autonomia, agora, uma realidade

Festa com banda e trio elétrico

O dia emocionante e a festa. Eleitores trabalharam rápido. E depois de apenas 25 minutos de apuração, o juiz eleitoral Pedro Bissoluzzi anunciou o resultado favorável à emancipação. Não mais registra a presença dos silveirenses, que deixaram o salão do Clube Agrícola e Recreativo, dando início a uma celebração pelas ruas do distrito.

Em seguida, a população se reuniu no parque 1308 Carabali, onde foram distribuídos refrigerantes e pratos de aperitivos. Os jovens de volta. O banchinho dos frequentes, mais do que antes, só era superado pela voz dos trovões e de uma banda improvisada. Mas também se ouviam as vozes da Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Sargentos, bem como, a festa, ainda na praça, ao ritmo de samba.

Dali, os índios seguiram para o CTC Libertadense, onde a comemoração continuou animada. Os festejos se estenderam até as primeiras horas da última segunda-feira, e os silveirenses não demonstraram muita vontade de dormir.

Fonte: Arquivo da Biblioteca de Silveira Martins

Gaspar Silveira Martins.

FIGURA 24 – Décimo Primeiro Painel da Exposição

No décimo primeiro painel o objetivo foi destacar a criação do Município Silveira Martins no ano de 1987, após cem anos da desagregação da Colônia Silveira Martins, e depois de um longo período em que a sede da antiga Colônia Silveira Martins viveu como Distrito do Município Silveira Martins e manteve o nome Silveira Martins.

Optou-se por colocar duas fotografias de reportagens do Jornal “A Razão” sobre a emancipação do Distrito e a comemoração da população com esta conquista. Destacou-se que a população optou por manter o nome Silveira Martins no Município, nome que havia sido colocado mais de cem anos antes na Colônia.

PAINEL 12:

Projetos voltados ao desenvolvimento da região

Em 1995 inaugurou-se o Monumento em Homenagem aos 120 anos da Imigração Italiana no Estado. Estavam presentes na cerimônia prefeitos de Municípios pertencentes à Quarta Colônia.

Monumento em homenagem aos 120 anos de imigração



Fonte: Fotografia de Naiani Machado da Silva Fenalti

Projeto pelo desenvolvimento da região que teve início após a emancipação do Município de Silveira Martins

Fotografia da abertura do Primeiro Fórum de Cultura da Quarta Colônia



Fonte: Arquivo da Biblioteca de Silveira Martins

Folder da Rota Turística Gastronômica



Fonte: Disponível em:
<http://turismo.silveiramartins.rs.gov.br/rota-turistica/>.
 Acesso em 5 de agosto de 2011.

Gaspar Silveira Martins.

FIGURA 25 – Décimo Segundo Painel da Exposição

O décimo segundo painel objetivou fazer referência a alguns projetos voltados ao desenvolvimento da região, iniciados após a criação do Município Silveira Martins.

Para isso, utilizaram-se três imagens: a primeira foi do monumento aos 120 anos da imigração, inaugurado no ano de 1995 em uma das entradas que dão acesso ao Município Silveira Martins e a *Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul*.

Foi colocada, também, a imagem do folder da Rota Turística Gastronômica, um projeto que incentiva o turismo na região, aliando as belezas arquitetônicas e naturais da região do Município Silveira Martins a sua gastronomia.

Por fim, colocou-se uma fotografia do Primeiro Fórum de Cultura da Quarta Colônia Italiana realizado pela Secretaria de Cultura do Município de Silveira Martins, pouco tempo depois da emancipação, com o objetivo claro de desenvolver a região explorando o potencial turístico do histórico Município.

Este painel buscou igualmente aproximar o visitante da situação atual do Município, deixando claro que a exposição se preocupa também em relembrar a história recente de Silveira Martins.

PAINEL 13:

Monumento ao Imigrante: marcando a história do imigrante italiano

O barracão foi onde os primeiros imigrantes ficaram na serra de Santa Maria da Boca do Monte, até a divisão dos lotes e a formação propriamente dita da Colônia Silveira Martins. Os primeiros imigrantes que chegaram à colônia ainda não tinham sido beneficiados com a criação da estrada de ferro, portanto faziam o trajeto até o barracão a pé ou em carroças. Localização do Monumento: subida da Serra, na VRS 304, a 4 Km da sede.



Monumento em construção

Fonte: Arquivo da Secretaria de Cultura, Turismo, Desporto e Eventos de Silveira Martins

Monumento em construção



Fonte: Arquivo da Secretaria de Cultura, Turismo, Desporto e Eventos de Silveira Martins

Monumento ao Imigrante



Fonte: Fotografia de Naiani Machado da Silva Fenalti

Vista da Estrada – abaixo do Monumento era o local onde ficava o barracão dos primeiros imigrantes



Fonte: Fotografia de Naiani Machado da Silva Fenalti

Gaspar Silveira Martins.

FIGURA 26 – Décimo Terceiro Painel da Exposição

Este painel aspira abordar um dos pontos turísticos da região de grande relevância para a história do Município: o Monumento ao Imigrante. Optou-se por um painel todo dedicado ao Monumento por ele ser parte importante da história da imigração na região, pois foi ali que se alocaram os primeiros imigrantes, e um dos pontos turísticos bastante conhecidos e visitados da região.

Para isso foram escolhidas duas fotografias do período em que o monumento estava sendo construído, bem como duas fotografias do monumento atualmente. O Monumento ao Imigrante é local onde pode se observar a região onde foi construído o “Barracão” onde os primeiros imigrantes se alojaram, e a sua criação foi justamente com este objetivo, valorizar a história de povoamento daquela região.

A última fotografia feita da estrada mostra o monumento de forma a ressaltar o local onde ficou o barracão, ou seja, a visão que o próprio monumento foi criado para proporcionar, ressaltando assim sua importância turística e histórica.

PAINEL 14:

Um pouco mais de Silveira Martins: Praça Garibaldi

Homenagem aos Imigrantes por seus descendentes inaugurado em maio de 2011



Fonte: Fotografia de Naiani Machado da Silva Fenalti

Placa do Monumento em homenagem aos imigrantes por seus descendentes



Fonte: Fotografia de Naiani Machado da Silva Fenalti

Busto de Giuseppe Garibaldi



Fonte: Fotografia de Naiani Machado da Silva Fenalti

Moedor de cana – pertenceu às famílias de Aita e Jacob M. Aita.



Fonte: Fotografia de Naiani Machado da Silva Fenalti

Gaspar Silveira Martins.

FIGURA 27 – Décimo Quarto Painel da Exposição

Neste painel o objetivo foi mostrar um pouco dos elementos presentes na Praça Garibaldi, praça central do Município Silveira Martins.

A Praça encontra-se no centro do Município e mostra a presença da maçonaria da sede da Colônia Silveira Martins, atual Município Silveira Martins. Uma das marcas da história da sede da colônia Silveira Martins é justamente os conflitos políticos e religiosos entre a maçonaria e a Igreja Católica.

Decidiu-se fazer um painel abordando os elementos da Praça Garibaldi, pois naquele local se manifestaram e se manifestam os interesses da comunidade, como por exemplo, é na praça que se encontra o busto do maçom Giuseppe Garibaldi, criado pelo grupo de maçons da sede, bem como é naquele espaço que se encontra a homenagem aos imigrantes que povoaram esta região, homenagem feita por seus descendentes, ou seja, é naquele espaço que a comunidade se manifesta.

Para isso optou-se por colocar uma fotografia justamente do busto criado em homenagem a Giuseppe Garibaldi que faz uma alusão a presença da maçonaria na região, já que Giuseppe Garibaldi era maçom e foi um dos agentes que lutou pela unificação italiana, e é também o patrono da praça.

Foram colocadas, ainda, duas imagens do um monumento em homenagem aos imigrantes, criado em 2011, e, por fim, a imagem de um Moedor de Cana que pertenceu às famílias de Aita e Jacob M. Aita, imigrantes que vieram colonizar a região.

PAINEL 15:

Alguns pontos turísticos da região...

Conjunto Histórico Pompéia: O conjunto foi construído quando o imigrante italiano Vincenzo Guerra cumpria uma promessa. O conjunto ainda preserva as características do período da imigração.

Capela da Pompéia



Fonte: Arquivo da Secretaria de Cultura, Turismo, Desporto e Eventos de Silveira Martins

Capela da Pompéia



Fonte: Fotografia de Naiani Machado da Silva Fenalti

A capela internamente



Fonte: Fotografia de Naiani Machado da Silva Fenalti

Olaria da Família Guerra - parte do conjunto arquitetônico Pompéia



Fonte: Fotografia de Naiani Machado da Silva Fenalti

Cascata - Propriedade da família Vanderlei Mezzomo



Fonte: Disponível em:
<http://turismo.silveiramartins.rs.gov.br/fotos/>.
Acesso em: 05 de novembro de 2011.

Gaspar Silveira Martins.

Divulgando um pouco os pontos turísticos da região, optou-se neste painel em colocar uma imagem da Cascata Mezzomo, uma das belezas naturais da região, bem como algumas imagens do conjunto arquitetônico Pompéia, como a imagem da Olaria da família Guerra, a imagem da fachada da capela, bem como, a imagem da capela internamente. Além disso, colocou-se também uma imagem antiga da capela, provavelmente do período em que Silveira Martins era ainda colônia ou do período em que já era Distrito de Santa Maria da Boca do Monte.

A intenção deste painel é novamente de aproximar a comunidade da exposição, uma vez que estes locais muitas vezes estão presentes no dia a dia da população de Silveira Martins, visando, com isso, que a comunidade valorize seus patrimônios, principalmente, perceba a sua história como Patrimônio Histórico Cultural da comunidade.

PAINEL 16:

Gastronomia

Um pouco da gastronomia imigrante - elementos que completam as belezas naturais e arquitetônicas da região.

Iguarias da colonização italiana no Município de Silveira Martins



Fonte: Fotografia de Naiani Machado da Silva Fenalti

Parreiral



Fonte: Disponível em:
<http://turismo.silveiramartins.rs.gov.br/fotos/>.
Acesso em: 2 de julho de 2011.

Produtos típicos da região



Fonte: Disponível em:
<http://turismo.silveiramartins.rs.gov.br/fotos/>.
Acesso em: 2 de julho de 2011

Gaspar Silveira Martins.

FIGURA 29 – Décimo Sexto Painel da Exposição

Este painel objetivou divulgar a gastronomia imigrante da região. Para isso utilizou-se imagens que representam as iguarias do Município, como duas imagens de mesas com elementos característicos da gastronomia da região, bem como de um vinhedo fazendo alusão à produção de sucos e vinhos.

A intenção deste painel não difere do painel anterior, ou seja, busca fazer com que a exposição se aproxime o máximo possível de seus visitantes, mostrando não apenas fatos históricos, mas também elementos que fazem parte do cotidiano da região.

PAINEL 17:

Presença da Universidade Federal de Santa Maria

A escola Bom Conselho, inaugurada em 1908, era um internato de meninas e funcionou até os anos 80 mantida pelas irmãs do Imaculado Coração de Maria. Atualmente existe em Silveira Martins uma Escola Estadual que leva o nome “Bom Conselho”, da mesma forma que a antiga escola, mas em nova localização. O local onde está o pólo da UFSM é em anexo à antiga escola Bom Conselho, onde também já funcionou o Museu de Silveira Martins, atualmente desativado, bem como, a Biblioteca do Município. O local passa por reformas. Este espaço pertence atualmente à UFSM.



Espaço do antigo colégio Bom Conselho

Fonte: Fotografia de Najani Machado da Silva Fenalti



UFSM – Campus Silveira Martins

Fonte: Fotografia de Najani Machado da Silva Fenalti



UFSM – Campus Silveira Martins

Fonte: Fotografia de Najani Machado da Silva Fenalti

FIGURA 30 – Décimo Sétimo Pannel da Exposição

Este Painel foi permeado por dois objetivos: o primeiro mostrar o local onde se realizará a exposição, o segundo, mostrar onde está hoje a Unidade descentralizada de Educação Superior da Universidade Federal de Santa Maria – Campus Silveira Martins (UDESSM).

O local foi durante longos anos a escola Bom Conselho, foi neste local que também já funcionou o Museu de Silveira Martins, atualmente desativado, bem como a Biblioteca do Município.

Assim, o painel foi composto de três imagens do local, mostrando a fachada do antigo colégio Bom Conselho, bem como a fachada atual da UDESSM, mostrando que este complexo hoje faz parte do pólo da Universidade Federal de Santa Maria.

Entendeu-se ser necessário colocar um painel com esse tema, pois este local, além da sua importância histórica, representa o desenvolvimento da Educação na região, em especial, de Silveira Martins.

PAINEL 18:

Agradecimentos

• **Apoio:**

- Prefeitura Municipal de Silveira Martins
- Secretaria de Cultura, Turismo, Desporto e Eventos de Silveira Martins
- Mestrado em Patrimônio Cultural da UFSM
- Unidade Descentralizada de Educação Superior da UFSM - Campus Silveira Martins (UDESSM)

• **Colaboradores:**

- Curador:* Naiani Machado da Silva Fenalti
- Orientação:* Prof.^a Dr.^a. Maria Medianeira Padoin da UFSM
- Design e diagramação:* Miguel Ângelo Pacheco

Gaspar Silveira Martins.

18

FIGURA 31 – Último Painel da Exposição

Este painel é destinado aos agradecimentos e a divulgação dos apoiadores da produção da proposta e de sua execução.

CATÁLOGO:



FIGURA 32 – Catálogo da Exposição – parte interna



FIGURA 33 – Catálogo da Exposição – destacando a capa



FIGURA 34 – Catálogo da Exposição – destacando aba interna



FIGURA 35 – Catálogo da Exposição – verso

REPRESENTAÇÃO DA EXPOSIÇÃO:



FIGURA 36 – Representação Espacial da Exposição



FIGURA 37 – Representação Espacial da Exposição - Aproximada

Realizada a apresentação dos painéis, do catálogo e da representação espacial da exposição, ou seja, demonstrado o resultado do processo de pesquisa, concepção e montagem dessa, com a finalidade de materializar a proposta desta Dissertação, entende-se que pode ser percebido de maneira clara os recursos utilizados para divulgar, difundir e preservar a história do Município Silveira Martins como Patrimônio Histórico Cultural da comunidade em questão.

CONCLUSÕES

Na presente Dissertação procurou-se apresentar à comunidade de Silveira Martins uma proposta para a criação de uma exposição sobre a história do Município Silveira Martins relacionado à história do seu patrono Gaspar Silveira Martins, mostrando as intrínsecas relações deste personagem da história política rio-grandense com a imigração, e, principalmente, com a criação da *Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana do Estado do Rio Grande do Sul*.

Com o propósito de caracterizar os vínculos entre Gaspar Silveira Martins e o Município Silveira Martins buscou-se o histórico do Município desde sua origem enquanto núcleo primeiro da Colônia Silveira Martins, onde, no mesmo período/momento histórico destacou-se a atuação política de Gaspar tanto nos seus liames com a imigração, ou seja, defesa que efetuava pela vinda dos imigrantes e mudanças na legislação em benefício a eles, quanto ressaltando a sua relação direta na criação da colônia, base do surgimento do atual Município Silveira Martins.

O vínculo de Gaspar Silveira Martins com esta história ocorre nas defesas que fazia pela imigração européia para o Brasil nas bancadas legislativas, tanto provincial quanto geral, bem como, em eventos relacionados à criação do Núcleo Colonial de Santa Maria da Boca do Monte, nos quais Gaspar Silveira Martins desempenhou uma influência consubstancial apoiando o pedido da Câmara de Vereadores de Santa Maria da Boca do Monte para a concessão de terras devolutas a serem anexadas ao patrimônio deste município. Estas terras dariam origem ao núcleo sede da Colônia Silveira Martins.

Da mesma forma, exercendo forte influência pelas relações estabelecidas com autoridades políticas da época, conseguiu fazer passar pela região a Estrada de Ferro que ligou Porto Alegre à Uruguaiana e chegou em Santa Maria em 1885, facilitando a vinda dos imigrantes e beneficiando tanto a colônia, quanto o núcleo urbano de Santa Maria da Boca do Monte.

Assim, estas relações diretas na criação do Núcleo colonial e a longa trajetória política de Gaspar Silveira Martins na defesa da imigração e dos imigrantes são os vínculos que se mostram para que se possa compreender e justificar a escolha do nome deste personagem para a Quarta Colônia, nome o qual o Município Silveira Martins mantém até os dias de hoje.

Diante disso, pode-se ratificar que os principais motivos que podem ter levado a homenagear o político Gaspar Silveira Martins, colocando o seu nome à Quarta Colônia e

depois ao próprio Município de Silveira Martins foram a participação do político na criação do núcleo colonial, suas defesas pela imigração e por melhorias à vida dos imigrantes, pelo fato de ser maçom e o grupo maçônico da sede da colônia se identificar com ele, bem como por ser considerado Monarquista e os imigrantes católicos identificarem a Monarquia com o catolicismo, e a República com a maçonaria em função do processo de formação do Estado Nacional Italiano⁶⁹. Assim, com Gaspar Silveira Martins se identificavam tanto os imigrantes católicos, quanto maçons, o que pode ter contribuído para uma unanimidade na escolha do nome da Quarta Colônia.

Por fim, cabe dizer que a atuação de Gaspar Silveira Martins com relação a criação da Quarta Colônia não se resume nas intervenções políticas que possibilitaram a criação do núcleo colonial de Santa Maria, mas também em sua trajetória de defesa que beneficiava o grupo formado pelos imigrantes. Esta trajetória possibilitou a criação de uma imagem de defensor do imigrante mediante sua defesa do Estado Laico, da elegibilidade dos acatólicos, dos seus discursos de estímulo a vinda de imigrantes e o atendimento de seus direitos.

Desse modo, calcando-se na apresentação da história de Silveira Martins dentro do viés em questão, primou-se por apresentar esta história pensando ela como um Patrimônio Histórico Cultural. Nesse sentido, a noção de patrimônio revelou-se para além das divisões entre patrimônio material e imaterial, considerando-as desnecessárias já que é imprescindível um suporte físico para que se possa conceber como patrimônio qualquer manifestação que denomina-se como imaterial ou intangível.

Posto isso, percebe-se que a história do Município Silveira Martins “materializa-se” através do estudo científico produzido nesta Dissertação, traduzido em uma exposição relacionada à história do seu patrono e da Quarta Colônia.

A exposição é entendida como um canal de materialização deste patrimônio, divulgando e preservando a história do Município. A exposição em painéis de imagens/fotografias e textos além de divulgar esta história, contribui para um dos pilares das questões em torno do patrimônio que é a sua preservação.

A produção da exposição procurou respeitar o cronograma apresentado no estudo onde os parâmetros e etapas foram selecionadas e dimensionadas no início das pesquisas. Entretanto, em alguns momentos a pesquisa e a realização dos planos de ação apresentaram percalços, dificultando a obediência fiel ao previsto no cronograma.

⁶⁹ No processo de Unificação da Itália, o grupo que defendia a formação de uma República, chamados de “Carbonários”, eram identificados com a maçonaria. Esses, liderados por Giuseppe Garibaldi, foram responsáveis pela tomada dos Estados Pontifícios – território que pertencia à Igreja Católica.

Diante do exposto, cabe ainda salientar que a Prefeitura de Silveira Martins e a Secretaria de Cultura, Turismo, Desporto e Eventos da mesma comprometeram-se em financiar os painéis da exposição que está prevista para ser inaugurada no dia 14 de dezembro de 2011 nos festejos de aniversário do Município. Pretendia-se utilizar o acervo do Museu de Silveira Martins no início das pesquisas e produção da exposição, no entanto, o acervo do Museu do Município que está desativado, está todo alocado em uma sala, uma espécie de depósito, extremamente pequeno, onde as peças estão “amontoadas” dificultando o acesso, pois não é possível identificar as peças, além do estado inapropriado de higiene. Por esse e outros fatores não foi possível a utilização do acervo.

Outro fator importante é que a proposta da exposição apresentada neste estudo pode não ter sido executada fielmente ao planejado em função dos interesses da Prefeitura de Silveira Martins.

A Exposição, desse modo, preocupou-se em ser o veículo de apresentação da história do Município Silveira Martins, com o objetivo de preservá-la e difundi-la. Permeada por esta finalidade, pautou-se em outras possibilidades que a exposição representa, como a de ser um suporte à Educação Patrimonial, bem como, um estímulo do turismo na região.

No que concerne ao apelo turístico da exposição, o maior entrave foram as dificuldades na liberação de verbas enfrentada pela Secretaria de Cultura, Turismo, Desporto e Eventos, o que dificultou a produção da exposição, principalmente na sua divulgação, pois além da importância impar da temática e da forma de uma mostra, o grande desafio para fazê-la ter êxito é a divulgação que deveria ter cartazes e convites de divulgação, o que não aconteceu da forma almejada. No entanto, os esforços foram grandes na divulgação deste trabalho através dos meios possíveis de alcance para a divulgação.

Contudo, a mostra junto com as outras realizações da semana de aniversário do Município contribui para a divulgação do Município e a apreciação de seus pontos turísticos e, acima de tudo, o entendimento de alguns elementos históricos da sua paisagem, como o Busto do Gaspar Silveira Martins, o Monumento em homenagem a Giuseppe Garibaldi e o atual monumento em homenagem aos imigrantes inaugurado em maio deste ano, todos esses na Praça Central do Município, denominada Praça Garibaldi.

Além disso, junto com a divulgação da própria história como patrimônio a exposição divulga os patrimônios naturais, arquitetônicos e a gastronômicos da localidade, impulsionando o turismo no Município. Pretende-se, principalmente a partir dos resultados da exposição em Silveira Martins, propor que ela possa passar de uma exposição permanente em Silveira Martins a uma exposição itinerante, divulgando a história do Município de Silveira

Martins a partir do “olhar” que ressalta os liames deste histórico com as ações do patrono do Município e da Quarta Colônia, Gaspar Silveira Martins.

A Educação Patrimonial, por sua vez, foi uma preocupação já manifestada na produção do material da exposição, tendo sido levado em conta esta finalidade ao selecionar os elementos que a compõem. Assim, pensar no objetivo educacional da exposição ao produzi-la, desde o trabalho de pesquisa, até a elaboração dos painéis está diretamente relacionada a necessidade de preservar e difundir a história vista, pensada e concebida como patrimônio cultural da comunidade de Silveira Martins.

É a partir do trabalho nas escolas, principalmente com os adolescentes, que se pensou em apoiar os professores no trabalho com a história do próprio Município, o que se denomina história local. O trabalho com a história local pode ser feito ao mesmo tempo que se trabalha patrimônio cultural, e desempenha importância fundamental na preservação deste patrimônio, pois é a partir da comunidade escolar que se pensa alcançar maior êxito no conhecimento desta história e no propósito da população sentir-se pertencente a ela.

Apresentado o que se espera alcançar a partir da inauguração da exposição, torna-se ainda necessário destacar que também se espera que a exposição, no momento em que deixa de ser apenas um projeto e é consolidada, contribua ao desenvolvimento da região que compreende o Município Silveira Martins, bem como, de toda a Quarta Colônia, sendo este trabalho um apoio aos demais projetos já consolidados ou em maturação na região, que visam o desenvolvimento desta parte do Estado, marcada pela introdução na região (na época denominada Província de São Pedro) de uma forma de produção diferenciada, balizada pela produção em pequena propriedade, pela policultura e pela mão-de-obra familiar e que faz parte da formação multicultural do Rio Grande do Sul, sendo mais uma etnia que compõe a noção pluralizada de cultura do Estado.

Por fim, esta Dissertação apresentada no Mestrado em Patrimônio Cultural visa contribuir para a sociedade, trazendo um estudo de interesse social, pautado em uma pesquisa de cunho científico, com um produto que oferece um retorno para a comunidade, imediato em termos materiais, bem como de um alcance maior ao longo do tempo.

REFERÊNCIAS

ALAMBERT, Clara Correia d'. MONTEIRO, Marina Garrido. **Exposição: materiais e técnicas de montagem**. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1990.

BERGAMASCHI, Heloísa D. E. *Propriedade: identidade e cultura regional*. In: GIRON, L. S. RADUNZ, Roberto. **Imigração e Cultura**. Caxias do Sul: EDUCS, 2007. p. 17-38.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças dos velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. **Constituição política do Império do Brasil**. 25 de março de 1824. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao24.htm>. Acesso em: 10 de mar. 2011.

_____. **Decreto-lei nº 25**. 30 de novembro de 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0025.htm>. Acesso em: 10 de mar. 2011.

_____. **Constituição da República do Brasil**. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 15 jun. 2011.

BURKE, Peter. **Testemunha Ocular: história e imagem**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

CANANI, Aline S. K. B. *Herança, sacralidade e poder: sobre as diferentes categorias do patrimônio histórico e cultural no Brasil*. Revista **Horizontes Antropológicos**. Vol. 11, nº 23, Porto Alegre, jan./jun. 2005.

CANCLINI, Néstor Garcia. *O Patrimônio Cultural e a Construção Imaginária do Nacional*. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. N.º 23. Rio de Janeiro: IPHAN, 1994. p.114. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=RevIPHANThumbs&pasta=&pesq=nestor%20canclini>>. Acesso em: 10 mar. 2011.

CARNEIRO, Newton. *Dissidência política e partidos: da crise com a Regência ao declínio do II Reinado*. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coord.). Helga Iracema Piccolo; Maria Medianeira Padoin (dir.). **História Geral do Rio Grande do Sul: Império**. Passo Fundo: Méritos, 2006. p. 125 – 138. (Coleção).

CURY, Marília Xavier. **Exposição: concepção, montagem e avaliação**. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. *Cultura da avaliação, museu e exposição museológica*. In: **Ciências e Letras**, Porto Alegre: Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras, nº 31, jan/jun. 2002.

FAVARO, Cleci Eulália. *Os “Italianos”: entre a realidade e o discurso*. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (coord.). PICCOLO, Helga Iracema, PADOIN, Maria Medianeira. (dir.). **História Geral do Rio Grande do Sul - Império**. Passo Fundo: Méritos, 2006. v.2.p. 301 a 320.

FENALTI, Naiani. M. S. **A Construção da imagem de Gaspar Silveira Martins: análise de biografias**. 2009. 55f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009.

FONSECA, Maria Cecília L. *Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural*. In: ABREU, Regina. CHAGAS, Mário (orgs). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

GIRON, L. S. *Identidade: região e valores* In: GIRON, L. S. RADUNZ, Roberto. **Imigração e Cultura**. Caxias do Sul: EDUCS, 2007. p. 39-60.

_____. *Imigração italiana no Rio Grande do Sul: fatores determinantes*. In: DACANAL, José Hidelbrando. (org.). **RS: imigração e colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

GONÇALVES, J. R. S. *Os limites do patrimônio*. In: FILHO, M. F. L. BELTRÃO, J. F. ECKERT, C (orgs.). **Antropologia e Patrimônio Cultural: diálogos e desafios contemporâneos**. Blumenau: Nova Letra, 2007.

GRUNBERG, Evelina; HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia de Educação patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo, Centauro: 2006.

IOTTI, Luiza Horn (org). **Imigração e Colonização: legislação de 1747 a 1915**. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do RS – Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

ITAQUI, José. VILLAGRÁN, Maria Angélica. **Educação patrimonial: a experiência da Quarta Colônia**. Santa Maria: Pallotti, 1998.

IZQUIERDO, Ivan. **Memória**. Porto Alegre: Editora Artes Médicas (ArtMed), 2002. p.09.

KONRAD, Glaucia Vieira Ramos. **A política cultural do Estado Novo no Rio Grande do Sul: imposição e resistência**. 1994. 332 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1994.

KUHN, Fabio. **Breve história do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução: Bernardo Leitão. 5. ed. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 2003.

LEITE, Miriam Moreira. **Retratos de família: leitura da fotografia histórica**. 3 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro. **Educação patrimonial: orientações para professores do ensino fundamental e médio**. Caxias do Sul: Maneco Livr. & Ed., 2004.

MARIN, Jérri Roberto. *A integração dos imigrantes italianos à política sul-rio-grandense na ex-colônia Silveira Martins*. In: **Imaginário**. São Paulo: USP, 2007, v.13, nº 14. (p. 167 – 197).

MARTINS, Estevão de Rezende. **Cultura e Poder**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

MARTINS, Gaspar S. **Radicalismo**. Conferência Radical. Oitava Sessão. Discurso proferido por Gaspar Silveira Martins. Rio de Janeiro: Typographia e Lithographia Esperança, 1869.

_____. **Silveira Martins, discursos parlamentares**. Organização: Lafayete Rodrigues Martins. Brasília: Câmara dos Deputados, 1879.

MAUAD, Ana Maria. *Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX*. In: **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, 2005. V. 13, nº 1. (p. 133 – 174).

MENDES, Antônio Arthur B. **A tutela do patrimônio cultural imaterial brasileiro. Breves reflexões.** Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=6543>>. Acesso em: 10 fev. 2011.

MENDONÇA, Nadir Domingues. **O pensamento político de Silveira Martins.** Disponível em: <<http://revistacientifica.famec.com.br/viewarticle.php?id=59>>. Acesso em: 15 de jun. 2007.

MILDER, Saul Eduardo Seiguer. **As várias faces do patrimônio.** Santa Maria: Pallotti, 2006.

MUSEUMS AND GALLERIES COMMISSION. **Planejamento de Exposições.** Tradução: Maria Luiza Pacheco Fernandes. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Vítas, 2001. (Série Museologia, 2)

NASCIMENTO, Tupinambá M. C. **Gaspar Silveira Martins: líder esquecido.** Porto Alegre: Martins Livreiro, 2006.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. **Cultura é patrimônio: um guia.** Rio de Janeiro: editora FGV, 2008.

OLIVEN, R. *Rio Grande do Sul: um só estado, várias culturas.* In: OLIVEN, R. MACIEL, M. E. BRUM, C. K. **Expressões da Cultura gaúcha.** Santa Maria: UFSM, 2010. p. 15 – 38.

ORICO, Osvaldo. **Silveira Martins e sua época.** Porto Alegre: Globo, 1935.

PADOIN, Maria Medianeira, TURRA, Sandro Ronaldo. **A República Velha Rio-grandense e a Região da “Quarta Colônia de Imigração italiana” do Rio Grande do Sul.** Relatório de Pesquisa do Projeto BIC/FAPERGS, Santa Maria, 2000.

PELEGRINI, Sandra C. A. FUNARI, Pedro Paulo A. **O que é patrimônio cultural imaterial.** São Paulo: Brasiliense, 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural.** 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

_____. *O mundo da imagem: território da história cultural.* In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. SANTOS, Nadia Maria Weber. ROSSINI, Miriam de Souza (orgs.). **Narrativas, imagens e práticas sociais: percursos em história cultural.** Porto Alegre: Asterisco, 2008.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no ocidente, séculos XVIII – XXI: do monumento aos valores.** São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A danação do objeto: o museu no ensino de história.** Chapecó: Argos, 2004.

REIS, Elisa P. **O Estado Nacional como ideologia: o caso brasileiro.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro. 1988, n. 2, v. 1. p. 187 – 203. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/34.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2009.

RODRIGUES, Marly. *Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo.* In: FUNARI, P. P. PINSKY, J (orgs.). **Turismo e patrimônio cultural.** São Paulo: Contexto, 2002. 2ª ed.

ROTMAN, M. CASTELLS, A. N. G. de. *Patrimônio e Cultura: processos de politização, mercantilização e construção de identidades.* In: FILHO, M. F. L. BELTRÃO, J. F. ECKERT, C (orgs.). **Antropologia e Patrimônio Cultural: diálogos e desafios contemporâneos.** Blumenau: Nova Letra, 2007.

SANTIN, Silvino. ISAIA, Antônio. **Silveira Martins – Patrimônio Histórico-Cultural.** Porto Alegre: EST, 1990.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. **Reflexões e contribuições para a Educação Patrimonial.** Grupo Gestor (Org.) – Belo Horizonte: SEE/MG, 2002. (Lições de Minas)

SIMONETTI, Fernanda. **Imigração Russo-Alemã em Silveira Martins/RS, século XIX.** 2008. 28f. Monografia (Especialização em História do Brasil) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2008.

SOARES, André Luis Ramos (org.). **Educação Patrimonial: relatos e experiências.** Santa Maria: Ed. UFSM, 2003.

SOUZA, Susana Bleil de. *A Fronteira na revolução de 1893.* In: POSSAMAI, Zita (org.). **Revolução Federalista de 1893.** Porto Alegre: Secretaria Municipal da Cultura, 1993. p. 25 - 33.

SPONCHIADO, Breno. **Imigração e Quarta Colônia: Pe. Luizinho e Nova Palma.** Santa Maria: UFSM, 1996.

STORCHI, Ceres. *O espaço das exposições: o espetáculo da cultura nos museus*. In: **Ciências e Letras**, Porto Alegre: Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras, nº 31, jan/jun. 2002.

VÉSCIO, Luis Eugênio. **O Crime do Padre Sório: Maçonaria e Igreja Católica no Rio Grande do Sul 1893 – 1928**. Santa Maria: Editoraufsm; Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2001.

_____. *A ultramontana Santa Maria-RS: sede da quarta colônia de imigração italiana*. In: WEBER, Beatriz Teixeira. RIBEIRO, José Iran. **Nova História de Santa Maria: contribuições recentes**. Santa Maria: [s.n.], 2010. (p. 197 - 224).

ZANINI, Maria C. C. *Brasileiros, italianos, gaúchos, vênnetos, trentinos, lombardos vicentinos: origens em evidência*. In: OLIVEN, R. MACIEL, M. E. BRUM, C. K. **Expressões da Cultura gaúcha**. Santa Maria: UFSM, 2010. p. 49-54.

Referências das Imagens:

CERTIDÃO de batismo de Gaspar Silveira Martins. In: Acervo da Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Coleção Acervo, folheto, localização F06643.

DESCOVI FILHO, Leônidas Luis. BERTOLDO, Felipe (orgs). **Mapa de localização da Quarta Colônia de Imigração Italiana**. Nova Palma, 2008. 1 mapa, color. In: __ Monografia de Conclusão de Curso de Graduação em História, UFSM. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2007. p. 41.

FENALTI, Naiani Machado da Silva. **Busto Gaspar Silveira Martins**. Silveira Martins, março de 2011. Fotografia, color, digital. In: Arquivo pessoal de Naiani Machado da Silva Fenalti.

_____. **Busto Giuseppe Garibaldi**. Silveira Martins, março de 2011. Fotografia, color, digital. In: Arquivo pessoal de Naiani Machado da Silva Fenalti.

_____. **Estação Colônia**. Santa Maria, novembro de 2011. Fotografia, color, digital. In: Arquivo pessoal de Naiani Machado da Silva Fenalti.

_____. **Folder**. Santa Maria, maio de 2011. Fotografia, color, digital. In: Arquivo pessoal de Naiani Machado da Silva Fenalti.

_____. **Monumento ao Imigrante.** Silveira Martins, março de 2011. Fotografia, color, digital. In: Arquivo pessoal de Naiani Machado da Silva Fenalti.

_____. **Monumento do Sol.** Silveira Martins, outubro de 2011. Fotografia, color, digital. In: Arquivo pessoal de Naiani Machado da Silva Fenalti.

_____. **Placa do busto Gaspar Silveira Martins.** Silveira Martins, março de 2011. Fotografia, color, digital. In: Arquivo pessoal de Naiani Machado da Silva Fenalti.

FOLDER DA ROTA TURÍSTICA E GASTRÔMICA. Disponível em: <<http://turismo.silveiramartins.rs.gov.br/rota-turistica/>>. Acesso em: 10 de ago. 2011.

MAPA do Uruguai. Disponível em: <http://viagenslacoste.blogspot.com/2008_08_01_archive.html>. Acessado em 20 de Nov. 2009.

MULHERES no aniversário de 50 anos de Silveira Martins. Silveira Martins (S/d). Fotografia. In: Acervo do Centro de Pesquisas Genealógicas de ova Palma, Sala da Documentação de Família, Caixa Silveira Martins.

Referências dos Documentos:

A NOSSA Colonização. **Mercantil.** Porto Alegre, 1º de jul. 1878. p. 2.

AS QUATRO Colônias. **A Razão.** Santa Maria, 26 de set. 1975. p. 4.

BRASIL. SANTA MARIA DA BOCA DO MONTE. **ATA da 4ª Sessão Ordinária da Câmara de Vereadores de Santa Maria da Bocca do Monte,** 13 de janeiro de 1876. p. 060.

_____. **Ata da 5ª Sessão da Câmara de Vereadores de Santa Maria da Bocca do Monte,** 27 de janeiro de 1879. p. 156.

COLEÇÃO de Leis do Império do Brasil. Ano1882, Página 163 Vol. 2 (Publicação Original). Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-8641-19-agosto-1882-545822-norma-pe.html> Acesso em 10 de janeiro de 2011.

CONVITE político. **A Reforma,** 17de ago. 1879, p. 01.

COUTO, José L. A. **Telegrama do Diretor da Colônia Silveira Martins**. Solicita auxílio para a situação dos colonos. 18 fev. 1880.

_____. **Telegrama do Diretor da Colônia Silveira Martins**. Sobre situação dos colonos. 2 mar. 1880.

_____. **Telegrama do Diretor da Colônia Silveira Martins**. Sobre as mulheres trabalhando na Colônia 6 nov.. 1878.

_____. **Telegrama do Diretor da Colônia Silveira Martins**. Sobre o pagador dos serviços prestados pelos colonos. 4 nov.. 1878.

_____. **Telegrama do Diretor da Colônia Silveira Martins**. Sobre o auxílio financeiro a colônia. 13 ago. 1880.

CORRESPONDÊNCIA da Inspeção Especial de Terras. Solicita licença para se retirar da capital. Silveira Martins, 11 mar. 1878. p.

EM SANTA MARIA: Legislativo apóia e Executivo não se opõe. **A Razão**. Santa Maria, 28 fev – 1º mar. 1987. p. 15.

GREENHALG, Guilherme. **Correspondência da Colônia de Santa Maria da Boca do Monte**. Solicita a saída da direção da Colônia. 18 jun. 1878.

HOJE na História. **A Razão**. Santa Maria, 20 de out. 1994. p. 11.

MONUMENTO aos imigrantes italianos. **A Razão**. Santa Maria, 25 de mai. 1995.

OFÍCIO da Secretaria de Cultura e Turismo do Município de Silveira Martins. Convite para palestra. Silveira Martins, 12 jul. 1990. nº 139.

_____. Pedido de apoio ao BANRISUL. Silveira Martins, 2 jul. 1990. nº 98.

_____. Pedido de apoio para criação do Plano Diretor de Silveira Martins. Silveira Martins, 15 set. 1994. nº 94.

OFÍCIO da Câmara Municipal de Santa Maria da Boca do Monte. Solicita concessão de Terras devolutas. Santa Maria, 6 jul. 1874. p. 308.

_____. Solicita intermédio do Governo provincial na concessão das terras. Santa Maria, 18 jun. 1875. p. 332.

OS ACATHÓLICOS e o Sr. Gaspar Martins. Artigos publicados no Jornal do Comércio do Rio de Janeiro por um Rio-grandense. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1879.

PREVISÃO de progresso. **A Razão.** Santa Maria, 28 fev – 1º mar. 1987. p. 15.

RELATÓRIO do Presidente da Província do Rio Grande de São Pedro. Sobre comissão de Medição. Porto Alegre, 5 fev. 1877. p. 24. Disponível em: <<http://www2.al.rs.gov.br/memorial>>. Acesso em: 21 jun. 2010.

RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. Comissão de Estudos Municipais. **Silveira Martins.** Diretoria de Anais. Companhia Rio-grandense de artes gráficas, 1988.

SILVEIRA Martins. **A Razão.** Santa Maria, 28 fev. – 1º mar. 1987. p. 14.

_____. **A Reforma,** 9 de ago. 1879, p. 01.